

ARNON DE MELLO
SENADOR DA REPÚBLICA

**PROBLEMAS
DO
NORDESTE**

BRASILIA - DF

DISCURSOS DO SENADOR ARNON DE MELLO JÁ PUBLICADOS:

Energia Nuclear
Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Pesquisa
Emigração de Cientistas
Cientistas-meninos
Ciência e Democracia
Brasil: Passado e Presente
Rondon, Telecomunicação e Desenvolvimento
Legislação Social e Desenvolvimento
A Transamazônica e o Desenvolvimento do Nordeste
América Latina: Educação e Progresso
Problemas de Educação
Resposta ao Senador Edward Kennedy
Alagoas, Petróleo e Petrobrás
Pelé no Senado
Pensamento e Ação
Três Alagoanos
Chefes de Estado
Vereadores
Govêrno e Oposição
Missão de Govêrno
Açúcar: Fator de Equilíbrio da Unidade Nacional
Nova Política do Açúcar
Açúcar Ontem e Hoje
Disparidade entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul
Problemas do Nordeste

Outros discursos:

UMA EXPERIÊNCIA DE GOVÊRNO

Livraria José Olympio Editôra — Rio

ÍNDICE

SUDENE	7
PROTERRA	67
Empobrecimento	99
Modelo Econômico	121

SUDENE

O SR. ARNON DE MELLO — Senhor Presidente: (1)

Faz pouco mais de um ano, o Nordeste crestado pela sêca recebeu a visita do Sr. Presidente da República, que, em Recife, entre comovido e revoltado, teve palavras de fogo na condenação da desgraçada situação de abandono e miséria que lá encontrou.

Disse, entre outras coisas, o Chefe da Nação:

“Aqui vim para ver, com os olhos da minha sensibilidade, a sêca dêste ano, e vi todo o drama do Nordeste. Vim ver a sêca de 70, e vi o sofrimento e a miséria de sempre.

Agradeço a Deus a inspiração de fazer esta viagem de emergência: uma viagem inesperada, de flagrante, apressada, parando um pouco em cada lugar, para ver as coisas e os homens que eu queria ver.

Vim ver e vi. Vi o Nordeste de dentro, dos sertões secos de Crateús e dos Currais Novos. Vi a paisagem árida, as plantações perdidas, os lugarejos mortos. Vi a poeira, o sol, o calor, a inclemência dos homens e do tempo, vi a desolação.

Vi as frentes de trabalho, feitas só para assistir o homem. Vi os postos de alistamento dessas mesmas frentes, com multidões famintas e angustiadas esperando a sua vez.

Vi o homem. Falei a êsse flagelado. Vi seus farrapos, apertei a sua mão, vi o que comia, perguntei pelos seus, por sua terra, seu trabalho, seu patrão. Vi homens comendo só feijão e farinha, sem tempêro e sem sal. E dizer-se que vi isso em terras de salinas.

(1) Discurso pronunciado na Sessão de 6 de outubro de 1971 do Senado Federal, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arnon de Mello, que falará em nome da Aliança Renovadora Nacional.

Vi o sofrimento de homens moços de mais de dez filhos, nunca menos de cinco, deixados lá longe, onde não cheguei a ir. Vi crianças desassistidas ao longo do caminho.

Vi a tósca tapera dos homens que tiveram a sorte de alistar-se nas frentes de trabalho e penso nos que nem chegaram até ali.

Vi como os homens se vinculam à terra, vinculados aos seus donos.

Vi essa pobre lavoura de sustento, sem água, sem técnica, sem adubo, sem produtividade, desenganada de dar o esperado fruto. E, pior que isso, vi a angústia dos meses que ainda virão sem chuva.

E sei que muito mais não vi. Não vi outras frentes de trabalho, mais carentes de organização e de recursos, nem os lugares onde frentes nem chegaram a se fazer.

Não vi as famílias flageladas que ficaram longe e sem fôrças, que não vieram buscar a esperança distante.

Vi tudo isso com os meus próprios olhos e concluí o que não cheguei a ver. Nada, em toda a minha vida, me chocou assim e tanto me fez emocionar e desafiar minha vontade.

Forçoso é que se diga, porém, que o quadro que nós vimos não é o quadro que devemos ver, quaisquer que sejam as desventuras, as calamidades e as inclemências da natureza. Forçoso é que nenhum de nós se conforme com essa triste realidade.

E se tudo isso vi, é preciso que eu diga que houve quem me aconselhasse a que eu não viesse ver.

É preciso dizer também que vi quem lamentasse o êxodo dos flagelados para as Zonas Úmidas, só por que isso iria diminuir o censo e, portanto, prejudicar a representação política.

Vi muita preocupação de que eu não visse nada, e que só visse e ouvisse os poderosos da terra.

Sei também que, desgraçadamente, tantos dos que se queixam de falta de meios para vencer o flagelo, dilapidam preciosos recursos em propaganda e no empreguismo fácil que, se nem sempre lhes assegura vitórias eleitorais, sempre compromete a administração nos anos que hão de vir.

Com o velho hábito de comandante de tropa que zela pelo seu último soldado, o Chefe da Nação não pode compreender a existência de compatriotas seus sobrevivendo em condições tão precárias.

Não, não me conformo, isso não pode continuar.

Há quem pense que tudo se resume na farta distribuição de créditos extraordinários aos governos estaduais e municipais, assim como aos donos da terra, sem que se apercebam dos perigos da pulverização de recursos e dos descaminhos que impedem que êles cheguem ao homem que sofre, chegando, no melhor, ao chafariz da praça.

É certo que não podemos deixar as coisas como estão. É certo que precisamos de corrigir desvios e distorções, erros de cálculo e de perspectiva, mas não podemos pulverizar recursos, sufocar a nascente indústria nordestina, nem subverter as estruturas ou prejudicar a notável recuperação econômica do País.

Ao fim desta viagem de que retorno ainda mais determinado a cumprir minha missão, quero dizer ao povo do Nordeste que não lhe prometo nada, não prometo milagre, nem transmutação, nem dinheiro, nem favores, nem peço sacrifícios, nem votos, nem mobilizo a caridade. Só digo é que tudo isso tem de começar a mudar.

Apelo à consciência nacional, para que todos os brasileiros sintam que o Nordeste não é um problema distante, não pertence só ao nordestino, mas é um problema nacional, que toca à sensibilidade e ao brio de todos nós.

E hoje, nesta cidade do Recife, perante Governadores e Ministros, pensando no povo, particularmente no povo nordestino, quero dizer que não me sinto com poderes e dons para fazer milagres, mas tenho firmeza, confiança e decisão para proclamar à Nação inteira que, com a ajuda de todos os brasileiros e com a ajuda de Deus, o Nordeste afinal haverá de mudar.”

SENTIMENTO DE MISSÃO

Senhores Senadores:

Testemunhou em pessoa o Chefe da Nação a desgraça do Nordeste, que o feriu no âmago da sua sensibilidade de ser

humano e da sua consciência de homem público, e lhe provocou a irada explosão de Recife.

Não se preocupou em agradar, antes falou e criticou e protestou duro e áspero, sem temer o ser desagradável pelo respeito à verdade nua e crua. Pode-se afirmar que ninguém em tempo algum o superou não apenas no dizer as coisas e definir as situações mas no sentir, sentir verdadeiramente a realidade erigida em angustiante problema humano — a ignorância e a fome dominando tudo a ponto de ninguém por lá saber quem era Pelé nem haver sorrisos nas faces das crianças. E desdobrada, essa realidade, em terrível ameaça ao futuro da Nação, à sua unidade e à sua segurança, comprometidas por aquela mesma realidade em si própria e sobretudo pelo bárbaro desnível entre o crescente empobrecimento de uma região e o galopante enriquecimento de outra.

MISSÃO DA PROVIDÊNCIA

“Governo é missão da Providência” — diz Santo Tomás de Aquino, e frisa, no **De Regimine Principium**, que “o que Deus é para o Mundo o Chefe do Estado é para a Nação”.

Possuído do mais profundo sentimento de missão, alteou-se o Sr. Presidente da República, no ímpeto de suas imprecações, à linguagem bíblica, chegando a identificar-se com o Eclesiastes no fazer as verificações da realidade e no clamar contra as maldades. Bem poderia S. Ex^a, ante os quadros de dor que se lhe depararam, dizer também como Salomão, 200 anos antes de Cristo, no velho livro cuja autoria lhe é imputada:

“Vi debaixo do sol, no lugar do juízo, a maldade, e, no lugar da justiça, a iniquidade.”

“Vi tôdas as opressões que se fazem debaixo do sol, e as lágrimas dos oprimidos, que ninguém consolava.

Vi a violência dos opressores contra os inocentes que, sem o socorro de ninguém, não podiam resistir.

E considereí mais felizes os que já morreram do que os que ainda vivem.

E, mais felizes do que uns e outros, aquêles que ainda não nasceram e não viram as maldadas que se fazem debaixo do sol.”

PALAVRAS E ATOS

As palavras do Sr. Presidente foram imediatamente seguidas e confirmadas pelos atos. Não houve por parte dos órgãos do Governo, responsáveis pelas frentes de trabalho e pelo seu abastecimento, nenhuma preocupação vinculada a interesses políticos. Fôsse qual fôsse a filiação partidária dos flagelados, dela não se indagava para atendê-los. A honestidade, a correção e a isenção eram as notas dominantes nos serviços de implantação das frentes. E o Governo conquistou desde logo o respeito das populações nordestinas fatigadas da exploração de tôda ordem, que em todos os tempos se fazia, dos sofrimentos que lhes provocava o flagelo da sêca.

ESPERANÇA

Impregnada de coração e consciência, vergastando erros e fulminando interesses pessoais inconfessáveis, a palavra do Chefe da Nação se fez ouvir no Nordeste como a voz de outro sino, ali caiu como uma boa semente em terra fértil, como a própria chuva ansiada pelo tórrido sertão. Rápido desapareceu a desesperança, os desesperados ganharam fé, abriu-se-lhes o futuro. Fêz-se como que o milagre da ressurreição das esperanças mortas.

Lembro-me bem de que, pouco depois do discurso do Sr. Presidente da República, visitei o sertão alagoano, a área em que mais em carne viva se mostrava o sofrimento do povo. Ali, já por três vêzes, naquele ano, o sol destruíra as sementes por três vêzes plantadas mal chegava a chuva que parecia brincar de esconder, vindo e indo num abrir e fechar de olhos, sem dar tempo à terra de fecundá-las.

— Quantos sacos de feijão esperava você colhêr? — indagávamos de um pequeno agricultor.

— Duzentos e cinqüenta a trezentos sacos — respondia êle.

— E quantos sacos colheu?

— Dois.

A fome espelhava-se-lhe na face, mas dela não se afastava a esperança de melhores dias que a visita e o discurso do Chefe da Nação fizeram renascer. E o nome do Presidente Médici logo se constituiu na bandeira mais querida pelo povo.

A sêca passou, o sertanejo sofre, indômito, as suas terríveis conseqüências, mas mantém acesas a confiança e a fé no Chefe

da Nação, nas suas palavras inspiradas e candentes. Nada mais merecedor de aprêço que a esperança renascida, nada mais valioso e respeitável que a esperança dos desesperados. Privilégio maior do que a sua conquista não existe, positivamente.

ACONTECERAM

Senhores Senadores:

Em decorrência da visita do Presidente ao Nordeste, aconteceram atos da maior importância para a solução dos nossos problemas. Aconteceu, entre êles, o Plano de Integração Nacional, com dois bilhões de cruzeiros de investimentos e o início imediato da abertura da Transamazônica, reunindo homens e máquinas e recursos financeiros para a ampliação das fronteiras econômicas do Nordeste, com a instalação e proliferação de núcleos populacionais e agrícolas necessários à ampliação da produção industrial e do mercado de consumo interno. Aconteceu ainda o PROTERRA, com quatro bilhões de cruzeiros a serem empregados no Nordeste entre 1972 e 1974 e a integração da agricultura no plano de desenvolvimento econômico, com vistas “às mudanças estruturais exigidas, nas expressões do Chefe da Nação, pelo imperativo de conjugar o crescimento da economia com o estabelecimento de ordem social mais próspera, mais humana e mais justa”.

RESPOSTA AO APÊLO

Se o Sr. Presidente da República juntou a palavra à ação, prontamente atendendo-lhe à convocação sua magnífica equipe de Governo — na qual se destacam realmente alguns elementos “fora de série” pelo valor e pela competência — nós, do Poder Legislativo, não fomos indiferentes ao apêlo com que S. Ex^a reafirmou a sua consciência da vocação histórica e o seu instinto social. Aqui implantamos a Comissão Coordenadora dos Estados do Nordeste e mergulhamos no exame das causas do subdesenvolvimento incessante da região em busca das soluções para estancá-lo. Menos de quatro meses decorridos, já levamos ao Sr. Presidente da República a contribuição da nossa experiência ao seu nobre empenho de enfrentar “o maior problema político, social econômico da Nação”, como o definiu o Sr. Ministro da Agricultura na clara e franca exposição que nos fêz a 5 de agosto último.

MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Bem estimamos, nós, nordestinos, a preocupação que ao longo dos anos tem tido o Governo Federal em resolver o nosso grave e angustiante problema. Não olvidamos os esforços feitos e o dinheiro despendido desde há tanto tempo nas obras contra as sêcas — quer antes, quer depois de passados os períodos do flagelo —, através da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas, fundada em 1909, e do seu sucessor, o DNOCS, marcada a sua presença pelos açudes e estradas construídos, como também pela orientação em que se empenhou de promover culturas adequadas às áreas semi-áridas. Nem muito menos esqueçemos a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, obra de iniciativa do Presidente Eurico Dutra e continuada e concluída pelos seus sucessores; e a fundação do Banco do Nordeste e da SUDENE, seguida dos incentivos fiscais ao setor privado concedidos pelos artigos 34-18 da lei que a criou.

Mas, nesta altura, quando, apesar dêsses esforços e recursos despendidos, os problemas nordestinos se eternizam e se agravam, havemos de fazer, considerando a nossa responsabilidade de representantes do povo brasileiro e considerando, como na lição evangélica, que há tempo determinado para todo propósito debaixo do céu — tempo de plantar e tempo de colher, tempo de calar e tempo de falar, tempo de pensar e tempo de agir —, havemos de fazer um exame de consciência, uma pausa para meditação, uma análise serena e isenta e corajosa da situação regional em matéria de desenvolvimento econômico e social, pois, e assim o declarou o Sr. Presidente da República, “não podemos deixar as coisas como estão, é certo que precisamos de corrigir desvios e distorções, erros de cálculo e de perspectiva”.

RENDA “PER CAPITA”

Reconheçamos desde logo, Senhores Senadores, que a renda **per capita** da Região tem realmente aumentado. Segundo dados do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, a nossa renda **per capita** era, em 1959, inferior a 100 dólares, ou, para ser mais preciso, era de 88 a 89 dólares, correspondendo a 33% da renda **per capita** do Centro-Sul e 43% da do Brasil, e hoje a renda **per capita** do Nordeste é de 200 dólares, ou seja, a metade da renda nacional.

Está aí um bom sinal, embora País com distribuição mais equilibrada de renda em termos setoriais, geográficos e de clas-

ses sociais, possa desenvolver-se mesmo sem renda **per capita**, como é o caso do Japão. Por outro lado, o Kuwait, com uma das maiores rendas **per capita** do Mundo, não se desenvolve em termos nacionais. E aqui no Brasil, temos a Bahia, que alcançou realmente um alto desenvolvimento industrial, mas restrito a Aratu, e em grande parte ao pólo petroquímico, sem se estender a outros setores da economia baiana nem beneficiar outros pontos do território estadual.

DISCORDÂNCIA

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Paulo Guerra.

O Sr. Paulo Guerra — Ouço com muita alegria V. Ex^a abordando problemas da nossa região. Lamento apenas que não esteja presente o eminente Senador pelo Estado de Goiás, Benedito Ferreira, que, há alguns dias, fez nesta Casa um discurso praticamente de contestação àquilo que as bancadas nordestinas têm dito aqui e até lideradas por V. Ex^a, afirmando que o Nordeste não está empobrecido, não se está esvaziando. É o próprio Presidente da República, no discurso do Recife, quem responde ao eminente Senador goiano que, talvez por ser goiano, pouco conhece das nossas necessidades e dos nossos problemas.

O SR. ARNON DE MELLO — Não tive, eminente Senador Paulo Guerra, a honra de ouvir, nem mesmo de ler a oração do nobre Senador Benedito Ferreira, de Goiás.

Lamento que S. Ex^a tenha usado a tribuna do Senado para negar uma verdade ofuscante, reconhecida com lágrimas nos olhos pelo Sr. Presidente da República, quando de sua visita ao Nordeste em junho dêste ano. Quero, no entanto, aproveitar a oportunidade do aparte de V. Ex^a para agradecer ao nobre Senador Benedito Ferreira a afirmação de que é muito próspera a situação do Nordeste, pois a recebemos como votos pelo rápido desenvolvimento da Região. Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Paulo Guerra, pelo aparte com que me distinguiu.

NÚMEROS

Senhor Presidente:

Os números dizem melhor que as palavras, e os que aqui cito são de conferência feita pelo então Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Rubens Costa: em 1960, o Nordeste

participava da área cultivada do Brasil com 27,5% e essa percentagem em 1969 se elevou a 31,5%. Como a Região ocupa 19% do território nacional, observa o grande economista, verifica-se que êsses 4% de aumento da área cultivada representam antes atraso que progresso, pois indicam produção extensiva, feita sem produtividade, tanto se conhecem os problemas de água e solo com que se defronta o Nordeste.

Em 1947, era de 9,7% a participação do Nordeste na produção industrial do País, e essa percentagem baixou para 7,5% em 1961 e 6,7% em 1968. Se computarmos o aumento da população nestes 10 anos decorridos, verificaremos como se agravou a diminuição real da produção industrial.

Em 1960, 8% da arrecadação tributária da União vieram do Nordeste, e em 1969 apenas 7%. Mede-se melhor a significação negativa da diferença de 1% se se tem em vista o volume do crescimento demográfico.

Entre 1961 e 1967, o consumo interno da produção regional diminuiu de 52% para 43%. E mais: a exportação se reduziu de 43% para 39%. Assim, a produção nordestina é vencida no meio em que é gerada pela produção do Centro-Sul e perde ainda condições para ser exportada.

Em 1960, 16% das matrículas nas Universidades do País eram do Nordeste, e em 1969 êsse número baixava para 15%.

Em matéria de analfabetismo, segundo estatística do IPEA, tem o Nordeste mais analfabetos hoje do que há cinquenta anos atrás: em 1970, 7.020 mil; em 1960, 5.200 mil, e em 1920 menos do que em 1960: 4.900 mil.

DISPARIDADES

Nestes últimos dez anos, aumentaram as disparidades no Nordeste, e lembre-se que a fundação da SUDENE decorreu do empenho de extingui-las ou reduzi-las. Aumentaram as disparidades:

- 1) inter-regional
- 2) intra-regional
- 3) entre zona rural e zona urbana
- 4) inter-setorial
- 5) intra-setorial
- 6) entre classes sociais

DEBATE

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Exa. faz um discurso-estudo, nos traz dados...

O SR. ARNON DE MELLO — Oficiais.

O Sr. Vasconcelos Torres — ... oficiais. Diz V. Ex^a, e eu sublinho...

O SR. ARNON DE MELLO — E os publicarei com o meu discurso amanhã, no **Diário do Congresso**. São dados do próprio Banco do Nordeste e da SUDENE.

O Sr. Vasconcelos Torres — ... para colaborar, entre aspas "sic" e fecha as aspas. Quero de saída, se V. Ex^a me permite, manifestar a minha desconfiança nessas estatísticas. Não há país onde as estatísticas sejam mais falseadas do que no Brasil.

O SR. ARNON DE MELLO — Um momento, nobre Senador, V Ex^a nega a fidelidade das estatísticas com o objetivo de afirmar que o Nordeste está rico ou para declarar que o Nordeste está mais pobre?

O Sr. Vasconcelos Torres — Nego as estatísticas, diante da impressão colhida num primeiro momento. Não disponho de dados para contraditar V. Ex^a, a não ser a evidência dos fatos; ou é mentira que algumas indústrias se instalaram no Nordeste? Inclusive do meu Estado algumas saíram e para o Nordeste foram, atraídas pelos incentivos fiscais. Também é mentira que, em virtude disto, o número de escolas aumentou?

O SR. ARNON DE MELLO — Mas a população aumentou também.

O Sr. Vasconcelos Torres — O diálogo é interessante. Se a população também aumentou ainda ocorre um traço triste, porque ela não se fixou, infelizmente. Os dados de que disponho, assim de momento, dão a impressão de uma atividade emigracionista muito intensa. A começar pelo meu Estado, posso dar depoimento a V. Ex^a de que temos uma área na Baixada Fluminense, onde o maior percentual é constituído de nordestinos. Mas não há de ser...

NORDESTINOS NO ESTADO DO RIO

O SR. ARNON DE MELLO — Essa migração das populações pobres é uma decorrência do empobrecimento do Nordeste. Em outro plano, aliás, temos, no seu Estado, um grande nordestino,

o ex-Ministro João Cleofas, nosso Colega no Senado, que é usineiro em Campos, e temos ainda outros nordestinos, como os Srs. Evaldo Inojosa e Geraldo Coutinho, que adquiriram duas usinas também em Campos, no Estado do Rio.

O Sr. Vasconcelos Torres — E tem muito mais.

O SR. ARNON DE MELLO — Eles estão contribuindo para o desenvolvimento do Estado de V. Ex^a.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex^a vai encontrar também fluminenses, cariocas e paulistas que têm as suas indústrias no Nordeste. A emprêsa que fabricava a geladeira “Kelvinator”, por exemplo, saiu da capital do meu Estado e foi para Pernambuco. Mas não vem ao caso essa negativa de V. Ex^a à minha argumentação. V. Ex^a vai tentar desfazer a impressão.

O SR. ARNON DE MELLO — Não é negativa, nobre Senador: é o debate. É agradável debater com V. Ex^a, pela sua inteligência, pela sua cultura, pelo seu conhecimento dos problemas.

O Sr. Vasconcelos Torres — Nem V. Ex^a desejaria o monólogo, porque, no meu modo de entender, nesta Casa, não há Senadores das Alagoas, não há Senadores do Nordeste. Para mim, êste Senado é tão importante que, quando temos a denominação de Senadores da República, quero crer que somos Senadores de todo o Brasil. Então, não me vexo, não tenho cerimônia de apartear o nobre Colega,...

O SR. ARNON DE MELLO — O que muito me honra.

O Sr. Vasconcelos Torres — ... porque, aqui, o pêso da votação é igual. No entanto, V. Ex^a hoje projeta, para mim, uma imagem diferente daquela em que eu acreditava e, para ser mais claro, daquela em que acredito. Se noto que as indústrias aumentam, se vejo que a população cresce, mas os Governos estaduais, com apoio do federal, aumentam o número de escolas, as possibilidades de emprêgo, por outro lado, noto que o pauperismo ainda domina em algumas regiões nordestinas. Creio que a fotografia que V. Ex^a, nobre Senador Arnon de Mello, exhibe não chegou ainda à câmara-escura perfeita, a fim de receber os contornos e os detalhes exatos de uma fotografia real. Há qualquer coisa — parece-me — misturada com pessimismo. Aparteei V. Ex^a para que sua tese não ficasse sem contradita...

O SR. ARNON DE MELLO — Acha V. Ex^a o Sr. Presidente da República pessimista ao descrever, como o fêz, em côres tão emocionantes, a situação do Nordeste, depois de visitá-lo?

O Sr. Vasconcelos Torres — Não! O Presidente, para mim, é um realista, eu não diria um otimista. E acho que não houve, na história dêste País, Chefe de Governo que tivesse ido ao campo da área sofredora do Nordeste, daquela Região comburida, para ter, pela primeira vez, um diálogo diretamente com sertanejos que não conheciam as menores coisas da vida brasileira.

E já que V. Ex^a aborda o assunto, quero ressaltar — e nunca será demais fazê-lo — a afirmativa de S. Ex^a, quando disse que muitos no Nordeste não queriam a sua visita. O assunto Nordeste é apaixonante, e V. Ex^a é um dos estudiosos, ao lado dos outros Senadores que representam a área. Mas há uma denúncia que ainda não foi devidamente esclarecida: daqueles exploradores de seca, os industriais do flagelo nordestino. Muita gente enriqueceu com isso, e o Presidente não teve “papana-língua”. E já que V. Ex^a perguntou se eu achava o Presidente pessimista, eu desejava esclarecer isso, porque acompanhei de perto o assunto, procurei fixar todos êsses problemas da nacionalidade. Desejaria, neste passo, enaltecer justamente a coragem de S. Ex^a. Mas quando vejo o aumento da produção açucareira, principalmente no seu Estado, noto que a frequência de aviões internacionais cada vez mais se intensifica. Vejo que, na Universidade, o Nordeste se destaca. Por outro lado, reconheço que há um desajustamento; e por outro, sei que uma área de produção canavieira tem no Instituto do Açúcar e do Alcool como que uma incompreensão, mas também na SUDENE, dirigida atualmente pelo General Evandro de Sousa Lima, que é — e aqui abro um parênteses para dizer a V. Ex^a que o conheço pessoalmente, sou seu amigo, foi Comandante da Polícia Militar no meu Estado, Ajudante de Ordens do ex-Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra —, um dos maiores conhecedores da técnica da fabricação de barrilha, estêve sediado em Cabo Frio, no Arraial do Cabo onde saiu para servir justamente ao impulso, à “demarrage” do Nordeste, como área industrial. Mas não quero alongar-me. V. Ex^a, como sempre, é brilhante. Permita-me, entretanto, que eu, dêste canto do Plenário, diga que não tenho a impressão triste que V. Ex^a procura dar, de que o Nordeste fenece; para mim, êle cresce.

EMPREGOS

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Vasconcelos Torres, V. Ex^a sabe da estima que lhe tenho. É muito fácil a um filho do Estado do Rio, que reside em Niterói. . .

O Sr. Vasconcelos Torres — Eu resido em todo o Estado do Rio, em Brasília e num avião!

O SR. ARNON DE MELLO — ... que reside em todo o Estado do Rio, em Brasília e num avião...

O Sr. Paulo Guerra — E que é onipresente.

O SR. ARNON DE MELLO — ... desconhecer a dor dos nordestinos. Mas nós que nascemos lá...

O Sr. Vasconcelos Torres — Por isso, quero esclarecimento.

O SR. ARNON DE MELLO — ... nós que conhecemos o que é a amargura da fome nos lares pobres nordestinos, podemos dizer a V. Ex^a que os técnicos da SUDENE e do Banco do Nordeste e o Sr. Presidente da República têm razão quando fazem as verificações da realidade e condenam o desamparo em que vive a nossa Região. Tudo o que V. Ex^a disse a propósito da prosperidade do Nordeste vai ser respondido, desde logo, neste meu pronunciamento.

V. Ex^a referiu, e com otimismo, ao grande número de empregos que se criaram no Nordeste. Então, esclareço a V. Ex^a: a disparidade inter-regional apresenta índice impressionante exatamente no setor de empregos, a respeito do que já falei, nesta tribuna.

O Nordeste, com 29 milhões de habitantes, criou, em 1968, 62 mil empregos urbanos, e, em 1970, 52 mil, enquanto, com cinco milhões de habitantes, a Guanabara criou, nos mesmos anos, respectivamente, 71.000 e 85.500, e São Paulo, com uma população de 18 milhões de habitantes, criou, em 1968, 284 mil empregos, e em 1970 (até novembro), 352 mil empregos.

O Sr. Vasconcelos Torres — Esse critério, para mim, não é válido.

O SR. ARNON DE MELLO — Um momento por obséquio. Foi V. Ex^a mesmo quem citou o número de empregos criados como fator de progresso. Respondo a seu argumento. E peço a atenção de V. Ex^a para o seguinte: enquanto a Guanabara criou, em 1969, setenta e um mil empregos, e, em 1970, oitenta e cinco mil e quinhentos, e São Paulo 284 mil em 1968 e 352 mil, em 1970, o Nordeste criou menos empregos em 1970 do que em 1968! E se examinarmos, nobre Senador Vasconcelos Torres, que tipos de empregos foram criados no Nordeste, concluiremos que se trata, em grande proporção, não de empregos pròpriamente ditos mas de subempregos, dados os ínfimos salários que oferecem.

DISPARIDADE INTRA-REGIONAL

Senhor Presidente:

Além da disparidade inter-regional, temos no Nordeste a disparidade intra-regional que bem se espelha na irregular dis-

tribuição, nos últimos 11 anos, dos 9 bilhões de cruzeiros de incentivos fiscais, aos preços de 1970, ali empregados, conforme dados oficiais: 3 bilhões e 500 milhões para a Bahia, 2 bilhões e 600 milhões para Pernambuco, 7 milhões para o Ceará, 6 milhões para a Paraíba e os restantes milhões, em menor quantidade, distribuídos por Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Maranhão e Piauí.

ZONA RURAL E URBANA

A disparidade entre a zona rural e a zona urbana — exatamente a zona urbana, mais beneficiada por essa industrialização a que se refere V. Ex^a, nobre Senador Vasconcelos Torres — é denunciada pelo então Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Rubens Costa. Diz êle:

“A pobreza e a miséria não se encontram apenas nas zonas rurais do Nordeste. A marginalidade social é crescente nos grandes centros urbanos do Nordeste.”

Recentes estudos do Banco do Nordeste (dezembro de 1969) mostram que na década de 60 as populações urbanas mais pobres das principais cidades nordestinas perderam posição relativa na distribuição da renda e, em várias cidades, tiveram seus salários reais reduzidos. Em Salvador, os 20% da população, que recebiam as rendas mais baixas, tiveram sua participação reduzida de 5,6%, na renda total da cidade, em 1962, para 3,8%, em 1966. Em termos monetários, a renda **per capita** mensal da população pobre de Salvador minguou de Cr\$ 24,20 para Cr\$ 21,30 por ano. Em Fortaleza e redução da renda total ainda foi pior: de 8% para 5,3%. E a sua renda **per capita**, que era, em 1962, de Cr\$ 28,50, baixou, em 1965, para Cr\$ 19,30. Não foi outra a situação verificada em Natal, João Pessoa, Maceió, Campina Grande e São Luís. E em Recife, capital do maior Estado da região, reduziu-se de 16,5%, em 1960, para 11,5%, em 1967, a participação de 40% da população mais pobre na renda total da cidade.

MONÓLOGO, NÃO

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex.^a me permite um último aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Permito com muita satisfação mas não desejava que fôsse o último.

O Sr. Vasconcelos Torres — Porque também não seria correto, da minha parte, estar interrompendo. . .

O SR. ARNON DE MELLO — Corretíssimo, tanto mais quanto V. Ex.^a sempre me esclarece ao honrar-me com as suas intervenções.

O Sr. Vasconcelos Torres — É uma tese.

O SR. ARNON DE MELLO — O Presidente da Mesa que dirige os nossos trabalhos é, ademais, sobremodo generoso.

O Sr. Vasconcelos Torres — Sim, e não seria bom para V. Ex.^a praticar o monólogo parlamentar. E eu quero ser esclarecido. Não estou fazendo um julgamento definitivo. V. Ex.^a, inegavelmente, é um parlamentar que, quando vem à tribuna, faz um verdadeiro debulhamento. V. Ex.^a planta, faz a sementeira, faz a poda e, quando vem à tribuna, está em condições de uma colheita de simpatia completa, quase que não aceitando observações porque está preparado, como um verdadeiro Parlamentar de Estado Maior, para o debate. Eu queria apenas que V. Ex.^a me esclarecesse o seguinte: tenho verdadeira simpatia pelo Nordeste, já disse uma vez e repito...

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Vasconcelos Torres — ... que, quando o Nordeste vai mal, o Brasil vai pior. O Nordeste, para mim, tem que ir bem, porque tudo isso representa um conjunto que não pode ter uma fratura aqui ou acolá, porque isso necessariamente atingirá a todos. Brilhante Senador Arnon de Mello, por favor me esclareça: por que na Cidade do Recife todos os bancos brasileiros e estrangeiros têm sede e tôdas elas têm um rendimento bom. São sedes luxuosas.

O SR. ARNON DE MELLO — Sedes ou filiais?

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex.^a me corrige.

O SR. ARNON DE MELLO — Não, não estou corrigindo, estou pedindo uma informação.

O Sr. Vasconcelos Torres — Agência, já que V. Ex.^a assim quer. Eu falei sede no sentido bancário, mas, aqui, já então cumpro o seu propósito. Agências ou filiais, não vem ao caso, porque V. Ex.^a vai compreender meu pensamento. Por que a agência do Banco do Brasil, em Recife, se não é a terceira, é, pelo menos, a quarta? Por que no Nordeste existe, por exemplo, o Banco de Campina Grande, que é de importância econômica notável, com sede na Paraíba? Por que existe o Banco do Povo que, inclusive, é tão importante...

O SR. ARNON DE MELLO — Não existe mais o Banco do Povo.

O Sr. Vasconcelos Torres — Existia, era tão importante. É sinal de que a política do Governo, de fusão de bancos, deve ter dado alguma vantagem ao Banco do Povo. Não pode ser empobrecimento, porque o chamado Instituto Parlamentar de Con-

gressistas depositava tôdas as suas importâncias na agência aqui do Banco do Povo.

O SR. ARNON DE MELLO — O Banco do Povo foi encampado pelo Banco do Bahia, presidido pelo eminente ex-Ministro da Fazenda Clemente Mariani.

O Sr. Vasconcelos Torres — Foi em família... não foi um paulista; foi da área nordestina.

O SR. ARNON DE MELLO — Estou apenas informando V. Ex.^a

O Sr. Vasconcelos Torres — Agradeço. Quero ser informado, mas foi em família, repito. Por que tôdas as emprêsas brasileiras, e algumas estrangeiras até, inclusive sul-americanas, têm sede no Nordeste e não têm sede na Guanabara, nem em São Paulo? Então, há, talvez, distorção no crescimento. V. Ex.^a — me parece — dá ênfase ao empobrecimento da área rural, que, de fato, existe, mas se esquece da macrocefalia urbana. Queria justamente ser esclarecido, porque senão, afinal de contas, V. Ex.^a vai falar para o **Diário do Congresso**, não vai falar para mim. Quero aprender. Quero ser não apenas um Senador da velha província fluminense, mas também um Senador do Brasil.

O SR. ARNON DE MELLO — Defendo o mesmo ponto de vista de V. Ex.^a quanto à distorção no crescimento das várias Regiões do País.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex.^a vai, aqui, como bom didata que é, esclarecer-me por que há tanta riqueza no Recife. Estive lá, Senador Arnon de Mello, há pouco tempo, e vi clubes no Recife, e devo dizer a V. Ex.^a, que em São Paulo talvez não haja iguais, nem na Guanabara. Então, é uma miséria dourada. Por outro lado, também, confesso a V. Ex.^a que, tendo aportado — e aqui vai um depoimento — no cais do Recife, notei que se mosqueia no cais — para se usar o termo que empregam ali — uma pobreza evidente. Mas me parece que tudo isto representa uma distorção. Gostaria que V. Ex.^a se adentrasse no assunto para esclarecer, não a mim, mas ao Senado.

O SR. ARNON DE MELLO — O eminente colega Senador Vasconcelos Torres vai-me permitir que, antes, me dirija eu ao ilustre Presidente da Mesa, indagando de quanto tempo ainda disponho para falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — V. Ex.^a tem ainda 15 minutos.

O SR. ARNON DE MELLO — Prometo a V. Ex.^a, nobre Senador Vasconcelos Torres, voltar a esta tribuna, para noutra oportunidade — já que hoje não disponho de tempo suficiente — falar a respeito dos variados assuntos a que V. Ex.^a me convoca.

O Sr. Vasconcelos Torres — Porque nesta é difícil.

O SR. ARNON DE MELLO — Entretanto, lembro desde logo a V. Ex.^a que a cidade de Fortaleza, que é a terceira cidade do Nordeste, tem clubes e residências talvez mais ricas do que as do Recife.

O Sr. Vasconcelos Torres — Que miséria é essa?

O SR. ARNON DE MELLO — Desenvolvimento, Sr. Senador Vasconcelos Torres, não quer dizer ausência, no País, no Estado ou nas cidades, de empresários e de capitalistas capazes de fundarem grandes clubes e construirem residências suntuosas. Se V. Ex.^a fôr ao Kuwait verá uma população pobre e um pequeno número de homens bem instalados, residindo em boas casas e freqüentando bons clubes: são dirigentes de emprêsas petrolíferas da Inglaterra e dos Estados Unidos. As favelas da Guanabara estão repletas de antenas de televisão mas isso não quer dizer que as habite uma população rica. A proliferação de agências de Bancos no Nordeste não quer dizer desenvolvimento, nobre Senador, e eu tenho dúvida sôbre se essas agências dão lucros.

O Sr. Vasconcelos Torres — Mas há dinheiro. Se não, lá não se instalariam.

O SR. ARNON DE MELLO — Lamento que V. Ex.^a não estivesse aqui quando há um mês pronunciei discurso sôbre a situação do Nordeste em relação à situação do Centro-Sul. Citei então razões da proliferação de agências bancárias. Temos, hoje, no Brasil, o ICM, vivemos numa sociedade de consumo que amplia o mercado interno pela prosperidade e pelas vendas a crédito, e os Bancos servem como elementos de captação da poupança local, de desconto dos títulos dos compradores e de transferência desses recursos para o Centro-Sul.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex.^a não me convenceu, infelizmente. Esperarei outra oportunidade.

O SR. ARNON DE MELLO — Longe de mim ter a pretensão de querer convencer V. Ex.^a, tão certo estou de que V. Ex.^a conhece, profundamente, os assuntos de que trata, e por isso mesmo tem sôbre cada um deles opinião inflexível e inarredável.

O Sr. Vasconcelos Torres — Sou um ignorante audacioso que interfere num discurso tão brilhante para aprender.

O SR. ARNON DE MELLO — Obrigado a V. Ex^a, sempre tão excessivamente generoso para com o seu colega que ocupa esta tribuna.

O Sr. Vasconcelos Torres — Mas perdoe-me V. Ex^a, êsse dado não me convenceu. Como o tempo de V. Ex.^a é curto, não o interromperei mais.

O SR. ARNON DE MELLO — V. Ex^a poderá apartear-me quantos vêzes queira, sem a idéia de que me interrompe, pois na realidade me acrescenta e me ilustra.

COMO DISTRIBUIR RENDA

Senhores Senadores:

Vivemos no regime capitalista, que tem resolvido problemas sociais sem abolir a liberdade, e, dentro de tal regime, a única forma de distribuir renda é gerar emprêgos. É a forma socialmente mais justa, pois a filantropia, a caridade, não traz justiça social nem eficiência ao sistema. Em nada adianta ao Kuwait, em matéria de desenvolvimento, distribuir dinheiro na rua.

Se, em 10 anos, a industrialização do Nordeste custou ao Brasil, aos preços de 1970, 9 bilhões de cruzeiros — e quanta coisa poderíamos fazer com 9 bilhões de cruzeiros! — cumpre indagar o que resultou dela, no decorrer dêsse tempo, para o bem-estar do homem. Quantos empregos industriais se criaram em 10 anos no Nordeste com êsse grande dispêndio de capital?

Tenho em mãos o quadro estatístico oficial com a relação dos empregos criados “segundo os projetos industriais, pesca e telecomunicações aprovados pela SUDENE”. Vê-se, por êle, que naqueles anos a industrialização gerou ali apenas 154.563 empregos diretos ou 600.000 indiretos, mas isso para o futuro, quando todos os projetos estiverem em funcionamento, porque até agora, com os projetos realizados, chegam à metade disso os empregos diretos já criados, ou seja, 70 a 80 mil. O Nordeste precisa, na situação atual, de 100 mil empregos por ano; entretanto, no decorrer de 10 anos, teve apenas 70 ou 80 mil empregados e exatamente na área urbana, onde mais dinheiro se investiu através da industrialização.

Cada emprêgo dêsses ficou em média por Cr\$ 58.250,00, enquanto na agroindústria canaveira cada emprêgo nôvo custa apenas Cr\$ 6.500,00.

Considerando-se que a população ativa do Nordeste é de 10 milhões de pessoas, conclui-se que a industrialização beneficiou, em dez anos, no setor de emprêgo, uma fração mínima dessa população, ou seja, 1,5% diretamente e 6% indiretamente.

SENADOR CARVALHO PINTO

O Sr. Carvalho Pinto — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Carvalho Pinto.

O Sr. Carvalho Pinto — Entendo que o problema do Nordeste é eminentemente nacional e que reclama a compreensão e, mais do que ela, a decidida colaboração de tôda a Nação. Tenho acompanhado com justificado interêsse os estudos, as análises e os pronunciamentos que se têm desenvolvido neste recinto. Apraz-me, por isso, no instante em que V. Exa. volta a focalizar a matéria, cumprimentá-lo pela impessoalidade, pela elevação, pelo espírito construtivo com que a ela tem trazido, em sucessivos pronunciamentos, uma inestimável colaboração. Neste momento mesmo, V. Exa., com os dados que alinha e com a análise que desenvolve, está trazendo e fazendo uma cabal demonstração de que espírito mais objetivo e realista deve presidir e orientar tal planjamento, para que os largos recursos investidos naquela região possam, realmente, frutificar em benefício da sua desolada população e de tôda a comunidade nacional.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Carvalho Pinto, V. Ex^a confirma, com o seu aparte, o que já aqui disse, há dois dias, em pronunciamento a respeito do magistral trabalho do grande Senador Virgílio Távora, Relator na Comissão de Estudos dos Problemas do Nordeste. V. Exa., exemplar figura de homem público, continua a tradição dos seus antepassados, entre os quais cito com profundo respeito o nome de Rodrigues Alves, que iluminou os albores da República, por duas vêzes eleito para presidí-la, e demonstra que, paulista, nascido num grande Estado, tem sensibilidade para sentir as dores das regiões subdesenvolvidas dêste País. Muito obrigado a V. Exa. pelo aparte com que me honrou.

O Sr. Carvalho Pinto — Obrigado a V. Ex^a pelas palavras tão honrosas com que me distinguiu.

DISTRIBUIÇÃO DE EMPREGOS

O SR. ARNON DE MELLO — Mas, Sr. Presidente, como ia dizendo, cumpre frisar que não estão descontados, do número dos empregos criados, os empregos desaparecidos com a instalação de novas indústrias no Nordeste. Por exemplo: a fábrica de sorvetes Kibon e a fábrica de refrigerantes Maguary provocaram em Pernambuco o fechamento de numerosas indústrias artesanais absorvedoras de mão-de-obra.

Observando-se a distribuição desses empregos, verifica-se que em Pernambuco criaram-se 57.661; na Bahia, 35.137; no Ceará, 20.300; na Paraíba, 15.746; em Alagoas, 7.699; no Rio Grande do Norte, 6.366; em Minas Gerais, 4.191; em Sergipe, 3.817; no Maranhão, 2.564; e no Piauí, 1.002. E se examinamos a progressão no tempo do número de empregos gerados, verificamos que ela não é ascendente mas, ao contrário, nos últimos anos tem sido descendente. Assim, se em 1967 se criaram 25.029 empregos, em 1968 se criaram 22.469, e em 1969, 15.518.

SENADOR AMARAL PEIXOTO

O Sr. Amaral Peixoto — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, ilustre Senador pelo Estado do Rio.

O Sr. Amaral Peixoto — V. Exa., parece-me, está aflorando agora um ponto muito importante — a industrialização do Nordeste feita em fases novas, com projetos bem estudados. Terá esse aspecto fatalmente de reduzir o número de empregos, porque, se as fábricas se fizerem em condições precárias, antieconômicas, tendo como objetivo aumentar a mão-de-obra, os produtos não poderão competir no mercado mundial. Este o problema da industrialização. Mas, acho que V. Exa. aflorava, há pouco, o ponto principal: o abandono do apoio à agricultura. É o que se passa no Norte do meu Estado. Eu invocaria o testemunho do Senador Vasconcelos Torres. Há pouco, dizia S. Exa. que nas favelas, nas proximidades do Estado da Guanabara, o número de nordestinos era enorme. Há 10 anos só existiam ali nordestinos e mineiros. Hoje, há também fluminenses, que abandonaram as suas lavouras no norte do Estado e foram viver em condições miseráveis nos municípios vizinhos à Guanabara. Por quê? Porque o Governo erradicou os cafézais antieconômicos do norte do Estado do Rio, e, é preciso que se saiba, não os pagou devidamente aos fazendeiros que, por isso, não puderam indenizar os colonos; mesmo os colonos que foram indenizados ficaram sem trabalho e mudaram-se para as proximidades da Guanabara à procura de emprego. Veja-se a indústria do açúcar, cujo drama V. Exa. conhece perfeitamente, e há pouco falava que nordestinos haviam comprado fábricas de açúcar no Estado do Rio. Alguns, como o Senador João Cleofas, estão lá trabalhando, dando trabalho aos fluminenses; mas outros já estão fazendo aquilo que previ, como dialoguei com V. Exa.: estão vendendo as quotas para São Paulo e outros Estados, deixando ao abandono os colonos e fornecedores de cana do norte do Estado do Rio. Os fluminenses que se aventuraram, transformando as suas propriedades em propriedades

de criação, defrontam-se com o problema do leite: não estão tendo preço justo pela sua produção. De modo que, industrialização do Nordeste, muito necessária, deve ser feita mesmo com o sacrifício de todo País; como disse há pouco o nobre Senador Carvalho Pinto, é obrigação de todos os brasileiros cuidarem do problema do Nordeste, que é zona explosiva, mas a industrialização tem de ser feita cuidando-se também da agricultura, fomentando a agricultura. Hoje, de manhã, integrando a Comissão de Desenvolvimento Econômico, o Deputado Herbert Levy fez apreciação impressionante: com tôdas as facilidades de crédito que existem — e devo reconhecer que nunca houve tanto crédito para a agricultura, como no momento — o lavrador, o pecuarista não podem pagar o juro mínimo de 17%. Não há atividade da terra que permita êsse pagamento de juros. V. Exa. conhece o assunto melhor do que eu. De modo que está havendo êste desequilíbrio, no Nordeste, que não acompanha o esforço que o Governo vem fazendo para reerguer a Região. Isto porque está sendo examinado apenas um dos aspectos do desenvolvimento industrial. Êste tem que ser feito em bases técnicas, de produção com poucos operários para poder produzir barato e competir no mercado internacional. Mas, não abandonemos a agricultura, não abandonemos as atividades do campo que são estas que dão maior número de trabalho a nossos patricios.

O SR. ARNON DE MELLO — V. Exa., nobre Senador Amaral Peixoto, traz ao meu pronunciamento a colaboração da sua experiência de administrador, Governador que foi, por duas vêzes, do seu grande Estado, além de Ministro de Estado, e a colaboração da sua vivência política e da sua sensibilidade de homem público.

No decorrer do meu pronunciamento, verá V. Ex^a que todos êsses aspectos referidos em seu aparte eu os considere, com a preocupação de contribuir para uma reformulação do modelo econômico adotado para a nossa Região.

SENADOR MAGALHÃES PINTO

O Sr. Magalhães Pinto — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Magalhães Pinto.

O Sr. Magalhães Pinto — Apenas, nobre Senador Arnon de Mello, desejo ajuntar, aos louvores que têm sido feitos ao discurso de V. Exa., o meu. E mais que isso, louvar todos aquêles Senadores e Deputados do Nordeste que têm apresentado seus trabalhos, têm dado sua contribuição para melhor esclarecer o problema do Nordeste, e a maneira de enfrentá-lo. Já tivemos,

há poucos dias, o excelente trabalho do nobre Senador Virgílio Távora, geralmente apreciado por todos e que é uma grande contribuição para o Governo e para o Congresso. O problema do Nordeste, já foi dito e repetido, é um problema brasileiro. Todos nós devemos ter sensibilidade para êle. Particularmente, desejo, entretanto, acrescentar que, como mineiro, como Governador que fui do meu Estado, conheço bem, tenho muita sensibilidade para os problemas do Nordeste. Nós, em Minas, temos uma grande área do nosso Estado onde existem a mesma pobreza e as mesmas dificuldades do Nordeste. Portanto, sabemos que, atendendo ao Nordeste, desenvolvendo o Nordeste, teremos um modelo para desenvolver, inclusive, outras regiões como a do meu Estado, também carente de recursos, e que sofrem as mesmas dificuldades do Nordeste. Louvo V. Exa., Senador Arnon de Mello, como louvo todos os nossos colegas que têm tratado do assunto. Estou certo de que todos estão plantando em terra fértil. Em breve, haveremos de ver resolvidos êsses problemas, que angustiam a todos nós, homens públicos, que pensamos em nosso País como um todo.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Magalhães Pinto, V. Exa. muito me sensibiliza com o seu aparte.

Sou um grande admirador de Minas Gerais, Estado que representa, no Brasil, uma força de equilíbrio, como, por muito tempo, representou para o mundo a Inglaterra. Somos nós, alagoanos, ligados aos mineiros pelo rio São Francisco. Ainda hoje, no Baixo São Francisco, plantamos arroz com as terras adubadas pelo solo mineiro, trazido nas suas enchentes pelo rio São Francisco. Quando o Sr. Presidente da Comissão de Estudos do Nordeste me honrou com a indicação do meu nome para Relator da parte de Legislação Tributária Federal em face do Nordeste, o primeiro Estado que visitei foi o de Minas Gerais, que tem problemas semelhantes aos do Nordeste. O meu Estado, Senador Magalhães Pinto, possui 27 mil km², e Sergipe 21 mil km²; possui Minas uma área de 72 mil km² —, a do Jequitinhonha —, tão pobre quanto a mais pobre área do Nordeste, e inteiramente desassistida, não incluída no Polígono da Sêca. Então V. Exa., que foi Governador de Minas Gerais, sente bem o problema nordesitno porque o tem dentro do seu próprio grande Estado. Muito honrado com o aparte de V. Ex^a, que agradeço, nobre Senador Magalhães Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg.) (Fazendo soar as campainhas.) — A Presidência lembra a V. Ex^a que o seu tempo está esgotado.

O SR. ARNON DE MELLO — Sr. Presidente, sou muito disciplinado e respeito religiosamente as determinações da Mesa. Por isso, não vou pedir, não vou fazer apêlo à generosidade de V. Exa. contra as exigências do Regimento. Vou deixar esta tribuna. Antes, porém, quero levantar uma questão de ordem, e rogo a V. Ex^a que mo permita fazê-lo.

PECADO CONTRA A SÍNTESE

Senhor Presidente:

O grande Padre Antônio Vieira, alongando-se em uma de suas célebres cartas, ao concluí-la, pediu ao destinatário que o perdoasse porque êle não tivera tempo de ser breve. Se o notável pregador, que com a sua eloquência barrôca inextinguível iluminou o Século XVII e elevou tão alto a língua portugueza — profundo conhecedor que era de suas raízes e de seus segredos —, cometia pecados contra a síntese, quem sou eu, Senhor Presidente, pobre mortal pecador, tão desajudado de conhecimentos que eram familiares àquele Mestre, para não os cometer?

Mas ante a observação de V. Exa., fiel cumpridor do Regimento, cuja autoridade, repito, religiosamente respeito, eu desejaria propor uma questão de ordem, qual a de saber se, desdobrando-se o meu discurso além do tempo regimental, e não podendo eu terminá-lo por ter merecido os apartes dos nobres colegas que me honram com a sua atenção, poderei continuá-lo amanhã, e se, mesmo amanhã, não desejando recusar a participação dos colegas no debate de assunto tão importante, ainda não puder concluí-lo, terei direito, para fazê-lo, de tornar à tribuna nesta semana.

Não preciso declarar que bem sei que a minha questão de ordem já está respondida pelo Regimento que me impede mesmo de falar mais de duas vêzes na mesma semana neste Plenário. Levanto-a, contudo, para provocar o exame do assunto e, aproveitando a oportunidade, sugerir aos eminentes Líderes do Governo e da Oposição a reforma do nosso Regimento, que, nesta Legislatura, se apresenta de fato extremamente e cruelmente avaro em matéria de tempo para os oradores.

POR QUE TANTO RIGOR?

Ora, Senhor Presidente, a Câmara dos Deputados tem trezentos e dez membros, e o seu Regimnto confere o tempo de meia hora ao orador do Expediente.

Nós, aqui, no Senado, somos 66 Senadores, e raro é o dia em que contamos com a presença de todos os nossos colegas.

Por outro lado, nem todos amam freqüentar a tribuna, sobretudo para nela se demorar mais tempo, preferindo atuar nas Comissões.

As nossas reuniões especialmente às segundas, quartas e sextas-feiras, quase sempre se encerram antes da hora, havendo, portanto, tempo de sobra para oradores. E hoje, quarta-feira, temos apenas trabalho de Comissões.

Por que, então, êsse rigor todo em matéria de tempo concedido aos oradores para exporem e debaterem suas idéias em Plenário?

Sabemos que a Constituição atual reduziu a competência do Congresso, e o parlamentar não pode apresentar projetos que importem em aumento de despesas.

O exercício do mandato restringe-se então ao estudo dos problemas para expô-los e debatê-los nas Comissões e no Plenário. Mas todos os Senadores não podem integrar tôdas as Comissões — nem as Permanentes nem as Mistas — e há de ocorrer que alguns, aos quais não coube a honra de integrá-las, deseje ocupar a tribuna para falar sôbre o assunto.

AÇÚCAR

Foi o meu caso, por exemplo, quando aqui se discutiu a nova política açucareira. Nem os nobres Senadores Luiz Cavalcante e Teotônio Vilela nem eu, embora Representantes de um Estado grande produtor de açúcar — Alagoas —, fomos incluídos na Comissão Mista constituída para examinar o projeto do Govêrno. Não desejo fazer reparos à nossa exclusão, e desde logo quero aqui render minhas homenagens ao eminente Líder Filinto Müller, cujos serviços ao Brasil nesta hora histórica me honra proclamar e exaltar. Cito o fato apenas para mostrar que, ausentes da Comissão Mista, tínhamos de ocupar a tribuna, porque não podíamos ficar indiferentes ao problema nem alheios a um projeto que interessava fundamentalmente a Alagoas, cuja economia é representada em 60% pelo açúcar. E bem me recordo de como me foi difícil fazer e concluir minhas considerações neste Plenário, advertido pelo Presidente da sessão de que o meu tempo se esgotava, e recebendo concomitantemente diversos apartes que me cumpria responder, por dever de cortesia e ainda porque considero sobremaneira importante o debate, especialmente o debate de matérias das que aqui se têm discutido. É êle, ademais, o debate, que sobretudo anima o Plenário e faz luz para nos conduzir às soluções.

INIBIÇÃO

Creia, Senhor Presidente, que ao subir a esta tribuna já fico em certa inibição, receoso de não ter tempo para concluir o meu pronunciamento. Chego mesmo a cronometrá-lo. Mas não posso medir por antecipação quantos minutos me tomarão os apartes com que tanto me honram os eminentes Colegas. Se tem o orador 30 minutos — o máximo de tempo que o Regimento concede a cada um de nós para falar no Expediente — e recebe e responde apartes, fica às vèzes o orador com menos de 10 minutos para desenvolver suas considerações, e quase que termina como aparteante também e sem tempo de pronunciar o seu discurso. Por outro lado, eu mesmo nem me sinto à vontade para apartear o Colega que está na tribuna, constrangido por tirar-lhe o curto período de tempo de que dispõe.

Ainda na semana passada, quando falava o nobre Senador Carlos Lindenberg, homem público que tanto engrandece esta Casa, éramos advertidos — o ilustre Senador Paulo Guerra e eu — pelo Presidente da Mesa, então o eminente Senador Clodomir Milet, de que o tempo do orador estava esgotado e não o devíamos apartear mais. No entanto, discutíamos problema do mais profundo interêsse para nossas Regiões e para o Brasil, e nesse dia, sexta-feira, a reunião se encerrou por sinal antes da hora.

DIFÍCIL

É difícil mesmo concluir um discurso neste Plenário sem ter de apelar para a generosidade do Presidente no sentido de uma tolerância em matéria de tempo.

O Sr. Vasconcelos Torres — Muito bem! V. Ex^a está falando em meu nome também. Creio que em nome de 80 por cento dos Senadores.

O SR. ARNON DE MELLO — Fica então o orador diante do seguinte dilema: negar apartes aos colegas ou fazer apêlo ao espírito de tolerância do Presidente, compelindo-o a violentar o Regimento.

Ora, negar aparte aos colegas, sôbre ser desagradável, tira ao Plenário muito de sua animação, de sua vida, de seus atrativos, e não contribui para o esclarecimento da matéria tratada. É constrangedor, por outro lado, fazer apêlo ao Presidente para desrespeitar o Regimento.

Mas, por que, Sr. Presidente? Por que, Srs. Senadores? Por que mesmo tanto rigor na redução do tempo para os oradores?

O Sr. Vasconcelos Torres — Muito bem!

QUESTÃO DE ORDEM

O SR. ARNON DE MELLO — É a questão de ordem, Sr. Presidente, que me animo a trazer respeitosamente a V. Ex^a, com o meu caloroso apêlo aos eminentes Líderes da Oposição e do Governo, especialmente ao meu eminente amigo Senador Filinto Müller, por quem tenho tanta admiração, para a reforma do Regimento, permitindo aos Srs. Senadores que debatam mais livremente os temas e assuntos de que tratam e com isto mais acalorem e iluminem êste Plenário, exatamente no momento em que o Congresso precisa mais prestigiar-se para neutralizar a campanha que contra êle se faz.

Sr. Presidente, curvo-me humildemente à decisão de V. Ex^a baseada nas duras regras do nosso Regimento Interno, e deixo a tribuna sem concluir o meu discurso.

PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Respondo à questão de ordem de V. Ex^a. Primeiramente quero agradecer as referências feitas à minha pessoa. Apenas sou um homem que procura cumprir seu dever.

O Regimento Interno da Casa, no seu art. 19, diz o seguinte:

“Haverá, sôbre a mesa, livro especial no qual se inscreverão os Senadores que quiserem usar da palavra, na Hora do Expediente ou após a Ordem do Dia, devendo ser rigorosamente observada a ordem de inscrição.

§ 1º — O Senador inscrito só poderá usar da palavra mais de duas (2) vêzes por semana se não houver outro orador que pretenda ocupar a tribuna.”

Ora, o Regimento, sãbiamente, a meu ver, estabelece um prazo de meia hora, porque, geralmente, são muitos os inscritos para falar, e se algum toma um tempo muito maior, aquêle outro fica prejudicado. Isso não impede que o orador prossiga no seu discurso após esgotada a pauta dos inscritos. V. Ex^a, no caso, por exemplo, depois que falassem os outros oradores inscritos, poderia continuar o seu discurso.

Se o tempo fôsse ilimitado, uns falariam e outros não, ficando êsses últimos prejudicados. É, ao que me parece, o que está escrito no nosso Regimento Interno.

Além disso, os apartes só podem ter um prazo de dois minutos, justamente para não prejudicar o orador que está na tribuna. Porque, caso contrário, um aparte pode durar, como eu

marquei hoje, no discurso de V. Ex^a, 11 minutos, prejudicando o orador, em cujo tempo é contado. Mas V. Ex^a, Sr. Senador, falou durante uma hora e 5 minutos, de modo que, se quiser prosseguir após o último orador, poderá fazê-lo. Aliás, V. Ex^a estava proferindo brilhantíssimo discurso, de interesse geral, mas temos de cumprir o Regimento. Daí por que tive oportunidade de advertir V. Ex^a, lembrando que o seu tempo estava terminado.

PELA ORDEM

O SR. ARNON DE MELLO — Pela ordem, Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Arnon de Mello.

O SR. ARNON DE MELLO (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu não deixei qualquer dúvida sobre o meu aprêço por V. Ex^a e sobre o meu reconhecimento do dever que V. Ex^a tem de cumprir este nosso Regimento que, *data venia* de V. Ex^a, não considero sábio neste ponto.

V. Ex^a me perdoe, mas diz V. Ex^a que um só dos meus aparteantes consumiu, no aparte com que muito me honrou, 11 minutos. Então eu não falei 1 hora e 5 minutos. Descontados os apartes e minhas respostas a êles, devo ter falado menos de 20 minutos.

Pergunto eu se V. Ex^a desconta o excesso de tempo dos aparteantes, porque, se V. Ex^a tem autoridade para retirar o orador da tribuna, há de ter autoridade, também, para limitar o tempo dos aparteantes, se não lhe aprouver deixar de computá-lo no tempo do orador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — O orador é quem permite o aparte. De modo que, a meu ver, a êle cabe controlar os apartes que são dados a seu discurso.

Mas, se os nobres Senadores desejam que a Presidência solicite a atenção dos aparteantes, eu o farei. De amanhã em diante passarei a usar dessa prerrogativa.

O SR. ARNON DE MELLO — O Regimento me proíbe discutir com a Presidência, mas posso solicitar a V. Ex^a uma informação? Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Tem a palavra pela ordem o nobre Senador Arnon de Mello.

O SR. ARNON DE MELLO — Sr. Presidente, o Regimento declara que cada aparteante tem direito a dois minutos, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Lindenberg**) — Dois minutos.

O SR. ARNON DE MELLO — Quem faz cumprir o Regimento nesta Casa, o orador ou a Mesa?

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Lindenberg**) — O orador consente no aparte. Sem consentimento do orador, outro Senador não pode aparteá-lo.

O SR. ARNON DE MELLO — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Lindenberg**) — Se o orador entende que precisa de mais tempo — a meu ver — então não consinta nos apartes. Esta a praxe seguida na Casa.

O SR. ARNON DE MELLO — Se o Presidente é quem faz cumprir o Regimento e tem autoridade para retirar o orador da tribuna, quando o seu tempo se esgotou, e se o Regimento determina que o aparte se limite a dois minutos, creio que o Presidente bem poderia ser também rigoroso no cumprimento do Regimento Interno em matéria de apartes.

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Lindenberg**) — Eu o farei, de amanhã em diante. Não temos feito cumprir esta parte apenas em atenção aos nobres Senadores. E, sendo dispositivo do Regimento, o próprio Senador devia conhecer tal particularidade. Mas, que o tempo é contado integral, não há dúvida. Os apartes são contados no tempo do orador. É o que está no Regimento.

O SR. ARNON DE MELLO (**Pela ordem.**) — Senhor Presidente, estou inscrito para falar como Senador. Falei, há pouco, pela Liderança da Maioria. Pergunto a V. Ex^a se é válida minha inscrição na reunião de hoje, como Senador.

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Lindenberg**) — Nos têrmos regimentais, é válida a solicitação de V. Ex^a, como orador. Como Líder, V. Ex^a teria 20 minutos para falar.

O SR. ARNON DE MELLO — V. Ex^a foi extremamente generoso.

AINDA EMPREGO

O SR. ARNON DE MELLO — Sr. Presidente, muito obrigado a V. Ex.^a por me conceder mais uma vez a palavra. E quero felicitar-me por ter deixado a tribuna há poucos minutos para que a Casa pudesse ouvir a palavra dos nobres Senadores Antônio Fernandes e Paulo Guerra sôbre assuntos de tanto interêsse para a nossa Região.

Sr. Presidente, como ia dizendo, quando o Regimento Interno me impediu de continuar na tribuna, o Nordeste absorveu 7,3% do total dos empregos industriais criados no Brasil em 1970.

Enquanto isso, somente o Rio Grande do Sul, Estado agrícola em transição para a industrialização, absorveu mais que o Nordeste: 8,76%. São Paulo absorveu 45,2% e a Guanabara, 11,9%. Alagoas, meu Estado, com cerca de 1.600 mil habitantes e uma força de trabalho de 640.000 pessoas que cresce por ano em 12.800, obteve, em 1970, 600 empregos.

De acôrdo com o quadro que junto a êste pronunciamento, em 100 pessoas que nasceram em 1970 no Nordeste, apenas 8 tiveram emprêgo, e no Piauí apenas 1,5. Entretanto, na Guanabara, 77 em 100 pessoas nascidas naquele mesmo ano conseguiram emprego industrial.

Não desconheço os estudos de Simon Kuznets, as pesquisas de Paul Singer, tanto como os trabalhos de Gunnar Myrdal, negando à industrialização em países subdesenvolvidos a capacidade de gerar empregos em poucos anos e afirmando que “a industrialização libera mais fôrça de trabalho do que emprega”. Todavia, ainda que a fábrica em si não ofereça maiores oportunidades de emprêgo, estará ela, se utiliza a matéria-prima regional, vegetal e mineral, dando ocupação à mão-de-obra local. Por que não têmos uma indústria vinculada à exploração de recursos naturais, sobretudo aquelas mais absorvedoras de mão-de-obra, como a de vestimentas, pois temos algodão, como a de sapatos, pois temos couro?

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Senhores Senadores:

Defendo o desenvolvimento científico e tecnológico e, como tal, não poderia defender que a industrialização fosse mão-de-obra apenas. Mas, entre ser a industrialização apenas mão-de-obra, e não aproveitar a matéria-prima local, excluindo de todo a participação regional no esforço e processo de produção, há uma grande diferença.

Estimaria deixar bem claro que não preconizo para o Nordeste modelos industriais de países asiáticos, em que o excesso de mão-de-obra alija a mecanização, mas um modelo brasileiro conidente com os novos tempos, no qual se considerem as nossas necessidades de emprêgo sem deixar de utilizar a tecnologia moderna.

O processo industrial nordestino, ao contrário, não se caracteriza pela integração no meio, mas pela sua desintegração do meio, como se sôlto estivesse na região. Que matéria-prima possuímos para uma fábrica de geladeira? Como pode ali prosperar uma fábrica de fogões? E a indústria de televisão, cuja matéria-prima vem tôda ela do Centro-Sul? Exaure-se, com isso, o Nordeste, que perde até o seu poder de compra, porque o teria maior se as indústrias já instaladas utilizasse a matéria-prima regional ou componentes fabricados no local.

Evidentemente, os empresários do Sul só implantam tais indústrias no Nordeste porque são tantas as facilidades de crédito e isenção de impostos a elas concedidas, que não há possibilidade de terem prejuízo.

Em vez de indústrias de simples aparafusamento, de simples montagem, para cuja instalação empregamos rios de dinheiro, não seria mais útil ao Nordeste implantar fábricas que absorvessem a matéria-prima local? Não seria melhor adotarmos um processo de desenvolvimento em que, por exemplo, o algodão Seridó do Rio Grande do Norte estivesse vinculado a uma fábrica de fios finos? Já existe, aliás, uma fábrica nesse Estado que cuida, no momento, de vender camisas aos Estados Unidos por preços mais baratos que as que se compram em Hong Kong. O algodão não precisa de grande propriedade agrícola porque pode ser plantado até nos fundos de quintal — e sua cultura é altamente absorvedora de mão-de-obra: da criança, da mulher, do velho.

COMBINAÇÃO DE CAPITAL E TRABALHO

Para cada região de um país e para cada país do Mundo, há evidentemente uma equação. A combinação de capital e trabalho é, em cada região, diferente. Utilizar a mão-de-obra onde ela é barata não perturba o desenvolvimento, cuja finalidade precípua é promover o aumento de produção a custos mais baixos, para torná-la acessível ao maior número de consumidores, criando, ao mesmo tempo, produção e mercado com poder aquisitivo.

Cada região deve possuir tecnologia própria, sem perda da produtividade, da eficiência do sistema. No Nordeste, uma xícara pode ser feita à mão, economicamente; mas na Suécia só pode ser feita à máquina. Há os projetos de atenderem a conveniência local. Se, no caso brasileiro, êles são importados da Suécia e da Alemanha ou do Centro-Sul, não se dispensa a desejada consideração ao homem. Na Suécia, a mão-de-obra é caríssima, como é na Alemanha, que importa trabalhadores de outros países em deter-

minadas fases do ano. No Centro-Sul, a mão-de-obra é mais cara que no Nordeste. Há que adaptar, então, os projetos às condições e peculiaridades da Região.

Sabemos que o custo do capital e da mão-de-obra foi, no Nordeste, alterado pelo modelo econômico ali implantado, o qual, facilitando o capital, promove a máquina e desprestigia a mão-de-obra. Em outros termos: estimula o uso do capital e desincentiva a utilização da mão-de-obra. O capital é fortalecido pelo crédito fácil e pela isenção de tarifas aduaneiras e de impostos; a mão-de-obra é dificultada pelos impostos e pela legislação trabalhista, pois cada operário é, para o empresário, um problema, uma dificuldade, mesmo que o seu salário seja reduzido.

COORDENAÇÃO

Senhor Presidente:

Pela Lei n.º 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que a criou, compete à SUDENE, "supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e a execução dos projetos a cargo dos órgãos federais da região".

O Decreto-lei n.º 200, que estabeleceu diretrizes para a Reforma Administrativa de 25 de fevereiro de 1967, dispôs em seu art. 9.º: "Os órgãos que operam na mesma área geográfica serão submetidos à coordenação com o objetivo de assegurar a programação e execução integradas dos serviços federais."

E em seu art. 39 determinou que os assuntos de desenvolvimento regional seriam da competência do Ministério do Interior.

Em 16 de julho de 1970, o Decreto n.º 66.882, que regulou a competência e a organização do Ministério do Interior, confirmou que à SUDENE cabia o planejamento e coordenação do desenvolvimento da Região.

No entanto, apesar dos dispositivos da lei, não há a coordenação necessária, dificultada pela infinidade de órgãos federais que atuam na região nordestina. Afora os Ministérios militares, onze Ministérios civis nela influem, cada qual com maior prestígio em sua área, o da Agricultura, Educação, Interior, Saúde, Minas e Energia, Planejamento, Indústria e Comércio, Comunicações, Fazenda e Trabalho.

E sabem, Senhores Senadores, quantos órgãos e entidades oficiais, do Governo Federal, participam do esforço de desenvolvimento do Nordeste, afora os outros estaduais e municipais, e as associações de classe?

Cêrca de cem! Sim, Senhores Senadores, cêrca de cem!

Tenho presente uma relação dêles que junto a êste pronunciamento, mas desde logo ressalto que só o Ministério do Interior tem doze órgãos com maior influência na região: SUDENE, SUDAM, SUVALE, DNOCS, BNR, SERPHAU, BNB, DNOS, BASA, GEIDA, RONDON, GERAN, que agora foi incorporado ao IAA.

Em Pernambuco, há o caso das Usinas Cucaú e Caxangá — uma, a Cucaú, com um plano de racionalização agroindustrial no Ministério do Interior (GERAN), e a outra, a Caxangá, no Ministério da Agricultura (INCRA). Enquanto isso, o Instituto do Açúcar e do Alcool está subordinado ao Ministério da Indústria e do Comércio.

COCENE

São fatôres êsses que bloqueiam o desenvolvimento do Nordeste, cujos problemas foram excelentemente destacados e estudados pela COCENE, presidida pelo eminente Senador Dinarte Mariz, em notável levantamento coordenado pelo nobre Senador Waldemar Alcântara e do qual foi Relator o ilustre Senador Virgílio Távora. Louvados sejam quantos brasileiros a fundo se empenharam nesse esforço de avaliação dos resultados regionais, objetivando não a preponderância de uns Estados sôbre outros Estados, mas antes o desenvolvimento quanto possível harmônico de todos para uns e outros se ajudarem a engrandecer a Nação.

Não há, realmente, problema mais grave no Brasil que o do Nordeste.

CEARA

O Sr. Waldemar Alcântara — Senador, V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Waldemar Alcântara — Eu gostaria de fazer, paralelamente ao discurso de V. Ex.^a, aliás brilhante discurso, alguns comentários. Entretanto, estou advertido de que o Regimento só me dá dois minutos para apartear V. Ex.^a

O Sr. Vasconcelos Torres — Nada além de dois minutos. . .

O Sr. Waldemar Alcântara — Êsses dois minutos, eu aproveitarei apenas para lembrar um fato estatístico. Estatisticamente, o

Nordeste é o assunto mais assíduo, quer nesta Casa, quer na Câmara dos Deputados. Talvez por isso se explique o fenômeno de rejeição que vem sofrendo, de algum tempo a esta parte. Mas é do nosso dever martelar, insistir, por todos os meios, e usando todos os recursos, projetando o quadro real do Nordeste brasileiro, sem dúvida uma região que está a merecer do Govêrno, conforme o discurso invocado por V. Ex.^a, e proferido na SUDENE pelo Presidente Médici, a maior atenção. É desconhecer inteiramente a problemática nordestina querer sustentar alguns pontos de vista que têm sido aflorados nesta Casa. Ainda recentemente, na parte que me toca, vi algumas comparações ou algumas críticas até do problema médico do Nordeste. Tentou-se mostrar aqui que o Nordeste está de tal modo progredindo, que os seus índices de saúde já são melhores do que os do restante do País. Foi feita a invocação de alguns indicadores de saúde, infelizmente distorcidos, porque qualquer analista de saúde pública, verificando os dados existentes e oficiais, porque do Ministério da Saúde e do IBGE, concluirá certamente que a problemática de saúde do Nordeste é muito mais grave do que a do Centro-Sul do País e a do resto do País, fora o Norte. Ora, eu dou êste exemplo para mostrar que os críticos não estão muito seguros nas suas afirmações. Já que fui citado nominalmente por V. Ex.^a, e de maneira tão generosa, sinto-me até inibido de prosseguir nestes comentários, mesmo porque V. Ex.^a está dando uma demonstração evidente de que conhece muito mais o Nordeste e a sua problemática do que nós próprios, do que eu próprio que tive a missão de coordenar êstes estudos no Nordeste, aos quais V. Ex.^a vem aludindo. Por isto não entro nêle, particularmente na parte econômica em que V. Ex.^a colaborou tão ativamente e de maneira tão substancial, que se a COCENE logrou êxito deve em grande parte à contribuição trazida por V. Ex.^a

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado a V. Ex.^a, mas não é bem isso. V. Ex.^a e o Senador Virgílio Távora e o Senador Dinarte Mariz foram os grandes realizadores do trabalho da COCENE. Muito obrigado, nobre Senador Waldemar Alcântara, pela gentileza de seu aparte, que incorporo, honrado e sensibilizado, ao meu discurso.

Realmente, é para entristecer que ouçamos aqui, de representantes de outras áreas do Brasil, palavras de incompreensão para com o nosso problema, mesmo porque o Brasil é também o

Nordeste, e, sem Nordeste desenvolvido, o Brasil, evidentemente, não será o grande País que desejamos que seja.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Lembramo-nos, Senador, — é uma data histórica até para o Brasil —, quando o atual Presidente da República, assumindo as rédeas do Governo dêste País, proclamava que queria o jôgo da verdade. É, com satisfação que nós estamos vendo alguns representantes nordestinos, dos quais justiça é de se fazer o destaque da pessoa de V. Exa., fazerem o jôgo da verdade. . . .

O SR. ARNON DE MELLO — Convocado por V. Exa.

O Sr. Virgílio Távora — . . . dizerem, realmente, o que existe lá, sem saber se agrada ou não agrada a órgãos governamentais. O Poder Central, fiel àquilo que seu primeiro mandatário prometeu, deve também querer fazer o jôgo da verdade, e o jôgo da verdade é dizer que o Nordeste, apesar do que por êle foi feito, apesar da ação do Banco do Nordeste e da SUDENE, precisa — e precisa muito — de, retificadas as diretrizes básicas da política que até então norteava seu desenvolvimento, ter o apoio de todos os seus irmãos do Sul do País. E essa campanha que V. Exa. vem fazendo, essa campanha que deu como resultado a criação da COCENE, tão bem dirigida pelo eminente Senador Dinarte Mariz, coordenada por êste homem de escol que é o nobre Senador Waldemar Alcântara, essa iniciativa — dizíamos nós — não deve cair no vazio, deve ser o passo inicial de um vasto Seminário que se faça sôbre o que está certo, o que está errado na política desenvolvimentista da região a que pertencemos.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Virgílio Távora, o aparte de V. Exa. tem para mim a maior significação. Se realizei com tanto empenho o estudo de que fui incumbido por V. Exa., foi evidentemente para não ficar muito aquém do estudo de V. Exa., que prestou ao Brasil um serviço inestimável, com o relatório apresentado ao nosso Partido, a ARENA, que por sua vez o levou ao Presidente da República. Aprovando V. Exa., líder autêntico da nossa Região, as linhas do pronunciamento que aqui estou fazendo, vejo que a minha missão foi cumprida. Muito obrigado.

CONGRESSO

Por entender que era importantíssimo o problema nordestino foi que o Congresso, através de Senadores e Deputados da ARENA, identificados com o Chefe da Nação na luta em favor do desenvolvimento global do País, se aprofundou no exame da problemática nordestina.

Feito está o diagnóstico, como bem o afirmou o nobre Senador Waldemar Alcântara, que, ao título de homem público, sensível aos problemas sociais, junta o de homem de ciência, devotado à medicina. As estatísticas são oficiais, colhidas nas fontes da administração pública, e bem demonstram como eram procedentes as imprecisões do Sr. Presidente da República no seu antológico discurso de Recife.

O trabalho da COCENE — no qual se reuniu a autoridade dos técnicos e homens de govêrno com a experiência política — merece a atenção não apenas dos nordestinos, mas dos brasileiros. Os remédios indicados não visam ao interêsse regional e sim nacional. O progresso do Centro-Sul está ligado ao do Norte-Nordeste, que, fortalecido, amplia o mercado de consumo para a produção nacional.

Realizado em atenção ao apêlo do Sr. Presidente da República, é a contribuição do Poder Político à grande obra revolucionária no sentido do desenvolvimento global da Nação. Se, na avaliação dos dados colhidos, chegarmos à conclusão de que, depois de doze anos de esforços e gastos, se frustraram as expectativas otimistas despertadas pelo modelo econômico adotado no Nordeste, havemos de reformulá-lo, atentos a que, nos têrmos dos Evangelhos, o valor da árvore se conhece e apura pelos frutos que produz.

PROTERRA

Já o Senador Virgílio Távora bem destacou em seu Relatório a importância do PROTERRA para a construção do Brasil Grande. Instrumento de desenvolvimento integrado, dará êle dimensão adequada, em têrmos sociais e econômicos, à propriedade agropecuária, que não deve ser tão grande como um latifúndio, nem tão pequena como um minifúndio, mas ter um tamanho ótimo para melhor garantir a produtividade.

O mecanismo dos incentivos fiscais não é válido para a agropecuária nem funciona na agricultura, que não pode concor-

rer com a indústria. Enquanto, até hoje, são pouquíssimos os projetos agropecuários já em funcionamento no Nordeste, embora hajam sido aprovados 300 desde 1966, quando a lei estendeu à agricultura os incentivos fiscais — já estão funcionando 320 projetos industriais, 400 em fase de implantação e cento e poucos aprovados nos últimos dez meses.

O PROTERRA vem resolver êste problema, com a vantagem de aplicar os recursos dos incentivos fiscais — 4 bilhões de cruzeiros — no interesse precípua da Região, beneficiando o grande, médio e pequeno proprietário. Ele dispensa taxas de captação. Atua de forma coordenada. Incentiva e possibilita a produção de matéria-prima regional para ser absorvida pela indústria. O dinheiro tem de resolver problema social. O PROTERRA dá recursos aos empresários locais cujos lucros ficam na Região. O PROTERRA articula a produção, assistindo-a em tôdas as fases. Que adianta produzir sem armazenamento? Que adianta crédito sem adubo e máquina? O PROTERRA dá resposta conveniente a essas indagações.

Aguarda o Nordeste a regulamentação e execução do PROTERRA, que mudarão seguramente a imagem do Nordeste, cumprindo-se, assim, o que proclamou o Chefe da Nação no seu discurso de Recife.

PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente:

O trabalho que os parlamentares da ARENA realizaram honra e engrandece a vida política brasileira, ao mesmo tempo que demonstra como não procedem os reparos que se fazem ao Congresso Nacional.

Não se mede pròpriamente a importância do Poder Legislativo pelas palavras que aqui se pronunciam. Afirma-se-lhe a força mesmo por catálise, tanto já a sua simples presença gera benefícios à comunidade. Muitas vêzes até pelo silêncio se condenam e se corrigem desacertos e distorções.

ATÉ 1964

Os primeiros anos da década de 60 constituíram uma das fases mais tumultuadas da nossa vida política, situada a luta parlamentar quase que sòmente no plano pessoal. Os acontecimentos, então verificados no País, modificaram, porém, o quadro

tenebroso, e hoje o Brasil se encaminha para o desenvolvimento em clima de paz e de ordem.

Faz menos de um ano que êste Senado, êste Congresso foi renovado, e para aqui vieram, eleitos pelo povo, membros dos Partidos do Gôverno e da Oposição. A campanha eleitoral foi altamente esclarecedora. Os candidatos — adversários e correligionários do Gôverno — tiveram ampliadas as dimensões da sua propaganda. Êles contavam com ampla liberdade para utilizar os instrumentos de comunicação de massa, mas poderiam não dispor de recursos para pagá-los. A nova lei eleitoral, porém, franqueou-lhes — vale repetir —, tanto a governistas como a oposicionistas, gratuitamente, durante duas horas por dia, todos os microfones de tôdas as emissôras de rádio e televisão do País, e através dêles os oposicionistas muito criticaram os atos do Gôverno ao dirigir suas mensagens ao eleitorado.

Senhor Presidente:

Certo que o nosso atual Parlamento não desmerece os que o antecederam. Não vemos mais esta tribuna ocupada para combater homens e sim problemas, pois a nossa luta é contra os problemas que amarguram a vida do povo e bloqueiam o progresso da Nação. Leiam-se os nossos Anais recentes, e o que nêles se encontra é o debate das grandes questões de interêsse público, animados todos nós pelo esclarecimento delas, como pela indicação dos melhores caminhos a seguir. E o trabalho da COCENE é demonstração positiva do patriotismo dos nossos homens públicos, como de sua capacidade para servir ao Brasil.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARNON DE
MELLO EM SEU DISCURSO DE 6-10-71.**

**ÓRGÃOS E ENTIDADES GOVERNAMENTAIS QUE PARTICIPAM
COM PREPONDERÂNCIA DO PROCESSO DE DESENVOL-
VIMENTO DO NORDESTE:**

Ministério do Interior

- a) entidades de planejamento e coordenação regional:
 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE);
 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);
- b) entidades de desenvolvimento subregional:
 - Superintendência do Vale de São Francisco (SUVALE);
 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS);
- c) entidades relacionadas com o desenvolvimento urbano local integrado e a melhoria das condições do meio ambiente:
 - Banco Nacional da Habitação (BNH);
 - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU);
 - Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS);
- d) entidades regionais de financiamento:
 - Banco do Nordeste S.A. (BNB);
 - Banco da Amazônia S.A. (BASA);
- e) unidades de natureza especial ou transitória:
 - Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário (GEIDA);

- Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (GERAN);
- Projeto Rondon;

a) Ministério da Agricultura

- Comissão de Financiamento da Produção (CFP);
- Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB);
- Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL);
- Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM);
- Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INCRA);
- Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF);
- Inspetoria-Geral da Defesa Sanitária Vegetal;
- Instituto Agrônomo do Nordeste;
- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE);
- Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC);
- Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR);
- Instituto de Pesquisas Agronômicas do Leste (IPEAL);
- Instituto de Pesquisas Agronômicas do Nordeste (IPEANE);
- Instituto de Pesquisas Agronômicas do Centro-Oeste (IPEACO);
- Instituto de Fermentação (IF);
- Instituto Tecnológico de Agricultura e Alimentação (ITA);

b) Ministério do Planejamento e Coordenação Geral

- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE);
- Fundação Instituto de Planejamento Econômico e Social;
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

c) Ministério dos Transportes

- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER);
- Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF);
- Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN);
- Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro;
- Companhia de Navegação do São Francisco;
- Superintendência Nacional da Marinha Mercante;
- Rêde Ferroviária Federal S.A.;
- Viação Férrea Leste Brasileiro;

d) Ministério das Minas e Energia

- Centrais Elétricas Brasileiras S.A.;
- Centrais Elétricas do Médio São Francisco;

- Companhia de Eletricidade do Alto São Francisco;
- Companhia Hidrelétrica do São Francisco;
- Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM);
- Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS);
- Petrobrás Química S.A. (PETROQUISA);

e) Ministério da Saúde

- Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP);
- Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu);
- Companhia de Erradicação da Malária;
- Serviço Nacional de Tuberculose;
- Serviço Nacional da Lepra;
- Serviço Nacional de Doenças Mentais;

f) Ministério da Educação e Cultura

- Escola Industrial Federal (Alagoas, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe);
- Escola Técnica Federal da Bahia, do Maranhão e de Pernambuco;
- Escola Superior de Agricultura de Mossoró;
- Universidade Federal (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte);
- Universidade Federal Rural de Pernambuco;
- Escola de Agronomia do Ceará;
- Escola de Agronomia do Nordeste (Areia — PB);
- Escola Superior de Agricultura (Recife);
- Escola de Agronomia da Bahia (Cruz das Almas);
- Escolas Rurais (Companhia Nacional de Educação Rural);
- Diretorias de Ensino Comercial;
- Diretorias de Ensino Industrial;
- Diretoria de Ensino Secundário;
- Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional;
- Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL);
- Fundação Universidade do Maranhão;
- Fundação Universidade Federal de Sergipe;
- Fundação Universidade Federal do Piauí;

g) Ministério da Indústria e do Comércio

- Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA);
- Instituto Brasileiro do Café (IBC);

- Superintendência da Borracha;
- Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR);
- Comissão Executiva do Sal;
- Juntas Comerciais;
- Delegacias Regionais;

h) Ministério das Comunicações

- Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL);
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

i) Ministério do Trabalho e Previdência Social

- Instituto Nacional de Previdência Social (INPS);
- Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE);
- Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA);

j) Ministério da Fazenda

- Banco Central do Brasil;
- Caixas Econômicas Federais;
- Banco do Brasil S.A. (inclusive a Carteira de Comércio Exterior — CACEX);
- Delegacia da Receita Federal

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SUDENE

Departamento de Industrialização

LEVANTAMENTO DOS IMPORTOS PAGOS NOS ANOS DE
1969/1970 POR 5% DAS INDÚSTRIAS APROVADAS PELA
SUDENE (Cr\$ 1.000,00)

ESTADO	Nº Indústrias Pesquisadas	Liberações do 34-18 para as Empresas Pesquisadas	Impostos pagos nos anos de 1969 e 1970
Ceará	7	2.646,1	10.992,4
Paraíba	3	7.222,4	3.142,1
Pernambuco . . .	18	72.973,7	94.236,4
Alagoas	1	1.814,1	611,2
Sergipe	1	32,2	2.286,1
Bahia	10	58.238,7	18.757,2
Minas Gerais ..	1	5.967,3	24.088,5
TOTAL	41	149.394,5	154.113,9

COMPOSIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL A PREÇOS CORRENTES — 1960/1970

ANO	N.º DE	N.º DE	Investimento	RECURSOS		RECURSOS DOS		RECURSOS DE		FINANCIAMENTO	
	PARECERES	PROJETOS	Total	PRÓPRIOS		ARTIGOS 34-18		BANCOS OFICIAIS		EXTERNO	
	APROVA- DOS	APROVA- DOS	Projetado Cr\$ 1,00	Cr\$ 1,00	%	Cr\$ 1,00	%	Cr\$ 1,00	%	Cr\$ 1,00	%
1960	23	22	7.519.321	7.519.321	100	—	—	—	—	—	—
1961	23	20	10.096.636	10.096.636	100	—	—	—	—	—	—
1962	66	52	15.382.209	10.015.550	65,1	—	—	1.912.460	12,4	3.365.627	23,0
1963	86	59	36.392.577	13.599.957	37,3	7.308.641	20	11.742.417	32,2	3.988.846	10,9
1964	91	58	133.390.670	67.560.561	33,8	26.364.385	19,7	7.754.781	5,8	31.710.943	41,6
1965	109	58	138.870.795	68.185.547	48,7	33.051.524	23,8	33.310.498	23,9	4.323.226	3,4
1966	186	84	335.419.356	79.929.923	23,8	152.430.918	45,4	75.881.116	22,6	27.177.399	8,1
1967	266	136	1.099.839.910	239.483.233	21,3	492.795.451	44,8	186.872.530	16,9	179.688.696	16,7
1968	247	130	953.824.450	228.504.141	23,3	510.816.035	53,5	153.938.227	16,1	60.476.047	6,9
1969	232	98	1.140.990.438	297.165.346	26,4	581.253.919	50,9	115.175.764	10,0	147.395.409	12,7
1970	231	113	1.658.060.038	578.154.303	34,9	750.372.597	45,2	203.293.682	12,2	126.239.456	7,7
TOTAL	1.560	830	5.350.786.400	1.600.304.518	25,6	2.554.401.570	46,5	789.881.445	15,1	584.365.649	12,5

QUADRO Nº 1
POPULAÇÃO BRASILEIRA

ESTADOS	Em 1.000 habitantes		
	1968	1969	1970
Amazonas	899	922	946
Pará	2.008	2.083	2.161
Acre	202	209	216
Rondônia	102	108	114
Roraima	38	40	41
Amapá	101	108	115
Maranhão	2.891	2.944	2.998
Piauí	1.582	1.631	1.681
Ceará	4.126	4.245	4.367
Rio Grande do Norte	1.462	1.504	1.552
Paraíba	2.303	2.343	2.385
Pernambuco	4.932	5.048	5.167
Alagoas	1.517	1.553	1.590
Sergipe	871	886	902
Bahia	7.167	7.336	7.509

ESTADOS	1968	1969	1970
	Em 1.000 habitantes		
Minas Gerais	11.133	11.314	11.498
Espírito Santo	1.502	1.550	1.600
Rio de Janeiro	4.411	4.576	4.747
Guanabar	4.033	4.141	4.252
São Paulo	16.588	17.172	17.776
Paraná	6.169	6.542	6.937
Santa Catarina	2.720	2.810	2.903
Rio Grande do Sul.....	6.406	6.537	6.670
Mato Grosso	1.387	1.490	1.600
Goiás	2.677	2.806	2.941
Distrito Federal	299	401	538
Norte	3.340	3.470	3.592
Nordeste	26.851	27.490	28.150
Sudoeste	37.667	38.753	39.873
Sul	15.295	15.889	16.510
Centro-Oeste	4.363	4.697	5.080
TOTAL	87.516	90.299	93.206

QUADRO N.º 2
NOVOS EMPREGOS INDUSTRIAIS

Em unidade

ESTADOS	1968	1969	1970
Amazonas	5.055	3.745	6.219
Pará	7.334	6.131	10.880
Acre	50	84	581
Rondônia	—	289	328
Roraima	—	5	—
Amapá	191	35	476
Maranhão	1.162	3.772	797
Piauí	1.319	1.187	743
Ceará	10.708	10.728	9.127
Rio Grande do Norte	2.905	1.511	1.972
Paraíba	5.258	2.750	3.288
Pernambuco	16.934	14.359	16.981
Alagoas	2.826	5.377	1.920
Sergipe	3.599	2.168	2.161
Bahia	20.945	20.222	15.558

ESTADOS	1968	Em 1.000 habitantes	
		1969	1970
Minas Gerais	37.231	41.239	58.378
Espírito Santo	5.928	5.061	7.098
Rio de Janeiro	22.688	29.504	41.893
Guanabara	70.870	66.495	85.510
São Paulo	283.561	228.552	325.299
Paraná	18.917	27.002	23.893
Santa Catarina	13.885	13.782	20.175
Rio Grande do Sul	36.279	32.856	63.002
Mato Grosso	2.841	2.636	2.825
Goiás	6.593	6.578	8.634
Distrito Federal	11.134	6.215	11.585
Norte	12.580	10.289	18.484
Nordeste	65.656	62.074	52.547
Sudeste	420.278	370.851	518.178
Sul	69.081	73.640	107.070
Centro-Oeste	20.568	15.429	23.044
TOTAL	588.163	532.283	719.323

QUADRO N.º 3

**IMPORTANCIA RELATIVA DA POPULAÇÃO E DO NÓVO EMPREGO
INDUSTRIAL, EM TÊRMO S ESTADUAL E REGIONAL**

ESTADOS	% Da população total			% Do emprego industrial total		
	1968	1969	1970	1968	1969	1970
Amazonas	1,01	1,02	1,03	0,85	0,70	0,86
Pará	2,29	2,31	2,33	1,25	1,15	1,51
Acre	0,23	0,23	0,23	0,01	0,02	0,08
Rondônia	0,12	0,12	0,12	—	0,05	0,05
Roraima	0,04	0,04	0,04	—	—	—
Amapá	0,11	0,12	0,13	0,03	0,01	0,07
Maranhão	3,30	3,26	3,22	0,20	0,71	0,11
Piauí	1,81	1,81	1,81	0,22	0,22	0,10
Ceará	4,71	4,70	4,69	1,82	2,02	1,27
Rio Grande do Norte	1,67	1,67	1,67	0,49	0,28	0,27
Paraíba	2,63	2,59	2,55	0,89	0,52	0,46
Pernambuco	5,64	5,59	5,54	2,88	2,70	2,36
Alagoas	1,73	1,72	1,71	0,48	1,01	0,27
Sergipe	1,00	0,98	0,96	0,61	0,41	0,30
Bahia	8,19	8,12	8,05	3,56	3,80	2,16

ESTADOS	% Da população total			% Do emprêgo industrial total		
	1968	1969	1970	1968	1969	1970
Minas Gerais	12,72	12,53	12,32	6,33	7,75	8,12
Espírito Santo	1,72	1,72	1,72	1,01	0,95	0,99
Rio de Janeiro	5,04	5,07	5,10	3,86	5,54	5,82
Guanabara	4,61	4,59	4,57	12,05	12,49	11,89
São Paulo	18,95	19,02	19,09	48,21	42,94	45,22
Paraná	7,05	7,24	7,43	3,22	5,07	3,32
Santa Catarina	3,11	3,11	3,11	2,36	2,59	2,80
Rio Grande do Sul	7,32	7,24	7,16	6,17	6,17	8,76
Mato Grosso	1,58	1,65	1,72	0,48	0,50	0,39
Goiás	3,06	3,11	3,16	1,12	1,24	1,20
Distrito Federal	0,34	0,44	0,54	1,89	1,17	1,61
Norte	3,69	3,72	3,88	2,14	1,93	2,57
Nordeste	30,68	30,44	30,20	11,63	11,67	7,30
Sudeste	43,04	42,93	42,80	71,46	69,67	72,04
Sul	17,48	17,59	17,70	11,74	13,83	14,88
Centro-Oeste	4,98	5,20	5,42	3,50	2,91	3,20
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

QUADRO N.º 4

IMPORTÂNCIA RELATIVA DO NÓVO EMPREGO INDUSTRIAL, FACE A
POPULAÇÃO TOTAL E AO ACRÉSCIMO POPULACIONAL

ESTADOS	Emprego nôvo/população			Emprego nôvo/incremento demográfico		
	1968	1969	1970	1968	1969	1970
Amazonas	0,56	0,41	0,66	22,75	16,28	25,91
Pará	0,37	0,29	0,50	10,19	8,17	13,95
Acre	0,02	0,04	0,27	0,72	1,20	8,30
Rondônia	—	0,27	0,29	—	4,82	5,47
Roraima	—	—	—	—	—	—
Amapá	0,18	0,03	0,41	3,18	0,58	6,80
Maranhão	0,04	0,13	0,03	2,23	7,12	1,48
Piauí	0,08	0,07	0,04	2,75	2,42	1,49
Ceará	0,26	0,25	0,21	9,23	9,01	7,48
Rio Grande do Norte	0,20	0,10	0,13	8,07	3,60	4,11
Paraíba	0,23	0,12	0,14	14,21	6,87	7,83
Pernambuco	0,34	0,28	0,33	14,99	12,38	14,27
Alagoas	0,19	0,35	0,12	8,07	14,94	5,19
Sergipe	0,41	0,24	0,24	25,71	14,45	13,51
Bahia	0,29	0,28	0,21	12,69	11,97	8,99
Minas Gerais	0,33	0,36	0,51	20,92	22,78	31,73
Espírito Santo	0,39	0,33	0,44	12,89	10,54	14,20
Rio de Janeiro	0,51	0,62	0,88	14,27	17,88	24,50
Guanabara	1,76	1,61	2,01	67,50	61,57	77,04
São Paulo	1,71	1,33	1,83	50,28	39,13	53,86

Estados	Emprego nôvo/população			Emprego nôvo/incremento demográfico		
	1968	1969	1970	1968	1969	1970
Paraná	0,30	0,41	0,35	5,39	7,24	6,05
Santa Catarina	0,51	0,49	0,69	15,96	15,31	21,69
Rio Grande do Sul	0,57	0,50	0,94	28,12	25,08	47,37
Mato Grosso	0,20	0,18	0,18	2,96	2,56	2,57
Goiás	0,25	0,23	0,29	5,36	5,10	6,40
Distrito Federal	3,72	1,55	2,15	14,84	6,09	8,46
NORTE	0,38	0,30	0,51	10,94	8,57	15,03
NORDESTE	0,24	0,23	0,19	10,66	9,71	7,95
SUDESTE	1,12	0,96	1,30	39,95	34,15	46,27
SUL	0,45	0,46	0,65	12,18	12,40	17,24
CENTRO-OESTE	0,47	0,33	0,45	7,00	4,62	6,03
TOTAL	0,67	0,59	0,77	22,24	19,19	24,74

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SEXO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E AS UNIDADES
DA FEDERAÇÃO

(Em 1º de setembro de 1970)

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE		
	Total	Homens	Mulheres
BRASIL	93.205.608	46.355.550	46.850.058
Norte	3.592.478	1.811.696	1.780.722
Nordeste	28.150.068	13.729.972	14.420.096
Sudeste	39.872.625	19.867.748	20.004.877
Sul	16.510.485	8.336.701	8.173.784
Centro-Oeste	5.079.952	2.609.433	2.470.519
NORTE			
Rondônia	113.659	61.002	52.657
Acre	216.200	112.590	103.610
Amazonas	945.701	476.820	468.881
Roraima	40.915	21.073	19.842
Pará	2.161.316	1.082.598	1.078.718
Amapá	114.687	57.613	57.074

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

POPULAÇÃO RESIDENTE

	Total	Homens	Mulheres
NORDESTE			
Maranhão	2.997.576	1.496.959	1.500.617
Piauí	1.680.954	828.107	852.847
Ceará	4.366.970	2.132.420	2.234.550
Rio Grande do Norte	1.552.158	755.343	796.815
Paraíba	2.384.615	1.143.874	1.240.741
Pernambuco	5.166.554	2.491.053	2.675.501
Alagoas	1.589.605	777.181	812.424
Fernando de Noronha	1.239	687	552
Sergipe	901.618	436.532	465.086
Bahia	7.508.779	3.667.816	3.840.963
SUDESTE			
Minas Gerais	11.497.574	5.714.465	5.783.109
Espírito Santo	1.600.305	806.147	794.158
Rio de Janeiro	4.746.848	2.380.000	2.366.848
Guanabara	4.252.009	2.035.494	2.216.515
São Paulo	17.775.889	8.931.642	8.844.247
SUL			
Paraná	6.936.743	3.554.282	3.382.461
Santa Catarina	2.903.360	1.462.658	1.440.702
Rio Grande do Sul	6.670.382	3.319.761	3.350.621

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

POPULAÇÃO RESIDENTE

	Total	Homens	Mulheres
CENTRO-OESTE			
Mato Grosso	1.600.494	833.962	766.532
Goiás	2.941.107	1.504.376	1.436.731
Distrito Federal	538.351	271.095	267.256

(*) Exclusivo os dados referentes ao Município Pauni.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA e ABASTECIMENTO

Divisão de Análise de Projetos

DADOS RELATIVOS AOS PROJETOS APROVADOS ATÉ DEZEMBRO DE 1970

ESTADOS	N.º de Projetos	N.º de Empregos Diretos	Investimento Total	Recursos dos Arts. 34/18
Maranhão	22	1.120	151.801.654	113.274.473
Piauí	11	294	37.086.211	26.957.092
Ceará	44	1.221	98.360.816	70.699.208
Rio Grande do Norte	20	706	73.632.063	54.085.607
Paraíba	78	1.936	155.045.028	111.686.074

ESTADOS	N.º de Pro- jetos	N.º de Em- pregos Diretos	Investimento Total	Recursos dos Artigos 34/18
Pernambuco	74	2.234	115.082.740	82.092.923
Alagoas	6	181	13.199.118	9.580.693
Sergipe	2	125	5.555.315	3.272.105
Bahia	30	4.419	96.056.827	67.229.222
Minas Gerais	53	1.828	145.858.875	107.810.336
TOTAL	340	14.164	891.678.647	646.687.733

EMPRESAS BENEFICIADAS COM ISENÇÕES

Total e Parcial do Imposto de Renda

1960/1970

A N O	Quantidade de Empresas com Isenção Total (100%)	Quantidade de Empresas com Isenção Parcial (50%)
1960	—	1
1961	—	72
1962	1	378
1963	—	62
1964	—	—
1965	13	339
1966	11	208
1967	7	138
1968	7	128
1969	13	118
1970	17	204
Total	69	1.668

EMPREGOS PREVISTOS NOS PROJETOS INDUSTRIAS APROVADOS PELA SUDENE

Período de 1960/1970

DISCRIMINAÇÃO	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	Total
Empregos diretos	6.449	11.957	9.876	7.098	9.478	8.871	21.892	25.029	22.469	15.518	15.593	154.230
Empregos indiretos	25.796	47.828	39.504	28.392	37.912	35.484	87.568	100.116	89.876	62.072	62.372	616.920
Total	32.245	59.785	49.380	35.490	47.390	44.355	109.460	125.145	112.345	77.590	77.965	771.150

DEPARTAMENTO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

EMPREGOS CRIADOS SEGUNDO OS PROJETOS INDUSTRIAIS, PESCA E TELECOMUNICAÇÕES

Aprovados pela SUDENE

ESTADOS	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	Total
I — Maranhão	—	144	677	—	55	396	75	834	419	—	164	2.564
II — Piauí	—	17	31	49	97	40	306	—	39	518	—	1.002
III — Ceará	60	—	2.364	535	677	2.083	1.946	5.245	3.599	1.432	2.359	20.302
IV — R. G. Norte ...	—	—	363	365	210	724	274	1.155	78	1.181	1.235	6.356
V — Paraíba	602	244	3.609	327	543	1.554	1.880	1.589	2.152	2.117	1.129	15.746
VI — Pernambuco ...	3.710	11.170	2.822	1.950	2.822	2.936	8.017	8.814	7.668	4.388	5.020	57.661
VII — Alagoas	1.606	—	199	712	1.596	231	405	937	1.651	11	351	7.699
VIII — Sergipe	—	—	369	1.325	349	57	477	634	285	179	142	8.817
IX — Bahia	471	374	1.101	1.835	2.679	850	7.722	5.488	5.314	4.116	5.206	36.137
X — Minas Gerais ...	—	—	—	—	450	—	790	552	589	1.579	291	4.191
	6.449	11.957	9.876	7.098	9.478	8.871	21.892	25.029	22.469	15.518	15.926	154.563

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PRIVADOS APROVADOS PELA SUDENE NO PERIODO
DE 1960/1970, SEGUNDO OS ESTADOS — PREÇOS — DE 1971 — Cr\$ 1,00

ESTADO	Recursos Próprios	Incentivos Fiscais	Outros Recursos (+)	Total
I — Maranhão	53.213.225	79.106.877	28.470.478	160.790.580
II — Piauí	220.836.029	81.882.851	44.391.255	347.110.135 (++)
III — Ceará	188.953.936	368.240.077	250.755.653	807.949.666
IV — Rio Grande do Norte ...	115.172.244	234.484.500	127.853.863	477.751.607
V — Paraíba	215.303.033	298.733.445	188.208.622	702.245.100
VI — Pernambuco	1.324.663.230	1.191.523.549	552.871.820	3.069.058.599
VII — Alagoas	164.922.199	291.453.121	142.128.509	598.503.829
VIII — Sergipe	54.079.312	47.962.131	47.655.146	149.696.589
IX — Bahia	1.242.107.540	1.496.856.095	1.308.038.075	4.047.001.710
X — Minas Gerais	57.437.292	115.725.772	54.525.663	227.688.727
Total	3.636.688.040	4.205.968.418	2.744.899.084	10.587.555.542

(+) — Inclui financiamento de Bancos Oficiais e financiamentos externos.

(++) — Inclui investimentos da COHEBE, que beneficiam Maranhão, Piauí e parte do Ceará.



PROTERRA

Senhor Presidente: (1)

Emociona-me voltar a esta tribuna para falar sobre o Nordeste, não apenas como filho da Região, cruelmente marcada pelo atraso, mas também como representante do Brasil, que carece, para ser verdadeiramente grande, tal qual nós o queremos, do desenvolvimento quanto possível harmônico de todas as suas unidades federativas.

Há cerca de um mês, referi aqui o PROTERRA, cuja importância se mede menos pelos recursos de que dispõe que pelos altos objetivos que lhe inspiraram a criação. Visa êle, dentro de uma nova estratégia, a integrar as duas regiões mais necessitadas deste País — o Norte e o Nordeste — promovendo, como diz o Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971, “o mais fácil acesso do homem à terra”, criando “melhores condições de emprego de mão-de-obra” e fomentando “a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE”.

Vale a pena citar o artigo 3º do mesmo decreto que dispõe sobre a aplicação dos seus recursos, no total de quatro bilhões de cruzeiros:

“Art. 3º — Os recursos de que trata o artigo anterior serão incluídos no orçamento monetário dos exercícios respectivos para aplicação nos seguintes fins:

a) aquisição de terras ou sua desapropriação, por interesse social, inclusive mediante prévia e justa indenização em dinheiro, nos termos que a lei estabelecer, para posterior venda a pequenos e médios produtores rurais da região, com vistas à melhor e mais racional distribuição de terras cultiváveis;

b) empréstimos fundiários a pequenos e médios produtores rurais, para aquisição de terra própria cultivável ou ampliação de propriedade considerada de dimensões insuficientes para exploração econômica e ocupação da família do agricultor;

(1) Discurso pronunciado na Sessão do Senado Federal de 5 de novembro de 1971, em Brasília.

- c) financiamento de projetos destinados à expansão da agroindústria, inclusive a açucareira, e da produção de insumos destinados à agricultura;
- d) assistência financeira à organização e modernização de propriedades rurais, à organização ou ampliação de serviços de pesquisas e experimentação agrícola, a sistemas de armazenagem e silos, assim como a meios de comercialização, transporte, energia elétrica e outros;
- e) subsídios ao uso de insumos modernos;
- f) garantia de preços mínimos para os produtos de exportação; e
- g) custeio de ações discriminatórias de terras devolutas e fiscalização do uso e posse da terra.”

PALAVRA CUMPRIDA

Senhores Senadores:

A propósito dos investimentos do Governo Federal no Nordeste, já tive ensejo de referir desta tribuna, em 6 do corrente, o discurso pronunciado em Recife pelo Sr. Presidente da República no mês de julho de 1970, quando visitou as áreas mais flageladas pela seca.

Hoje, alegra-me lembrar a mensagem que o Chefe da Nação ainda antes daquela visita, há dois anos passados, dirigiu ao povo nordestino no ensejo do 10º aniversário da SUDENE, e publicada em livro sob o título “O Jôgo da Verdade”.

Disse, então, de início, S. Ex^a, que “é chegada a hora de antecipar o tempo da grande presença do Nordeste no Brasil”. E finalizou assim: “Sentindo, no Nordeste, a grande fronteira do Brasil com o Mundo, só o compreendo dignificado, produtivo e forte para repetir, através dos tempos, a determinação e a resistência, a altivez e o desafio dos Guararapes.”

O HOMEM ANTES DA REGIÃO

A parte alta da mensagem do Sr. Presidente está, entretanto, nestas palavras, que afirmam uma política “de prevalência do homem nordestino sôbre o Nordeste”:

“Quero dizer ao Nordeste e ao nordestino que, passados dez anos de vida da SUDENE — e encerrados os ciclos de dois Governos Revolucionários —, em que se criou muito mais uma estrutura econômica do que uma estrutura social, o meu Governo pretende orientar sua política no sentido da prevalência do nordestino sôbre o Nordeste.

Para isso, estaremos atentos aos problemas de terras e de homens, a modernizar a agricultura, a racionalizar as bases da agroindústria canavieira, a incrementar a produtividade, a desenvolver a lavoura de sustento, a melhorar a comercialização dos produtos e a construir centrais de abastecimento.

Buscaremos o fortalecimento das estruturas político-administrativas, indispensável à eliminação das disparidades entre sub-regiões e entre unidades federais.

E marcharemos ao encontro de soluções para os problemas de desemprego e subemprego, incluindo a ampliação de oportunidades de formação e treinamento de mão-de-obra especializada.

Orientaremos os incentivos fiscais e creditícios para finalidades muito mais de profundidade que de superfície, de tal forma que os investimentos não se dispersem, não se pulverizem, não se malbaratem em iniciativas oportunistas, enganadoras, artificiais ou inconsistentes, antes se concentrem em cometimentos multiplicadores, produtivos, permanentes, capazes de realizarem a verdadeira humanização de tanta paisagem ainda sub-humana.”

CONFIRMAÇÃO

Senhores Senadores:

O Sr. Presidente da República não é homem de prometer para não fazer, e o PROTERRA foi a confirmação, em ato revolucionário, das palavras da mensagem de dois anos atrás. Pode-se dizer que nenhum plano mais importante já existiu neste País. Vamos contar, pela primeira vez, com programas realmente integrados de desenvolvimento de duas regiões, e tendo como meta o homem, sobretudo o homem redundante por emprego insuficiente ou emprego inadequado. E não imaginem os descrentes que se trata de miragem, porque, além de estar lastreado numa infra-estrutura garantidora do bom êxito e de ser perfeitamente viável, sua plena execução — dependente ainda dos programas a serem elaborados e aprovados — é um imperativo da sobrevivência de um terço da população brasileira. Tem, ademais, o aval da palavra do Sr. Presidente da República, que nunca faltou à Nação e merece sua total confiança.

DISTORÇÃO

Chega o PROTERRA em momento propício, o Nordeste ainda sob os efeitos da seca terrível, que o pegou de surpresa, e

mais despreparado do que há onze anos atrás, quando ainda não se criara o órgão destinado a superintender-lhe o desenvolvimento.

Os chineses dizem: "O que ocorreu não pode remediar-se. Vejamos o que podemos fazer no futuro". Nós, brasileiros, dizemos: "Não vale a pena chorar sôbre o leite derramado porque o leiteiro já lhe pôs bastante água". Não desejo, de acôrdo com tal lição, protestar nem mesmo criticar, mas devo, sinceramente, confessar que não compreendo porque em onze anos se empregaram, aos valores de 1970, nove bilhões de cruzeiros da União e da SUDENE (34/18) quase exclusivamente em 49% da área do Nordeste, correspondente à zona Litoral-Oriental-Mata, deixando a bem dizer sem investimentos 51% da mesma área nordestina integrantes da zona semi-árida, com 48,5% da população regional, exatamente a mais necessitada de amparo, a mais de pauperada, sujeita a sêcas, e para cujo desenvolvimento foi justamente criada a SUDENE.

Não quero criticar, mas não posso deixar de reconhecer, como aliás, o fêz, em sua citada mensagem, o Sr. Presidente da República, que realmente o modelo adotado para o Nordeste ficou no econômico, não se estendeu ao social, nem muito menos cuidou do homem, que hoje lá vive marginalizado e em regime, senão de desemprego, de subemprego ou emprêgo disfarçado, quando não é de lá exportado para o Centro-Sul, onde já não encontra oportunidades de trabalho senão no setor terciário. Por isso mesmo e apesar de tudo, é o setor terciário, o dos serviços, no Nordeste e em outras regiões, exageradamente desenvolvido, embora indispensável fôsse desenvolver simultâneamente os demais setores, pois o progresso impõe o justo equilíbrio entre os setores de agricultura, indústria e serviços.

MIGRAÇÃO

Senhor Presidente:

Expulso do Nordeste, como mão-de-obra redundante, corre o trabalhador rural para as cidades e capitais da região ou para o Centro-Sul.

Antigamente, segundo Von Martius, era sobretudo a sêca que obrigava os índios a migrarem, a abandonarem suas tabas. Deixaram os Cariri os vales do Jaguaribe, do Apodi e do Açu pelos do Sul do São Francisco, a chapada do Araripe pela Borborema. Na excelente conferência que fêz em 1957 no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, de Recife, para os Estagiários do Curso de Estado-Maior e Comando das Fôrças Arma-

das, Mauro Mota alude às primeiras migrações do Nordeste, refere Fernão Cardim, em seu **Tratados da Terra e Gente do Brasil**, e cita que, entre 1580 e 1583, “houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão, apertados pela fome, socorrendo-se dos brancos, quatro ou cinco mil índios.”

Agora, porém, Senhores Senadores, não é apenas a sêca que expelle dos campos o trabalhador da Região. Pesquisas recentes indicam, como responsáveis pelo êxodo rural, ao lado da estiagem, o desemprego, o baixo salário, o alto preço das terras, a falta de assistência. Outrora, atizado e explorado pelos agenciadores, era o nordestino trazido ao Centro-Sul em meios de transporte que lembravam navios negreiros, e despejado como carga humana nos terminais da viagem. Hoje, porém, não carece êle, para largar a terra, de outros estímulos que não sejam a necessidade de trabalhar, que o consome, e a ambição de melhores dias, que é o que o alimenta. E ainda que “quem parte, parte chorando, quem fica morre de dor”, como lá diz a canção, partem precisamente os mais fortes, os mais vigorosos. Vendem cá fora as energias que Deus lhe deu, e voltam mais tarde, os que voltam, já sem fôrças para produzir. Esgotados, vão pesar nos parques orçamentos dos que ficaram e mais sacrificar a economia da comunidade.

CONTRAPÊSO

Já hoje, entretando, Senhor Presidente, o trabalhador nordestino que chega ao Centro-Sul nem encontra as mesmas facilidades de emprêgo na agricultura. Aqui repellido dos campos, êle se deixa ficar na cidade como o faz no Nordeste, e a cidade também não o aceita porque já não lhe proporciona trabalho na indústria. Mergulhado, assim, na pobreza extrema, sub-empregase como biscateiro, engraxate, guardador e lavador de automóveis, vendedor de bilhetes. Concentradora de renda, torna-se a cidade, cada vez mais, pólo de atração e ponto de ostentação da miséria rural, que, nela não encontrando a acolhida sonhada, abre, frustrada e ressentida, a chaga das favelas, onde ostenta, improdutiva, clamoroso desperdício de fôrça de trabalho.

Deixa, então, o trabalhador rural de produzir no campo o feijão e a farinha da sua dieta alimentar, e vai consumi-los na cidade, integrado no setor terciário. Colabora, em consequência, no desequilíbrio do mercado interno através do aumento da demanda e da redução da oferta, não é mola, é pêso, já não produz e, no entanto, consome. Mão-de-obra desocupada, faz pressão para elevar os preços dos alimentos e cria a inflação estrutural, já identificada e em estudos hoje pela CEPAL.

Diga-se, aliás, que essa elevação de preços dos alimentos não beneficia o produtor, porque a agricultura, em vez de desenvolver-se com técnicas e insumos modernos, permanece no Nordeste, ao contrário, rotineira e cada vez mais extensiva, encarecendo, assim, constantemente os custos. O consumidor paga mais caro, mas o produtor recebe menos, ambos vítimas do mesmo mal.

O custo de vida se torna, por isso mesmo, mais alto nas cidades do Norte e Nordeste do que em São Paulo, embora seja neste Estado o salário-mínimo oficial mais elevado.

TRATORES

O Sr. Paulo Guerra — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Paulo Guerra.

O Sr. Paulo Guerra — Acompanho sempre com muito interesse a brilhante atuação de V. Ex^a e a defesa que faz, permanentemente, nesta Casa, dos assuntos de nossa região, mas, em parte, divirjo da orientação que o nobre Colega dá a este seu discurso. Verifico que é muito complexo o problema da migração nordestina.

Os trabalhadores dos campos, principalmente hoje, da zona úmida, da zona canavieira, deixam a região por falta de emprego, porém a causa principal não é a falta de oportunidade de trabalho, como não é a ausência de desejo do empregador rural de produzir riqueza e de transformar o grande potencial natural da nossa região; a causa está nos juros escorchantes para a agricultura nacional. V. Ex^a como estudioso, sabe que ninguém mais se aventura a tomar dinheiro nos bancos para empregá-lo a 17% ao ano, sem quase prazo de carência. E esta é, talvez, a causa principal, meu caro e eminente Senador, da corrida migratória ou da falta de emprego nas regiões rurais do Nordeste brasileiro.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Paulo Guerra, alegra-me ouvir o aparte de V. Ex^a, que incorporo, honrado, ao meu discurso. O PROTERRA vem, exatamente, para resolver essas situações a que V. Ex^a se refere.

PROBLEMA DEMOGRÁFICO

Não é, contudo, Senhor Presidente, apenas o encarecimento da vida que o êxodo rural provoca.

Não o condeno, ao êxodo rural, que o Professor Pierre Fro-mont, em estudo sobre demografia econômica, considera “manifestação de vitalidade de um organismo em progresso”, a sua

ausência “significando para o organismo a demonstração de sua incapacidade para progredir”. Discordo, sim, dos termos em que é feito, pois a invasão desordenada das cidades pelos migrantes, agrava o problema demográfico e cria outros para a comunidade e para êles mesmos. Ainda recentemente ouvimos aqui, aliás, magistral discurso do eminente Senador Carvalho Pinto a respeito da situação que, nesse particular, São Paulo enfrenta.

As cidades não crescem, incham, incapazes de atender à necessidade da montagem de infra-estrutura extremamente dispendiosa, gerada pela explosão populacional: aumento do número de habitações, extensão das rêdes de águas e esgotos e multiplicação de escolas e hospitais. Em quadros estatísticos que acompanham êste pronunciamento, vê-se como se tornam agudos tais problemas. A minha Alagoas, por exemplo, que, em 1940, tinha 76% de sua população nos campos, já em 1970 tem sômente 60% e estima-se que em 1968 não tenha mais que 53%, o mesmo se verificando nos demais Estados, enquanto cresce a população urbana.

Reconheço que, com o correr dos tempos, há de reduzir-se a população rural, liberada a mão-de-obra dos campos para o emprêgo urbano ante a utilização da máquina na agricultura. Mas a realidade é que as cidades ainda não têm condições nem possuem mercado de mão-de-obra, mercado para absorver toda essa explosão de força de trabalho rejeitada pela lavoura.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Paulo Guerra.

O Sr. Paulo Guerra — Pernambuco, há dez anos, tinha 55% de sua população rural; hoje, esse índice baixou a 44 ou 45%.

O SR. ARNON DE MELLO — Incorporo, com muito prazer, ao meu pronunciamento, êsse dado estatístico que, com a sua habitual gentileza, V. Ex^a me fornece.

SÃO PAULO

O Sr. Carvalho Pinto — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Carvalho Pinto.

O Sr. Carvalho Pinto — Quero congratular-me, nobre Senador Arnon de Mello, com a análise objetiva, construtiva e profunda que V. Ex^a está fazendo de problema vital ao nosso desenvolvimento econômico-social. V. Ex^a, realmente, põe em destaque um dos aspectos mais importantes do PROTERRA que

é, sem favor algum, uma das mais notáveis iniciativas do atual Governo, porque é um plano de profunda integração, não somente a integração regional, incorporadora do Norte e do Nordeste ao desenvolvimento do País, mas igualmente, sobretudo, a integração social, com a valorização do interior e de toda a vida rural. E esse aspecto é vital ao nosso desenvolvimento equilibrado e sadio. V. Ex^a salienta o problema do êxodo rural, que é um traço característico do progresso e da civilização contemporânea, mas que, na verdade, é também um fator não só de decrescente debilitamento das fontes de produção como de geração de problemas urbanos de difícil solução, envolvendo complexidades superiores à capacidade financeira e administrativa das administrações regionais. Para enfrentar essa situação, profundamente gravosa ao equilíbrio social e bem-estar da nossa população, nada mais certo do que a vitalização do interior, com a criação de melhores condições locais de vida e melhores oportunidades econômicas, através da segurança de mercado, do crédito acessível, da assistência técnica, educativa e sanitária, enfim, de um conjunto articulado de medidas capazes de conter tanto o desalento rural como a poderosa atração dos centros urbanos. E é a isso que se propõe o PROTERRA, cujo êxito, entretanto, está na estreita dependência do caráter prático de sua implantação e no dinamismo que os órgãos oficiais possam imprimir à sua execução. Daí o valor da contribuição ora trazida à matéria por V. Ex^a, com as luzes de sua cultura e, sobretudo, com a preocupação dos aspectos práticos, cujo desconhecimento tem levado ao insucesso tantos empreendimentos bem intencionados.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Carvalho Pinto, V. Ex^a, como Governador que foi de São Paulo, conhece bem o problema do êxodo rural do nordestino para seu Estado. Por meu lado, conheço muito bem a grande obra de governo de V. Ex^a

O Sr. Carvalho Pinto — Agradeço a V. Ex^a

O SR. ARNON DE MELLO — ... especialmente no setor da agricultura, de que V. Ex^a cuidou com extremos de atenção, como homem de Estado autêntico que é. Ainda há pouco, ouvindo, com o aprêço que V. Ex^a me merece, o discurso que proferiu sobre as relações dos Estados Unidos com as demais nações do Mundo, eu me sentia feliz e me congratulava com o Senado por termos nesta Casa homens da sua categoria, que, ao tratarem dos assuntos de maior relevância, iluminam os caminhos que o País deve seguir para realizar o seu destino. Muito agradecido a V. Ex^a pelo seu aparte.

O Sr. Carvalho Pinto — Muito obrigado.

CRESCIMENTO DAS CIDADES

O SR. ARNON DE MELLO

Senhores Senadores:

Defendo o desenvolvimento da agricultura, bem como o da indústria no Nordeste, pois uma e outra se entrelaçam.

Não se entende desenvolvimento industrial sem desenvolvimento agrícola. O problema não é de opção entre um e outro, tanto eles se ajudam, se ajustam, se complementam, se completam, se integram. Ashton lembra que a revolução agrícola precedeu e preparou a revolução industrial na Inglaterra entre 1760 e 1830.

Por igual defendo o desenvolvimento do campo, bem como o das cidades, tanto é o campo que as sustenta. Sou aliás, o primeiro a reconhecer a importância das cidades e chego mesmo a pensar na criação de um Ministério de Desenvolvimento Urbano, que se encarregue de planejar-lhes o progresso, assegurando-lhes infra-estrutura correspondente às exigências do seu aumento populacional.

Não lhe defendo, à cidade, entretanto, um desenvolvimento simplesmente fotográfico, de grandes prédios e belos clubes luxuosos, que pode impressionar o turista, mas serve apenas a um pequeno grupo de privilegiados, não só não beneficia o maior número como recusa e marginaliza o homem. Nem muito menos quero a cidade com a sua paisagem borrada pelos estigmas da pobreza, os barracos, os mocambos sub-humanos surgindo em meio aos palácios como veementes protestos e apêlos contra as injustiças sociais.

PROPAGANDA

O fenômeno do esvaziamento dos campos não corre, como já vimos, por conta apenas do desemprego nem da seca. Além destes e de outros fatores citados, provoca-o também o que os americanos chamam **demonstration effects**, isto é — nesta era da informação —, o rádio e a televisão, fabulosos elementos de comunicação de massa que levam ao conhecimento do homem rural o que ocorre nos grandes centros; e o cinema, as facilidades e comodidades da vida urbana, tudo, enfim, que a cidade fascinante oferece em seduções e esperanças, transformando-se em verdadeiro pólo de sucção da seiva humana dos campos. A mãe a quer, porque sabe que, se o filho adoecer, há ali o médico à mão para tratá-lo; o marido, porque há hospital próximo onde a mulher gestante pode ser acolhida; os pais, porque os filhos têm maiores possibilidades de estudar e alcançar mais alto nível

social; os filhos, porque ouvem e lêem todos os dias sobre um mundo nôvo onde contam encontrar seu lugar ao sol.

O Sr. Paulo Guerra — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, Senador Paulo Guerra.

O Sr. Paulo Guerra — Recebi o Projeto PROTERRA com a mesma esperança com que todo o Brasil o recebeu. Entendo, no entanto, que êle precisa ser complementado. Ao lado de sua implantação é necessário que se adotem medidas correlatas para fixação e para vitalização do meio rural, como é o caso do saneamento e combate às endemias rurais, à esquistossomose no Nordeste. Não entendo País com vasta extensão territorial como o nosso, que tem sua economia básica no Nordeste, no setor primário, e ali o óleo para lavoura custe o mesmo preço que o óleo para o turismo. Não compreendo, ainda, os juros atuais que o PROTERRA vai baixar para os futuros empreendimentos. Mas V. Ex^a sabe que 95% dos trabalhadores rurais do Nordeste já estão presos aos bancos oficiais a juros altos. Estão, assim, desencorajados para outras iniciativas. A agricultura terá que ser encaminhada para o progresso e desenvolvimento do Brasil e não a isto induzida.

TECNOLOGIA

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Paulo Guerra, estou inteiramente de acôrdo com V. Ex^a Faço minhas as suas palavras, que incorporo com muita honra e alegria ao meu pronunciamento.

Não é, contudo, Senhores Senadores, a totalidade dos homens que migram conquistada pela propaganda urbana, pois muitos deles são tangidos dos campos pela falta de oportunidades de emprêgo. Ninguém segura evidentemente os trabalhadores rurais que vão para a cidade motivados pela propaganda, mas há os que não desejam largar a terra e nela permanecerão se lhes forem asseguradas mais razoáveis condições de vida e trabalho.

Anote-se que não lhes basta, aos trabalhadores rurais, apenas o emprêgo, que lhes dá mais dinheiro, mas não lhes aumenta a produção. O fundamental é garantir-lhes os meios com que melhorar a produtividade. O homem que trabalha com a enxada, trabalha contra a Natureza, sem jamais obter rendimento correspondente aos seus esforços. E será sempre um miserável, que não dispõe sequer de uma alimária, quando indispensável já lhe é a ajuda da máquina.

Não se evita, enfim, o abandono dos campos com a manutenção de métodos rotineiros de produção, que não aumentam o rendimento do trabalhador e, bem ao invés disso, o empobrecem e o afundam na miséria.

Cite-se o caso de Israel, onde as migrações dos campos para os centros urbanos a bem dizer não existem. Ao contrário, o que lá se observa é êxodo das cidades para os campos. Por quê? Porque lá se utiliza a moderna tecnologia, mercê do que se garantem ao trabalhador rural salário e bem-estar ao nível da sua condição de criatura humana.

O Sr. Paulo Guerra — Permite Vossa Excelência um novo aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com todo prazer, Senador.

O Sr. Paulo Guerra — Estou inteiramente de acôrdo Vossa Excelência. Apresento, apenas, um detalhe para que figure no seu discurso. Se V. Ex^a sair daqui e quiser comprar um automóvel financiado, V. Ex^a às 18 horas chegará à sua casa de automóvel financiado. Mas, se o agricultor quiser comprar um trator financiado, passará um mês apresentando papéis, certificados e documentos, até que consiga o financiamento desejado.

O SR. ARNON DE MELLO — Concordo com V. Ex^a Folgo em verificar que nisso estamos totalmente de acôrdo.

TRATAMENTO DO SOLO

Bem sei que há áreas, como as das encostas, em que o trator e o arado não podem ser empregados, e ainda solos rasos e terras úmidas inadequados a instrumentos agrícolas mais pesados. O ideal, porém, seria aproveitar de preferência as terras que se ajustassem ao trabalho da máquina.

O que não é mais possível é fazer agricultura dependente dos caprichos do sol e da chuva, tal qual nos começos da humanidade. Não há cultura intensiva sem a ajuda da nova tecnologia, isto é, da máquina, dos modernos insumos, do adubo, do fertilizante, do inseticida. A agricultura não é sòmente a terra e o homem sozinhos, olhando um para o outro, perplexos e angustiados ante os imprevistos e as dificuldades, e sim, mal parodiando Saint-Exupéry, olhando os dois na mesma direção, e, com a ajuda da técnica, lutando ambos pelo mesmo objetivo das grandes colheitas crescentes, da produção abundante e compensadora.

Admita-se que, no nosso caso, pagamos pelos próprios erros, pois levamos séculos destruindo florestas e esgotando o solo para dele tirarmos tudo, e nada ou quase nada lhe darmos.

Havemos, então, agora, de multiplicar esforços a fim de tratar convenientemente o solo, recuperá-lo, na base da ciência e da tecnologia, para dêle obter a agricultura econômica.

Será, fundamentalmente, o anti-hoje, um combate sem tréguas à cultura extensiva, que, cada vez mais se alongando e se distanciando dos centros consumidores, cada vez mais se torna anti-econômica. Como anota o nobre Senador Virgílio Távora em seu Relatório da COCENE, se assim continuarmos, em 10 ou 15 anos não haverá mais áreas disponíveis para a agricultura em Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, restando apenas as da Bahia, Maranhão e Piauí ainda dependentes de estudos.

APARTES

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex^a outro aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O Sr. Paulo Guerra — Ouço o discurso de V. Ex^a com muita satisfação, porque é muito oportuno. Ainda agora mesmo, V. Ex^a abordou um dos assuntos principais do Nordeste — a defesa do solo. Não há, na nossa região, nenhum trabalho de defesa do solo contra a erosão. Não conheço qualquer empresa que faça, em grande escala, trabalhos de curvas de nível e rebaixamento. Há, portanto, uma necessidade urgente de se levar a tecnologia à região nordestina para a defesa, sobretudo, do solo e da terra.

O SR. ARNON DE MELLO — É lamentável, nobre Senador Paulo Guerra, que isto suceda, porque cêrca de cem órgãos federais cuidam, no Nordeste, dos problemas da região. Mas acredito que, com o PROTERRA, as falhas a que V. Ex^a se refere serão sanadas.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O Sr. Paulo Guerra — Quero apenas discordar de V. Ex^a, porque não devemos concentrar tôdas as nossas esperanças no PROTERRA. Pela sua própria estrutura, não irá resolver esses problemas correlatos e intrínsecos à própria sistemática do desenvolvimento agrário. E, assim, a decepção será muito grande. O PROTERRA é necessário, oportuno, mas requer outras medidas que complementem sua ação. Não devemos dizer, com a devida

licença de V. Ex^a, que tudo vai ser resolvido com o PROTERRA, que será o grande remédio miraculoso para a agricultura do Nordeste.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador, no decorrer do meu pronunciamento, V. Ex^a vai verificar que os meus votos são para que o PROTERRA atue articulado com os demais órgãos federais que já existem na área nordestina. Até agora, os programas do PROTERRA não foram encaminhados ao seu Conselho nem aprovados pelo Sr. Presidente da República. Quero crer que, se V. Ex^a ocupar a tribuna do Senado e apresentar sugestões a respeito, o Governo Federal as tomará na devida consideração. Assim estou procedendo eu, certo de que não falo em vão.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex^a outro aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, Senador Paulo Guerra.

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex^a acabou de dizer que 18 ou 20 Órgãos federais no Nordeste. . .

O SR. ARNON DE MELLO — Cêrca de 100, nobre Senador!

O Sr. Paulo Guerra — . . . se dedicam à agricultura no Nordeste.

O SR. ARNON DE MELLO — Não à agricultura mas aos problemas do Nordeste, nobre Senador!

O Sr. Paulo Guerra — Mas V. Ex^a falou especificamente, parece-me, em 18, quando respondeu a um aparte nosso.

O SR. ARNON DE MELLO — Não falei em 18, nobre Senador. V. Ex^a ouviu mal. Falei em cêrca de cem.

O Sr. Paulo Guerra — Mas parece-me que pelo menos 20% se integram na problemática rural do Nordeste e, até hoje, praticamente nada fizeram. Se o PROTERRA vai depender dessa articulação, digo-o com muita tristeza, falhará, nobre Senador.

O SR. ARNON DE MELLO — Respondo a V. Ex^a que não sou pessimista, nem otimista, mas realista. Acredito no PROTERRA e acredito que os demais órgãos federais que no Nordeste atuam em vários setores com êle se articularão, porque, do contrário, nada feito, como diz V. Ex^a Ainda há pouco. . .

O Sr. Paulo Guerra — Eu também acredito. Não quero é acreditar demais.

O SR. ARNON DE MELLO — . . . V. Ex^a se referiu ao problema de saúde no Nordeste. A articulação com o PROTERRA há de estender-se aos órgãos de Saúde como aos de Educação,

porque, nobre Senador, sem saúde e sem educação, não se faz desenvolvimento agrícola nem industrial.

O Sr. Paulo Guerra — Saúde é a meta básica para qualquer processo de desenvolvimento.

O SR. ARNON DE MELLO — Claro.

MECANIZAÇÃO E EMPREGOS

Senhor Presidente:

Não se recuse ao Nordeste a modernização da agricultura sob o fundamento de que ela reduz as oportunidades de trabalho. Técnicos de ONU declaram que “a transição da agricultura extensiva para a agricultura intensiva multiplica a produção e as horas de trabalho, segundo ocorre com o uso da irrigação que, como diz antigo provérbio, “devolve à terra o homem produzido pela máquina”. O rodízio inteligente de safras, por outro lado, requer o emprêgo mais contínuo de mão-de-obra durante todo o ano agrícola.”

Se a produtividade é fundamental ao desenvolvimento e se só podemos obtê-la através da moderna tecnologia, impõe-se recorrer a esta, ainda que de imediato não gere tantos empregos como os processos rotineiros de fazer agricultura, que, no entanto, pouco rendem em salário e produção. Mesmo porque a mecanização não destrói o emprêgo: muda o emprêgo. O caminhão, que substituiu o carro de boi e a carroça de burro, gerou melhores empregos e concorreu mais eficientemente para o desenvolvimento. O que a mecanização destrói é o subemprêgo, contribuindo, por tal forma, para mais justa distribuição de renda, desde que eleva o nível de trabalho e conseqüentemente o salário. Em outras palavras: melhora o produto, aumenta a produtividade, barateia os custos, baixa os preços, amplia o consumo, faz crescer a renda real **per capita** e, conseqüentemente, cria novas oportunidades de trabalho para atender a maior demanda gerada pela extensão do mercado.

OUTRA SOLUÇÃO

Afinal, que adianta um aumento de produção agrícola pelos métodos tradicionais, com excesso de mão-de-obra, se o caracteriza a redução da renda e da produtividade **per capita**? Vale a pena repetir aqui estas palavras de John P. Lewis, em seu lúcido

estudo sôbre a Índia: “Qualquer sociedade, que se pudesse liber-
tar de técnica e capital, poderia assegurar a cada um dos seus
membros aptos pleno emprêgo, cavando o chão à procura de raí-
zes e subindo às árvores em busca de frutos. Mas não é isso o
que se deseja na Índia ou em qualquer outro lugar. O que se
pretende é aumentar o emprêgo com aumento da renda real **per
capita**. O único meio pelo qual a Índia pode atingir êsse objetivo
é através de um programa que aumente o produto por membro
de força de trabalho total.”

Quando se desenvolve à base de tecnologia, a agricultura
não é certamente setor empregador, tanto a máquina faz as vê-
zes de vários homens. Mas a realidade atual é que na zona rural
do Nordeste existem 600.000 desempregados e maior número de
sub-empregados, curtindo a miséria mais negra, mercê das par-
cas rendas e do alto custo de vida. E a cada ano precisa o Nor-
deste de mais 100.000 empregos novos. Enquanto isso, São Paulo,
utilizando a moderna tecnologia, não tem praticamente desem-
prêgo.

Ora, se, sem tecnologia, a situação é de desemprego, sub-
emprego e vida cara — e, havendo divergência quanto à capa-
cidade da tecnologia para criar oportunidades de trabalho, há,
porém, concordância quanto à redução dos custos e dos preços
que ela promove, — por que deixarmos tudo como está, ao léu da
fome, da miséria, das doenças? Por que mantermos o **statuquo** e
não tentarmos solução que mais eleve e dignifique o trabalhador
rural? A realidade que José Américo de Almeida, Raquel de Quei-
roz, Graciliano Ramos e José Lins do Rêgo traduzem no romance
e João Cabral de Melo Neto na poesia é sobremaneira revoltante
e pungente para não nos persuadir a adotar novo modêlo.

EDUCAÇÃO

Por certo que desenvolvimento agrícola não são apenas má-
quinas, capital e técnica. É também educação. Qualquer país,
mais ou menos desenvolvido, precisa de instituições de ensino
agrícola que mantenham e estimulem e criem tecnologia. “Nos
países de agricultura de baixo nível técnico, a sua melhoria tem
de começar pelo homem — diz R. Dumont no prefácio de “Agricultura Colonial”. Pouco vale tentar introduzir tecnologia avan-
çada sem que possa ser utilizada convenientemente. Para tanto,
cumpre educar o homem: valorização pessoal e profissional. É
o único caminho a fim de que ela não seja apenas benefício para
o empresário mas sim para tôda a comunidade. É o que se poderia
chamar de tecnificação do homem rural.”

De que serve o excesso de capital investido em máquinas sem a mão-de-obra qualificada que use bem os equipamentos e sem ainda, afora os técnicos, gestores, supervisores, administradores? Nada será feito, em última análise, sem o trabalho qualificado, sem o homem educado e treinado, e isso leva anos para ser conseguido.

Já disse Sauvy que “subdesenvolvimento não é senão subensinamento”. Tenho em mãos relatório da ONU sobre a educação agrícola nos países mais adiantados e também nos mais atrasados, e, pelos dados que divulga, bem se avalia a fabulosa importância da educação para o desenvolvimento agrícola. Cumpre, na verdade, não apenas combater o analfabetismo de letras mas também o analfabetismo de ofícios.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muito prazer. Sinto-me honradíssimo com a colaboração de V. Ex^a. A constância dos apertes com que V. Ex^a me distingue leva-me a considerar que estamos fazendo um discurso a quatro mãos.

O Sr. Paulo Guerra — E com uma só inteligência, que é a de V. Ex^a.

O SR. ARNON DE MELLO — V. Ex^a é que está me iluminando e ao Senado.

O Sr. Paulo Guerra — Acabo de ler os estudos e pesquisas do Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, realizado pelo professor Nelson Chaves, na Zona da Mata, Zona Sul, onde encontrou 62% das crianças, de 1 a 10 anos, com profunda carência alimentar.

O SR. ARNON DE MELLO — Agradeço a V. Ex^a êsse dado, que eu não conhecia. No meu pronunciamento, citarei outros também impressionantes.

GOIÁS

O Sr. Osires Teixeira — Permite V. Ex^a uma interferência no discurso a quatro mãos?

O SR. ARNON DE MELLO — Com prazer, nobre Senador por Goiás.

O Sr. Osires Teixeira — V. Ex^a fere, neste instante, realmente, um dos problemas mais sérios da agricultura. Todos nós sabemos que o ensino da técnica rural, em nosso País, é incipiente, praticamente inexistente. E é exatamente na falta de categoria profissional do homem que trabalha no campo que reside todo o nosso mal. Não adianta instalar fábricas nacionais, não adianta facilitar o crédito e dar juros mais baixos, porque ainda

assim nós carregaremos para o pequeno agricultor do nosso País o problema da insolubilidade financeira total. Não faz muito tempo, houve uma arrancada, por assim dizer, das fábricas nacionais de equipamentos agrícolas. Pelo menos na Região Centro-Oeste, de certa forma, houve facilidade nos financiamentos. Conheço inúmeros e inúmeros fazendeiros que, possuindo áreas não passíveis de nelas se ajustar um trator, de nelas se ajustarem implementos agrícolas senão através de cooperativas — e eles não estavam preparados para se organizarem em cooperativas — compraram, cada um, isoladamente, tratores e novos implementos. Todos eles estão em dificuldades financeiras, porque as suas possibilidades, a produtividade das suas terras, a riqueza que iriam gerar esses tratores não foi suficiente para solver os débitos junto aos organismos oficiais. Reside na educação, como bem enfatiza V. Ex^a, a característica fundamental para a solução do problema da agricultura brasileira. Irrigar 40, 50 ou 60 mil hectares de áreas, dar condições de crédito fácil, resolve, sim, o problema do empresário rural, mas não resolve o problema do agricultor deste País, que é ainda a maioria.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito grato, nobre Senador Osires Teixeira, pelo seu aparte. A propósito do assunto, recordo-me de que, num discurso que aqui fiz, se não me engano sobre açúcar, sugeria, na impossibilidade de serem criadas cooperativas, a organização de companhias de serviços, financiadas por instituições oficiais, as quais adquiririam tratores para alugá-los à hora, aos pequenos agricultores.

ALUGUEL DE TRATORES

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex^a me permite um novo aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Um momento só, eminente Senador.

O Sr. Paulo Guerra — É ainda dentro deste tema.

O SR. ARNON DE MELLO — Permita-me dizer mais algumas palavras antes de dar, com muito prazer, o aparte a V. Ex^a. Tenho uma propriedade em Petrópolis, onde precisei fazer um movimento de terra. Mas não comprei trator, aluguei um, à hora.

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex^a alugou porque pode.

O SR. ARNON DE MELLO — Aluguei barato.

O Sr. Paulo Guerra — Conheço quase todas as companhias, inclusive as estatais. O preço da hora de trabalho e a produtividade dos homens que acionam as máquinas não compensam, absolutamente! Essas companhias teriam que ser subsidiadas pelo Governo...

O SR. ARNON DE MELLO — Exatamente.

O Sr. Paulo Guerra — ... cobrando aos pequenos agricultores, é preciso distinguir, um preço quase simbólico.

O SR. ARNON DE MELLO — Perfeito.

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex^a está abordando assunto profundamente importante e profundamente complexo. A agricultura brasileira apresenta diferenças, de Estado para Estado, de Município para Município.

O SR. ARNON DE MELLO — De acôrdo.

O Sr. Paulo Guerra — Os problemas do Nordeste, por exemplo, são diferentes dos problemas do Planalto Central. V. Ex^a precisa abordar também o problema da correção do solo, da acidez do solo, entrave à produtividade da agricultura nacional. Essa correção só pode ser feita num país que é rico em calcário e com calcário subsidiado, com a atuação permanente do Governo. Daí eu entender que o PROTERRA não irá resolver essa problemática rural, como sabemos. O meu receio é de que aconteça como na anedota que peço licença ao Senado para contar. Antigamente, quando não era grande o uso do cigarro e sim do fumo, havia no meu Estado, como em todo o Nordeste, homens que pela manhã passavam pelas casas e ofereciam, deixavam amostras de fumo. À tarde, o proprietário da casa, o fumante, respondia se o fumo era bom ou mau, e se desejava comprá-lo. Certa vez, um vendedor passou por uma casa onde havia um macaco e um papagaio, e cujos donos estavam fora. O vendedor perguntou se desejavam fumo. Habitado à repetição, o papagaio mandou que o vendedor colocasse a amostra na janela. E o macaco a fumou. À tarde, o vendedor indagou se o fumo era bom. Respondeu o papagaio: a fumaça é bonita, mas o gosto quem sabe é Chico. Nobre Senador Arnon de Mello, o gosto desse trabalho quem vai saber é o Chico, é o pária rural do Nordeste e do País.

CONFIANÇA

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Paulo Guerra, confio no PROTERRA.

O Sr. Paulo Guerra — Também confio, mas não posso transformá-lo no remédio que vai resolver todos os nossos males.

O SR. ARNON DE MELLO — Confio no PROTERRA, e muito estimaria que ele resolvesse todos os problemas do Nordeste. Mas quero fazer-lhe um apêlo. V. Ex^a, que está tão dentro do assunto, tão dono do assunto, bem poderia ocupar esta tribuna para falar especialmente sobre a correção do solo, que eu, realmente, não estudei.

O Sr. Paulo Guerra — Basta V. Ex^a ler o relatório feito pela COCENE onde os problemas da agricultura foram aflorados através da palavra do Senador Virgílio Távora. Ali há trabalho demais para um estudo extenso e para o Governo aproveitar as sugestões do Congresso Nacional. Mas falarei oportunamente sôbre correção do solo.

O SR. ARNON DE MELLO — Ótimo. E o fará, esteja certo, com muito proveito para mim, seu velho admirador, para o Senado e para o Brasil.

O PROTERRA

Senhor Presidente:

São graves, muito graves os problemas do Nordeste. O êxodo rural, que, em outras circunstâncias poderia ser benéfico como acelerador do desenvolvimento econômico e social, está tendo efeitos desfavoráveis com a inchação das cidades, o aumento da demanda, a elevação dos preços, o desequilíbrio do mercado, a miséria humana.

O PROTERRA pode desacelerar o fenômeno, fazendo o campo crescer na base da assistência à produção, com vistas a torná-la econômica e suficiente e fazendo a própria cidade desenvolver-se ao estímulo da agricultura e da indústria.

O grande objetivo do PROTERRA, como se vê em seu artigo 3º, é exatamente fixar o homem à terra, levando para ela as vantagens da cidade sem as suas desvantagens. Evidentemente não se trata de aumentar a renda do agricultor apenas através de uma distribuição de recursos financeiros. Nem resolveria problema social algum um plano paternalista que se restringisse a dar dinheiro de graça.

Não. O PROTERRA promove o aumento da renda através do aumento da produtividade, que se obtém com tecnologia nova, com a racionalização da agricultura, utilizando técnicas, máquinas, insumos modernos. A êle caberá:

- 1) impedir a inflação pela criação de emprêgos de qualidade e em quantidades adequadas;
- 2) aumentar a produção agrícola na base da produtividade e não do cultivo extensivo da terra.

VANTAGENS

Não se discutem as grandes vantagens que o PROTERRA na verdade trará, se bem executado, ao Norte-Nordeste. Através dêle, contarão com dinheiro mais fácil e mais barato os pequenos e médios proprietários, que antes não eram beneficiados, porque

se, de um lado, os projetos custavam caro, e eles não podiam pagá-los, de outro lado os investidores do Sul só queriam participar de empreendimentos industriais, e não agropecuários.

Diga-se, por amor à verdade, que o incentivo beneficiou sobretudo o empresário, e só indiretamente a Região. O PROTERRA, ao contrário, está voltado para a Região, e só indiretamente para o empresário.

O emprêgo na agropecuária cria-se mais rápido, enquanto o emprêgo industrial somente é criado depois de mais ou menos três anos, a contar da aprovação do projeto. Nos investimentos da agropecuária há, sem dúvida, maior distribuição de renda porque os empregos gerados por capital aplicado são em bem maior número. Uma indústria que custa 100 milhões de cruzeiros produz por ano 10 milhões, e dá trabalho a 100 operários. Cem milhões de cruzeiros investidos na agropecuária geram empregos para 2 a 3 mil trabalhadores, com produção mais ou menos igual à industrial. Assim, beneficiando o pequeno e o médio agricultor, promove o PROTERRA amplas oportunidades de mão-de-obra menos cara.

Atacou o PROTERRA todos os obstáculos apontados pela SUDENE. Se o incentivo fiscal se limitava a implantar novas indústrias, o PROTERRA cuida de tudo, desde a aquisição da terra até a comercialização e exportação do produto. É dá ao desenvolvimento do Nordeste uma nova dimensão, visa à transformação estrutural do regime da terra e pretende reformar-lhe a posse e o uso. Instaura, enfim, uma nova estratégia, em termos mais de acôrdo com a realidade nordestina.

AMAZONAS

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex^ª um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador José Lindoso.

O Sr. José Lindoso — V. Ex^ª há de considerar que o nosso silêncio no decorrer desse discurso, até o presente momento, significa, tão-somente, uma posição de quem está aprendendo. Mas é importante que manifestemos a nossa solidariedade à linha de raciocínio que V. Ex^ª está desenvolvendo, não só anteriormente, contra todo o problema dos reflexos do êxodo rural para o crescimento desordenado das cidades, como nesta precisa colocação da política de incentivo fiscal e da política do PROTERRA. A política de incentivo fiscal, animada por uma visão da industrialização, podendo, portanto, ser usada, como usada foi, por uma determinada faixa de empreendedores com maior

capacidade, com maior dinamismo, não se contrapõe, absolutamente, à política do PROTERRA, que visa à faixa direta do homem do Nordeste. Aí, realmente, está aquela frase de um dos discursos famosos do Presidente. Ele foi ao Nordeste e viu o nordestino. O nordestino ficou sendo o elemento prevalente, o elemento pôsto em destaque, o objeto imediato da ação do Governo. As soluções do PROTERRA, naturalmente, serão soluções adequadas às circunstâncias do complexo geo-econômico de cada região; no Norte, outras soluções; no Nordeste, soluções já apontadas por V. Ex^a. De tudo, concluímos que se abriu uma nova frente em favor do homem do Nordeste e do homem do Norte, em favor do Brasil rico, Brasil potência. Parabênizo a V. Ex^a pelo discurso que exigiu pesquisa e que revela bom-senso, conhecimento e patriotismo.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito grato a V. Ex^a, nobre Senador José Lindoso, que, sôbre ser Vice-Líder da ARENA, é filho do Norte, do Amazonas, e traz a sua palavra de confiança e de esperança na plena execução do PROTERRA.

A SITUAÇÃO DO NORDESTE

Senhores Senadores:

O PROTERRA encontra o Nordeste em situação que os técnicos consideram razoável para enfrentar os seus mais graves problemas, porém o sucesso previsto depende dos programas que lá se executem.

Já referi desta tribuna — e o repito agora — que há dez anos o Nordeste é responsável por um quarto da produção agrícola nacional, em têrmos de valor, e ainda agora é confirmado tal fato pelas estatísticas da Renda Interna do Centro de Contas Nacionais publicadas no número de setembro de “Conjuntura Econômica”, da Fundação Getúlio Vargas.

O Censo de 1970, do IBGE, nos informa que no Nordeste se acham 40% da população rural do País e 48% da fôrça de trabalho empregada na agropecuária brasileira. A agropecuária nordestina representa 42% aproximadamente do Produto Interno Bruto da Região e lhe absorve cêrca de 62% da fôrça de trabalho. Na zona rural se encontram cêrca de 55% da população do Nordeste.

Mas o aproveitamento da terra é relativamente pequeno. As propriedades de menos de 10 hectares não cultivam mais de 10% de suas terras, e as de superfície superior a 100 hectares dispõem de 23,2% de área não cultivada, conforme dados colhidos pelo Banco do Nordeste. As grandes propriedades não são, como sabemos, boas absorvedoras de mão-de-obra.

Tem-se aí, contudo, pelos números oficiais, a importância da agropecuária do Nordeste no quadro brasileiro. E ressalte-se desde logo que tal situação foi conquistada apesar das enormes dificuldades com que luta a Região.

NA AGROPECUÁRIA

Ao citar essas dificuldades, Senhor Presidente, não quero referir-me à seca, que tanto nos flagela, mas a outros fatores independentes das longas estiagens.

Fundamentalmente, lutamos no plano da agropecuária, por exemplo, com excepcional desigualdade na distribuição de renda. Mais de dois terços da população nordestina têm nível de vida excessivamente baixo. De três milhões e quatrocentas mil famílias que trabalham na agropecuária, dois milhões e setecentas mil tiveram, em 1970, renda de quarenta e cinquenta dólares por pessoa, a qual neste ano de 1971 deve ter baixado em virtude dos efeitos da seca.

Pode-se por aí avaliar como é pequena a capacidade técnica e como é reduzido o poder de compra da Região.

Bem conhecemos, e os técnicos o indicam, as razões de tal nível de renda: defeituosa estrutura de posse e uso da terra, baixo potencial dos recursos naturais, principalmente na zona semi-árida, e alta densidade demográfica da faixa Litoral-Mata, em especial em Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

PERNAMBUCO

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muito prazer, Senador Paulo Guerra.

O Sr. Paulo Guerra — Eu entendo, eminente Senador, que o PROTERRA veio para corrigir distorções e esta parte do discurso de V. Ex^a é, no meu entender, a principal, a mais objetiva e a mais justa na apreciação da filosofia de ação do PROTERRA. Há distorções da política de incentivos fiscais. Agora, tôdas as objeções que eu tenho feito aqui é à confiança ilimitada que não se deve depositar na solução dada pelo PROTERRA, numa preservação da própria imagem do Governo. V. Ex^a sabe que o Presidente Médici atingiu a um índice de popularidade que poucos Presidentes atingiram no País. O PROTERRA foi fruto de observações pessoais de S. Ex^a, numa iniciativa patriótica, onde visou ao homem nordestino, que estava se acabando à falta de apoio governamental, podemos dizer. Mas tôdas as restrições

são no sentido de estimular o aperfeiçoamento do trabalho do PROTERRA e não fixar nêles tôdas as esperanças do meio rural brasileiro, numa preservação da própria imagem do Govêrno da República.

O SR. ARNON DE MELLO — V. Ex^a nem pode imaginar como me honra e apraz com os seus apartes. É, portanto, com tristeza que discordo de V. Ex^a nesse seu quase pessimismo. Nobre Senador Paulo Guerra, acredito na fôrça fabulosa do pensamento positivo; sou cristão e tenho fé. Confio na inspiração, no espírito de decisão, no sentimento de missão do Sr. Presidente da República. Muito espero do PROTERRA e da equipe de homens que integra o Govêrno.

O Sr. Paulo Guerra — Tenho fé em Deus e confiança no Presidente. Agora, entendo que não sou pessimista. Conheço a realidade rural nordestina e, quase que poderia dizer, do Centro-Sul até o Norte. Daí ser um homem realista. Estou, permita-me, com os pés no chão. Conheço as dificuldades que o PROTERRA vai enfrentar, e nós devemos ajudá-lo.

O SR. ARNON DE MELLO — É o que estou fazendo.

O Sr. Paulo Guerra — Mas o otimismo exagerado de V. Ex^a me lembra o que se passa com os governos em geral — eu fui Governador de Pernambuco e V. Ex^a também foi Governador, de Alagoas. Sòmente entram nos gabinetes as pessoas que vão dizer que o govêrno é ótimo, que o govêrno está realizando um grande trabalho. Não têm coragem de dar uma colaboração no sentido de aperfeiçoar o próprio trabalho do govêrno. É êste o sentido dos meus apartes a V. Ex^a sòbre o PROTERRA que, reconheço, foi uma das maiores iniciativas do Govêrno.

O SR. ARNON DE MELLO — Mas, Excelência, o meu discurso não tem por finalidade jogar confetes no Govêrno. Estou fazendo um pronunciamento com muita objetividade.

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex^a está fazendo uma distorção do meu pensamento. Não quis dizer que V. Ex^a está jogando confetes no Govêrno. V. Ex^a está jogando confetes no PROTERRA, enaltecendo seu aproveitamento total, confiando totalmente com a fé que V. Ex^a tem. Eu tenho é uma desconfiança de que nós vamos nos decepcionar porque — V. Ex^a sabe —, dada a nossa extensão continental e a complexidade das soluções para os problemas rurais brasileiros, o PROTERRA não irá atender de imediato. Se V. Ex^a me disser que há demarragem para o trabalho de solução dos problemas, eu acredito. Mas, quando V. Ex^a diz, no início do seu discurso, que o PROTERRA vai resolver, eu discordo porque o PROTERRA não poderá ser o condão milagroso das fadas nas estórias de carochinha.

O SR. ARNON DE MELLO — Se V. Ex^a, com a sua proverbial elegância e bondade, me permitir falar e concluir o meu discurso, verificará como insisto em que o bom êxito do PROTERRA está na dependência dos programas que o seu Conselho aprovar e que, bem executados, contribuirão decisivamente para a solução dos problemas do Nordeste. Jamais disse que o PROTERRA será cordão milagroso das fadas, resolverá tudo. Queira, pois, V. Ex^a aguardar o desdobramento das minhas considerações.

ALIMENTOS

Senhor Presidente:

Continuando as observações que fazia sôbre a pobreza do Nordeste quando o ilustre Senador Paulo Guerra me distinguiu com tantos calorosos apertes, refiro agora outro aspecto da situação local que me parece merecer as melhores atenções. Se como diz o adágio chinês, “um país depende de seu povo, e o povo depende dos alimentos para preservar a existência”, é incompreensível que no Nordeste, onde se gastou tanto dinheiro nestes últimos anos, a produção regional de alimentos não corresponda às necessidades da população.

Segundo nos informa a própria SUDENE, há “deficit” ali entre a demanda e a oferta de alimentos para componentes básicos da dieta alimentar do nordestino: feijão, arroz, carne e batata inglesa.

Os recentes e admiráveis estudos do Banco do Nordeste sôbre as perspectivas de desenvolvimento da Região até 1980 confirmam a dura realidade, e vão além. Tendo como base os padrões mínimos estabelecidos, era de 28% para calorias e 30% para proteínas o “deficit” da dieta alimentar do nordestino entre 1965 e 1967.

Do ponto de vista do nível de renda, segundo a pesquisa de 1970, as pessoas que o possuem mais baixo — e constituem aproximadamente 36% da população urbana regional — têm um “deficit” de 45% de calorias e 50% de proteínas.

Apesar de tal situação, enquanto sobe a participação da renda industrial e da renda de serviços, que alcança mais de 50%, na renda total do Nordeste, a renda agrícola cai de 36,1% em 1965, para 35% em 1970 e 28% em 1980, segundo estimativa do Banco do Nordeste.

Ao mesmo tempo, vem caindo também a participação da população econômica ativa em atividades agrícolas. Em 1950, ela era de 73%; em 1960, de 70%; e em 1970, de 62%. 62%. Nas atividades industriais, essa participação aumentou, de 7% em 1950, para 8% em 1960 e 11% em 1970, e, no setor de serviços, de 20% em 1950, para 22% em 1960 e 28% em 1970.

OBSTÁCULOS

Senhor Presidente:

O Plano de Desenvolvimento do Nordeste, elaborado pela SUDENE para 1972/1974, dá-nos conta dos obstáculos que se antepõem à agropecuária da Região, responsáveis pelo “deficit” entre a demanda e a oferta regional de alimentos. Em primeiro lugar, padece a estrutura fundiária de falhas graves expressas tanto no latifúndio improdutivo, que deixa vazias extensas áreas, como no minifúndio anti-econômico, que leva até o homem a viver sem economia de mercado, tudo isso agravando a situação de desemprego e subemprego comuns na Região.

Há que destacar a imperfeição dos serviços agrícolas. Praticamente, não existe planejamento nem suficientes pesquisas agronômicas nem assistência técnica e financeira, do que resulta a sequência dos males que conhecemos.

Impõe-se a pesquisa básica e aplicada, que deve preceder tudo mais, como fonte em que a tecnologia haure recursos e a assistência técnica vai buscar conhecimentos para orientar a agricultura. Por mais adiantados que nos pareçam os nossos métodos de produção, não podemos nos restringir aos limites do conformismo, nem ficarmos nos simples consertos ocasionais, mas considerar sempre que não se esgotou o poder criador para ampliar a produtividade.

“Os baixos rendimentos físicos por unidade de área — diz o Plano da SUDENE — e o caráter extensivo da pecuária nordestina caracterizam os recursos naturais e o baixo nível tecnológico empregados nos processos produtivos agrícola e pecuário.”

Por outro lado, a produção não se resguarda através de um sistema de comercialização eficaz, que lhe garanta um preço compensador, pois os intermediários lhe impõem pesados ônus. Vale repetir que, assim, embora sejam altos os preços pagos pelo consumidor, eles são baixos para o produtor, dados os seus custos elevados, que às vèzes até impedem que a produção chegue ao mercado.

INCENTIVOS

A realidade é clara como água: o sistema de incentivos fiscais não serviu ao desenvolvimento da agropecuária do Nordeste. Ele não levou em consideração, pelo menos de maneira articulada e sistemática, a necessidade de enfrentar os problemas e os obstáculos a que aludi e que a SUDENE tão lucidamente identificou em seu Plano para 1972/1974.

92% dos proprietários rurais do Nordeste são pequenos proprietários, e estes, já o disse, não tiveram os benefícios do sistema, que amparava especialmente os grandes e médios proprietários, com capacidade financeira e técnica para pagar ou elaborar e implementar projetos, assim como criar sociedades anônimas.

Evidentemente, os riscos são menores e as perspectivas de lucros são maiores na indústria, sobretudo na Região Nordeste. Os investidores-contribuintes, com a liberdade na escolha dos projetos aprovados pela SUDENE, se encaminhavam naturalmente para a aplicação de recursos nos setores industriais.

DECRETO Nº 69.246

Senhores Senadores:

A 21 de setembro deste ano, o Chefe da Nação baixou decreto, especificando as atribuições do Ministério da Agricultura para redistribuição de terras, e decidindo que o Conselho do PROTERRA, composto dos Ministros da Fazenda, dos Transportes, da Agricultura, das Minas e Energia, da Indústria e do Comércio, do Planejamento e Coordenação Geral e do Interior, lhe encaminharia os programas dos Ministérios respectivos, elaborados de acordo com o disposto no artigo 3º do Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971.

É natural que tais programas sejam aguardados com as maiores esperanças.

O importante no caso não parece ser dividir o dinheiro do PROTERRA, mas aplicar o dinheiro. Não vale evidentemente o "me dá que eu faço" e sim mostrar o que se planeja fazer antes de receber o dinheiro.

Precisa o PROTERRA, para cumprir sua finalidade, ter sentido coordenado de atuação. E dois tipos de coordenação se impõem como de maior importância: coordenação entre ele e outros órgãos governamentais que atuam na área, como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia; e coordenação entre os próprios Ministérios implementadores do PROTERRA, convencidos todos estes de que mais importante do que cada Ministério é o homem norte-nordestino, é o Norte-Nordeste. Não se trata de valorizar a área de atuação de cada um, mas de cumprir a finalidade precípua do PROTERRA.

COORDENAÇÃO

Sabemos que os órgãos federais no Nordeste, hoje cerca de 100, não se entrosam nem se entendem adequadamente. Para modificar tal situação é indispensável, ao ensejo da inserção do

PROTERRA no contexto regional, se implante uma coordenação, uma articulação entre todos. Cito apenas um caso bem exemplificativo dessa necessidade. Existem no momento três programas de irrigação do Nordeste: o do Ministério do Interior, o da SUDENE e o do DNOCS, e do problema cuida também a SUVALE, como se lê no seu relatório de 1970. Pois bem, o DNOCS estima o custo médio do hectare irrigado em oito mil cruzeiros; e a SUVALE em doze mil em Bebedouro e em vinte mil cruzeiros no Baixo São Francisco.

AÇÃO COMPLEMENTAR

Cumpra aplicar muito bem os recursos do PROTERRA, cuja ação é complementar e não substitutiva da de vários órgãos, como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, INCRA.

O PROTERRA atua numa faixa maior que a dos incentivos, mas não alcança tôdas as áreas importantes, como educação para o homem saber bem empregar o dinheiro na terra, saúde para o homem poder trabalhar, cooperativismo, etc. Todos êsses setores têm de entrar em articulação com o PROTERRA, que só assim alcançará seus objetivos.

A SUDAM e a SUDENE, regionais, não de se juntar ao PROTERRA, biregional, através de um programa, integrado que não somente ligue o Norte e o Nordeste, mas também ajude, acompanhe e defenda a produção desde o plantio até a comercialização.

Vimos na lei que caberá ao Conselho do PROTERRA a coordenação dos programas ministeriais, mas não sabemos ainda como êsse Conselho vai estruturar-se técnica e administrativamente. Não pode o PROTERRA ser entregue a órgãos regionais porque êle é bi-regional. Não pode ser entregue a um Ministério porque envolve sete Ministérios. Em tais condições, ao seu Conselho cumpre estruturar-se de forma a que se produzam os frutos que dêle se esperam.

A êste propósito, lembro a França, que tem o Ministério da Valorização Regional. Não poderíamos considerar a criação de um Ministério Para as Áreas Atrasadas?

PROGRAMAS

O bom êxito do PROTERRA é evidentemente a sua plena execução, e esta depende fundamentalmente de:

- 1) Planos, projetos e programas bem elaborados e organizados.

2) Órgão que acompanhe a avaliação dos resultados e promova a introdução dos corretivos na aplicação daqueles instrumentos.

3) Órgão que o coordene, ao PROTERRA, com os diversos órgãos governamentais que atuam na área.

O Conselho do PROTERRA, que em breve se reunirá, vai examinar os programas a lhe serem apresentados por cada Ministério. Esses programas não naturalmente de considerar a realidade, adaptando a experiência de outras regiões às circunstâncias e características locais. Não se podem perder de vista os estudos feitos e os números apurados em pesquisas recentes, através dos quais temos clareados os caminhos a seguir.

POPULAÇÃO

Inspirado em palavras do Sr. Presidente da República, para quem a economia vai bem mas o povo vai mal, — e cumpre considerar no Nordeste antes o homem que a Região —, estimaria não deixar esta tribuna sem primeiro citar umas poucas estatísticas oficiais e observações de técnicos do Governo que falam por si mesmas.

No volume sôbre crescimento demográfico de “Perspectiva do Desenvolvimento do Nordeste até 1980”, que reli esta manhã, se estabelece o limite superior a 3,3% para a taxa de crescimento demográfico anual da Região. Assim, em 1980, teremos 41.000.000 habitantes. Mas “se o resto do País deixar de constituir a válvula de escape para a pressão demográfica no Nordeste — diz o técnico do Banco do Nordeste — o decênio poderá ser de crescimento explosivo da população regional em quase tôda sua plenitude”.

Veja-se a gravidade do problema gerado por população tão impressionantemente grande, e considera-se que temos atualmente no Nordeste falta de emprêgo e falta de alimentos. Note-se ainda que, há dez anos atrás, estavam ausentes da Região, espalhados por êste Brasil afora mas em sua quase totalidade no Centro-Sul, cêrca de dois milhões de nordestinos, e agora o próprio Prefeito de São Paulo revela a impossibilidade de acolher por lá novos migrantes.

DESEMPRÊGO

Cêrca de 25% da fôrça de trabalho do Nordeste não ligada ao setor não agrícola — a qual é de 3 milhões e 200 mil pessoas, de acôrdo com o Censo de 1970 — estão em regime de

subemprego e de desemprego aberto ou disfarçado. Quer dizer: de 800 mil a um milhão de nordestinos não têm emprego, suas energias não estão plenamente utilizadas.

Quanto ao setor agrícola, a SUDENE, no Plano de Desenvolvimento Regional (1972/1974), págs. 63 e 64, informa que há “um excedente de 1.202.500 famílias agrícolas, ou seja, o equivalente a um subemprego de 2.645.500 pessoas quando se considera a disponibilidade de 2,2 unidades de trabalho por família.”

Em tais condições, concluem os técnicos que cerca de 50% da força de trabalho integrante das atividades agrícolas não influem na produção agrícola nordestina, são, portanto, dispensáveis sem que a produção se reduza. E explicam o fato considerando “os baixíssimos níveis tecnológicos predominantes na agropecuária regional”, bem como “o desemprego estacional implícito nessa atividade”.

Em 20 anos — de 1950 a 1970 — o crescimento anual da população economicamente ativa foi de 1,9% e o da população presente foi de 2,3%, acima, portanto, da primeira.

Calculam os estudiosos do Banco do Nordeste que haverá na década de 70 um aumento de 3.400.000 nordestinos carentes de emprego, número que, somado aos dos desempregados e subempregados atuais, eleva a cerca de 5 milhões o total das pessoas que constituirão em 1980 a oferta regional de mão-de-obra.

BRASIL GENTE

Senhores Senadores:

Tais números são suficientemente graves para convocar à responsabilidade não apenas os homens do Governo, os dirigentes do País, mas todos quantos militam na vida pública, diria melhor todos os brasileiros.

O problema do Nordeste é mais do que um desafio que nos cabe aceitar: é uma responsabilidade histórica, um compromisso de honra, de que devemos ser dignos. Da solução dêsse problema depende o Brasil Gente e não apenas o Brasil Grande.

EMPOBRECIMENTO

Sr. Presidente:(¹)

Não pretendia ocupar hoje a Tribuna, pois que já ontem tive ensejo de tratar aqui do assunto que me levou a anteriormente inscrever-me para falar nesta tarde. Mas, Senhores Senadores, como não me foi possível apartear o nobre Senador José Sarney, quando S. Ex^a há pouco proferia aqui brilhante discurso sôbre a situação do Nordeste — em virtude de se haver esgotado o seu tempo de orador — aproveito aquela minha inscrição para o aparte que desejava dar ao ilustre representante do Maranhão. O nobre Líder Eurico Rezende pedira, evidentemente com a intenção de esclarecer e colaborar, indicasse S. Ex^a as medidas com as quais o Govêrno Federal poderia deter o empobrecimento crescente do Nordeste. Com a mesma intenção de esclarecer e colaborar, permito-me, então, citar algumas providências que amenizariam, a meu ver, o sofrimento da gente nordestina, e já, aliás, sugeridas por mim em outras oportunidades.

INJUSTO REGIME DE TROCAS

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, ressalto que é preciso modificar o injusto regime de trocas. O Nordeste exportou, em 1970, quatrocentos milhões de dólares aos preços internacionais correntes. Se ao Nordeste fôsse permitido comprar, no exterior, com êsses dólares, o de que carece para o seu desenvolvimnto, compraria, por exemplo, um Volkswagen pelo preço de mil dólares. Como, entretanto, não lhe é possível fazê-lo, temos de adquiri-lo no mercado interno e, aí, por preço de duas e meia a três vêzes superior ao preço internacional. Conseqüentemente, exportamos 400 milhões de dólares, mas na realidade só recebemos cêrca de 150 milhões.

Em discurso que aqui pronunciei, e também no trabalho que apresentei à COCENE, cujo relatório geral se recomenda à meditação dos homens públicos dêste País, tão bem relata êle a grave situação do Nordeste e lhe indica os remédios adequados, sugerí fôssem isentos do malfadado ICM ou o tivessem reduzido

(1) Discurso de improviso, pronunciado na Sessão de 18 de novembro de 1971 do Senado Federal, em Brasília.

os produtos industrializados que adquiríssemos no Centro-Sul, como já se faz com os vendidos para o exterior.

No regime do Impôsto de Vendas e Consignações, o Estado produtor cobrava 6% sôbre o produto que vendia, e o Estado consumidor cobrava 6, 12 ou 18%, pois se tratava de impôsto em cascata, — mas esse impôsto era pago ao Govêrno local, ficava na comunidade consumidora. Hoje, no regime do ICM, o Estado produtor cobra 15% de impôsto, e o Estado consumidor o cobra apenas sôbre o valor agregado ao produto, ou seja 2,5 a 3%. É esta uma das razões do crescente empobrecimento do Estado consumidor e do galopante enriquecimento do Estado produtor.

Se o Brasil fôsse um País de economia igual, êsses inconvenientes não existiriam, mas, como somos um País de economia extremamente desigual — em que há um Estado, como São Paulo, com uma renda **per capita** creio que êste ano de 900 dólares e Alagoas com uma renda **per capita** de 56 dólares —, evidentemente o que se está verificando é a drenagem violenta de recursos para o Estado produtor.

O ICM, na realidade, Sr. Presidente, é um impôsto de consumo. Na história do Mundo, os Países coloniais, por mais cruéis, jamais cobraram imposto de consumo de suas colônias. E o que nós estamos pagando ao Estado produtor, através do ICM, é típico impôsto de consumo que deveria ficar na comunidade consumidora para nutrir-lhe o bem estar e promover-lhe o desenvolvimento.

APARTE

O Sr. Saldanha Derzi — V. Ex^a me permite?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Saldanha Derzi — Nobre Senador Arnon de Mello, estou ouvindo com atenção o discurso de V. Ex^a Louvo mesmo a preocupação de V. Ex^a em defesa...

O SR. ARNON DE MELLO — do Brasil.

O Sr. Saldanha Derzi — ... contra as dificuldades que têm assolado especialmente o Nordeste do País. Todos nós estamos de acôrdo: é preciso que se encontrem soluções para minorar o sofrimento daqueles bravos brasileiros que trabalham para o progresso desta Nação. Mas com o raciocínio de V. Ex^a, se fôssemos terminar com o ICM em todos os Estados produtores, o que seria dêsses Estados, o que seria de São Paulo se exportasse para todo o Brasil tudo o que produz e não recebesse o ICM? Então, iríamos ver o empobrecimento de um grande Estado, que

realmente é a alavanca do progresso desta Nação, sem grandes benefícios para as zonas consumidoras. Louvo V. Ex^a para que se encontrem outras soluções de amparo às zonas pobres do Nordeste, mas não esta de eliminarmos o ICM dos Estados produtores, especialmente de São Paulo. Para todo o Brasil, esta teria de ser medida de caráter geral, e então, veríamos o que? O empobrecimento de um Estado sem vantagem nenhuma para as outras Regiões do País.

ICM

O SR. ARNON DE MELLO — Sinto...

O Sr. Franco Montoro — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Um momento, nobre Senador Franco Montoro. Sinto que o nobre representante de Mato Grosso não estivesse presente neste Plenário quando no mês passado debatemos o magistral Relatório do Senador Virgílio Távora, apresentado à Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste. Nem a Comissão nem eu, que fui Relator da parte referente à legislação tributária, produzimos a extinção do ICM. O que propuzemos, nobre Senador Saldanha Derzi, foi que se dividisse ao meio o ICM entre a comunidade produtora e a comunidade consumidora. Com isso, evitaríamos também que o poderoso São Paulo, que merece a minha maior admiração, se visse, de um momento para outro, sem mercado interno ao qual vender a sua produção. Com a permanente drenagem dos recursos dos Estados consumidores para o Estado produtor, o mercado interno caminha para o colapso. Diga-se mais uma vez: pior do que o consumidor não ter dinheiro para comprar — o que lhe diminui o bem estar —, é o produtor não ter a quem vender o que produz — o que lhe cria o grave problema de, além de não poder pagar os compromissos assumidos com os investimentos, ter de dispensar a mão-de-obra e parar a produção.

O Sr. Saldanha Derzi — Também os 50% não resolveriam. Mas pergunto a V. Ex^a se o Nordeste e outros Estados brasileiros não comprassem de São Paulo, onde iriam adquirir mercadoria, e sem os impostos, sem as taxas?

IMPORTAÇÃO

O SR. ARNON DE MELLO — Bem sei, nobre Senador Saldanha Derzi, que a simples redução do ICM não resolveria o problema do empobrecimento do Nordeste. Nem esse problema corre por conta exclusiva do ICM, pois vários são os fatores que o promovem. Ainda há pouco declarei que a nossa Região exportou, no ano passado, aos preços correntes do mercado

internacional, 400 milhões de dólares, com os quais poderíamos nos abastecer do que precisamos no mercado estrangeiro. Entretanto, esses dólares são convertidos em cruzeiros, e fazemos nossas compras, no mercado interno, por preços duas a três vezes mais altos do que no exterior.

O Sr. Saldanha Derzi — Se importada do exterior, a mercadoria seria totalmente isenta de taxas, de impostos?

O SR. ARNON DE MELLO — De ICM, sim, que os outros países não nos cobram esse impôsto de consumo. É o preço da mercadoria seria duas a três vezes mais barato do que aquele pelo qual a compramos no mercado interno.

O Sr. Saldanha Derzi — Sabemos que também o Nordeste, como outras Regiões do Brasil, concorre para as grandes exportações. É a contribuição dessa geração que está sendo sacrificada, para que possamos deixar aos nossos sucessores um Brasil mais evoluído, mais progressista e mais rico.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Saldanha Derzi, permita-me dizer-lhe que o calor com que falo não se matiza no regionalismo mas no meu patriotismo, porquanto o que sobretudo defendo é a unidade do Brasil, a segurança dêste País, o futuro da nossa Pátria, que não se fortalecem com o subdesenvolvimento, o empobrecimento crescente do Nordeste. Não deixaremos aos nossos sucessores um Brasil mais rico se não reduzirmos ou extinguirmos a alarmante disparidade entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul.

APOIO DE SÃO PAULO

O Sr. Franco Montoro — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O Sr. Franco Montoro — Nobre Senador Arnon de Mello, como Senador de São Paulo e, acima de tudo, como representante do povo brasileiro, desejava congratular-me com V. Ex^a pela obra patriótica que faz, não apenas em defesa do Nordeste, mas também em defesa do Brasil.

O SR. ARNON DE MELLO — E de São Paulo.

O Sr. Franco Montoro — Inclusive de São Paulo. Declaro ao nobre colega que São Paulo não reivindicou esse ICM. Esclareço que a grandeza de São Paulo não se fêz com o ICM. São Paulo cresceu sem essa medida. Sabe V. Ex^a que ela foi introduzida, inclusive, quando as finanças do Brasil não eram dirigidas por um paulista.

O SR. ARNON DE MELLO — Contra-aparteando V. Ex^a, desejo recordar que era Secretário da Fazenda de São Paulo, quando da criação do ICM, o Ministro Delfim Neto, e S. Ex^a foi, então, contrário à medida.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex^a confirma o que eu dizia. Evidentemente, acima de tudo, o interesse de todos os brasileiros é o de que o Brasil cresça de forma homogênea. A disparidade existente, essa injustiça, não prejudica apenas uma região, prejudica todo o Brasil. Até do ponto de vista estreito do interesse econômico, São Paulo precisa ter um mercado consumidor para a sua produção. E, sem que haja um mínimo de bem-estar, de capacidade aquisitiva por parte de todos os demais Estados do Brasil, e particularmente do Nordeste, será impossível manter o desenvolvimento do Estado de São Paulo. Aliás, a crise que V. Ex^a diz existir no Nordeste já está acarretando consequências para São Paulo.

OBJETIVO DO APARTE

O SR. ARNON DE MELLO — Realmente, nobre Senador Franco Montoro, mercê do enfraquecimento do mercado interno, São Paulo já começa a encontrar dificuldades não somente para vender o que produz mas também para receber dos seus compradores a importância correspondente às suas vendas.

O Sr. Franco Montoro — O objetivo de meu aparte, nobre Senador, foi apenas dar a amplitude que tem o discurso de V. Ex^a, que não está defendendo apenas o Nordeste, mas defendendo o Brasil. V. Ex^a traz a esta Casa uma questão concreta, e com isto está prestando magnífica colaboração ao Govêrno. Não me venham perguntar se o seu discurso é de crítica, ou se não é crítica ao Govêrno, porque o Presidente da República pede ao Congresso Nacional que faça o jôgo da verdade, que aponte o problema tal como êle está, para que seja encontrada uma solução. V. Ex^a dá uma contribuição patriótica, como igualmente estão fazendo os demais integrantes da Bancada nordestina, apontando a realidade para a qual não podemos fechar os olhos. Devemos patrioticamente, acima de divisões regionais ou de divisões partidárias, ter presente êste problema que ameça realmente o futuro do desenvolvimento brasileiro.

O SR. ARNON DE MELLO — Senador Franco Montoro, líder do MDB, paulista e representante de São Paulo, o aparte de V. Ex^a enaltece a sua consciência de homem público, engrandece esta Casa e honra a vida política brasileira.

NORDESTINOS EM SÃO PAULO

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Líder Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos — O nobre Senador Franco Montoro declarou que não foi o ICM que fez a grandeza de São Paulo. Eu queria apenas deixar expresso que a grandeza de São Paulo se fez e está sendo feita por todo o Brasil. Para a grandeza de São Paulo temos contribuído muito, nós, paus-de-arara, que ali chegamos aos magotes, constantemente, levados do Nordeste. Por isso acho, e graças a Deus que já há esta compreensão, que São Paulo reconhece ter recebido tanto dos nordestinos que tem o dever de devolver ao Nordeste aquilo que nós já lhe demos, na contribuição do nosso suor, das nossas lágrimas e do nosso sangue, para repetir a expressão de Churchill.

O Sr. Franco Montoro — Faça minhas as palavras do nobre Senador Ruy Santos.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Ruy Santos, sôbre o assunto que me traz à tribuna, conversei longamente com o eminente brasileiro Clemente Mariani, filho do Estado de V. Ex^a, Ministro da Fazenda do Govêrno Jânio Quadros e hoje Presidente do Banco da Bahia. Entregou-me o ilustre homem público documento impressionante referente à situação do Nordeste em relação ao Centro-Sul. São as transferências de dinheiro da nossa Região para São Paulo. Transferimos semanalmente do Nordeste para São Paulo e Guanabara cêrca de cem milhões de cruzeiros, e daí recebemos cêrca de quinze milhões de cruzeiros. Vê-se que o esvaziamento da Região é galopante. Falo na defesa do Nordeste de hoje e de amanhã, tanto como na de São Paulo do presente e do futuro. Com o mesmo calor com que agora debato este assunto, ocupei a Tribuna no ano passado para protestar contra a injustiça de reduzir-se a cota de produção de açúcar do Nordeste em benefício do Centro-Sul. E tivemos, os alagoanos, a compreensão do atual Presidente do IAA, o General Tavares Carmo, cujo patriotismo não me canso de louvar.

IRMÃOS DE SOFRIMENTO

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com grande prazer.

O Sr. José Lindoso — Ouço V. Ex^a, como sempre, com o maior respeito. . .

O SR. ARNON DE MELLO — Somos irmãos de sofrimento, pois que V. Ex^a é do Norte-Nordeste.

O Sr. José Lindoso — ... quando faz a colocação dos problemas brasileiros e do Nordeste aqui no Senado. A tese que V. Ex^a hoje está defendendo tem sido abordada diversas vezes por V. Ex^a, e tem-me preocupado. Diz V. Ex^a que somos irmãos de sofrimento. O nosso sofrimento é comum, e a nossa angústia também o é, como grande e comum é a nossa esperança de tornar este País um País desenvolvido, um País com níveis de bem-estar satisfatório capaz, portanto, de nos proporcionar felicidade pelo menos na ordem material das coisas. Mas eu não gostaria de dar nenhuma conotação emocional às observações que ousou fazer ao discurso de V. Ex^a. V. Ex^a tem insistido no problema do ICM. O assunto é extremamente técnico. Compulsando os debates relativamente à Emenda Constitucional que proporcionou a reforma tributária, no Governo Castello Branco, eliminando inclusive o Imposto de Indústrias e Profissões e o Imposto de Vendas e Consignações, que era em cascata, constatamos que o Governo, àquela época, em face da conjuntura, que se caracterizava por uma inflação quase galopante, quiz, decididamente, deter essa inflação, inclusive buscando nesse instrumental — a Reforma Tributária — os métodos e os processos para estancá-la. As discussões havidas na Câmara — e eu, a essa época, estava na minha Província distante, cumprindo as minhas obrigações de professor universitário, mas sempre voltado para os problemas do Brasil — as discussões havidas se feriam em plano político e em plano técnico; e a Reforma Tributária saiu vitoriosa, não como uma expressão de solução política, mas sim como uma solução eminentemente técnica. Aos impostos havia-se de dar, agora, uma conotação econômica, despida do colorido político, pôsto que até referência a discriminação tributária — que foi característica da República fazer aquela discriminação, associando ao princípio de autonomia do Estado e do Município — até isso foi superado, pois foi conferido a alguns impostos a dimensão de imposto nacional, como disse o Ministro Octávio Gouvêa de Bulhões ao discutir o problema dessa Emenda Constitucional. Pois bem, entendo que, quando colocamos o assunto aritmeticamente, dizendo que se evadem rendas do Nordeste e do Amazonas em cem milhões, e não há retorno de numerário, nós não estamos fazendo uma colocação completa, isto é, com todos os dados, porque, realmente, se pagamos cem milhões a uma determinada praça do Centro-Sul, esses cem milhões estão em função de mercadorias e bens para atender às necessidades do Norte e do Nordeste. Seria importante discriminar o pagamento do volume de imposto em função do volume de mercadorias. Seria também necessário que se examinasse — eu estou simplesmente suscitando um outro ângulo para o debate e para que V. Ex^a com

sua inteligência sempre lúcida faça o devido exame, o que será valioso, face a sua categoria de **expert** em problemas do Nordeste. Esse outro ângulo, êsse outro aspecto — e diríamos que é importante — é relativamente a questão da exportação e importação. O Governo disciplina a importação, a fim de que compremos no mercado interno o maior número de itens para satisfazer as necessidades do consumidor brasileiro, e para aceitar isso precisamos nos colocar numa perspectiva de macroeconomia. Uma das grandes coisas que a Revolução fêz e que representa um passo decisivo no nosso amadurecimento nacional, foi considerar o problema brasileiro dentro de uma concepção global. A economia brasileira passou a ser uma economia global, e nós, no esforço de desenvolvimento, quando realizamos exportação e porfiamos demasiadamente nesse processo de exportar, o fazemos em função da política de desenvolvimento. Exportamos para compensar a importação. E o Governo necessita de importar máquinas, de importar implementos, insumos, de importar tôda uma gama de instrumentos vinculados diretamente aos projetos de desenvolvimento, que exigem tecnologia que ainda não temos. Então, dando essa dimensão Brasil ao problema no qual o Nordeste e a Amazônia estão situados, não estaremos defendendo o Centro-Sul, estaremos contribuindo todos com o sofrimento, com privação, como diz V. Ex^ã, porque se no exterior há mercadoria com preço menor, e não a buscamos, estaremos pagando mais, condicionados aos interesses nacionais, por um projeto nacional de desenvolvimento. E esse é o empenho de V. Ex^ã, como é o empenho de todos nós, liderados pelo Presidente Médici, nesta hora meridiana em que o Brasil está marchando para se tornar uma grande potência.

OS NÚMEROS COMPROVAM

O SR. ARNON DE MELLO — Senador José Lindoso, eminente Líder da ARENA nesta Casa, partido ao qual pertença: como vai, nobre Senador, não vai. Aí estão os números para comprovar a impossibilidade do desenvolvimento com o enfraquecimento do mercado interno. As palavras são muito bonitas, mas a realidade é extremamente dolorosa. Os Estados Unidos dispararam à nossa frente em matéria de progresso, porque nós, bloqueados pelo regime escravagista, não tivemos condições de criar o nosso mercado interno, enquanto o deles era criado e crescia. Ainda ontem falava eu aqui sôbre a ação do Banco do Nordeste no sertão alagoano, quando o eminente Senador Waldemar Alcântara me deu, para honra minha, brilhante aparte, com o qual concordei inteiramente, mas acentuando que as palavras eram, sem dúvida, fabulosas, as intenções e os planos

do Banco do Nordeste muito bons, mas a realidade se apresentava outra, cruel, trágica.

PARTE DO DIABO

Ao ouvir as belas palavras de V. Ex^a, que tão bem dizem do emérito Professor Universitário que é, lembro de novo a frase de André Gide, no prefácio de seu romance “Paludes”: na obra do escritor há a parte dele, que é a que êle quis dizer, e a parte de Deus, que é a que o leitor descobre. Na lei, nobre Senador José Lindoso — repito-o mais uma vez — há também a parte do diabo, que é aquela que desvirtua as intenções do legislador.

V. Ex^a citou, em seu excelente arrazoado, o grande brasileiro Otávio Gouvêa de Bulhões, Ministro da Fazenda do Governo Castello Branco, ao tempo em que se fêz a Reforma Tributária. Com êle também conversei sôbre o ICM, e, mais do que conversei com êle, lí dêle três artigos publicados na revista “Visão”. Não mantém o Professor Bulhões, a respeito do ICM, agora, depois de estar ele em vigor, a mesma opinião de antes.

IMPÔSTO UNITÁRIO

Devo acrescentar ainda que, como impôsto estadual, o ICM só existe no Brasil. Em todos os outros países que o implantaram, êle é unitário, com o que se evita que Estados mais desenvolvidos e ricos o dispensem para vencer na competição do mercado interno os Estados mais pobres. Um exemplo disso: em Alagoas, nobre Senador, ovos levados de São Paulo são vendidos por preço inferior aos ovos vendidos em São Paulo. São Paulo isentou do ICM o algodão e a cana-de-açúcar. Se o meu pequeno Estado de Alagoas isentasse do ICM a cana-de-açúcar, não teria recursos para viver. E, ainda a propósito do nosso empobrecimento, nobre Senador José Lindoso, vale a pena ressaltar que, em 1969, Alagoas comprou 100 tratores. Calculava-se, então, que, em 1970, 1971 e 1972, Alagoas compraria um total de 1.500 tratores. Sabe V. Ex^a quantos tratores Alagoas pôde comprar este ano? Quinze tratores. Somos um Estado onde a indústria açucareira é relativamente poderosa, mas a exigüidade de recursos não nos permitiu adquirir mais tratores.

TEORIA E REALIDADE

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, Senador Franco Montoro.

O Sr. Franco Montoro — Queria dar uma contribuição concreta à tese de V. Ex^a O nobre Senador José Lindoso lembrou bem a argumentação teórica apresentada por ocasião da modifi-

cação da Legislação Tributária. Mas a teoria deve passar pelo crivo da realidade. Feita a experiência, qual o resultado? Manter uma teoria, explicada, teoricamente, de forma perfeita, mas que a realidade demonstra ser injusta e contrária ao interesse nacional, positivamente não será boa política. Acabo de receber, nobre Senador, um estudo sobre o mesmo tema realizado por economista e engenheiros de Recife, tendo à frente um colega nosso, Sebastião Barreto Campelo, que V. Ex^a deve conhecer. . .

O SR. ARNON DE MELLO — Conheço bem, e lhe estimo o valor.

O Sr. Franco Montoro — . . . que honra a representação de Pernambuco. Enviou-me êle cópia de um trabalho sobre a reformulação da sistemática do ICM. Apresenta dados estatísticos, feitos em colaboração com três economistas, srs. Agripino Pessoa Santana, Luciano Carneiro e Masson Pessoa Filho. Está aqui o resultado: ICM pago pelo Nordeste aos Estados da Região Centro-Sul, 283 milhões e 6 mil cruzeiros; ICM pago por êsses Estados ao Nordeste: 56 milhões de cruzeiros. Diferença em prejuízo do Nordeste: 326 milhões, 963 mil e 100 cruzeiros. Está aqui o dado objetivo, a resposta que a realidade dá, porque, nesta matéria, é a realidade que nos tem de dar as grandes lições. A inteligência está na humildade de olhar a realidade e reconhecê-la, tal como ela se apresenta. Isso revela que tal situação não pode continuar. Vi, nesse trabalho, uma confirmação da magnífica tese que V. Ex^a defendeu e que li com a maior atenção, tendo-a divulgado, em São Paulo, em setores formadores dos futuros economistas que poderão influir na boa solução dêsse problema.

BOA FOI A INTENÇÃO

O SR. ARNON DE MELLO — Tenho sido procurado constantemente por estudantes que me pedem essas informações, convencidos da verdade dos números.

O Sr. Franco Montoro — Exato.

O SR. ARNON DE MELLO — Lamento, apenas, ver o nobre Senador José Lindoso contrariar ponto de vista que tanto beneficia o Estado de S. Ex^a, como o meu. São Paulo arrecada em poucas horas, por exemplo, o que o Amazonas arrecada em um mês. Evidentemente, o gigantismo do Estado de São Paulo não interessa ao Norte-Nordeste, não interessa ao Brasil nem mesmo ao Estado de São Paulo.

O Sr. Franco Montoro — Permita-me V. Ex^a completar o meu aparte. Queria, em complemento, declarar que a impressão do Senador José Lindoso era a minha também. S. Ex^a lembrou,

penso que com muita oportunidade, as razões invocadas na fundamentação da intenção. A fundamentação teórica, como disse, foi perfeita, impressionou a todos e não penso que haja, da parte de V. Ex^a nem de ninguém, a tentativa, a decisão de acusar alguém por ter feito tal experiência. Acontece que a experiência se está revelando contrária...

O SR. ARNON DE MELLO — A medida foi tomada, sem dúvida, com boas intenções.

O Sr. Franco Montoro — Foi feita com a melhor das intenções. Mas temos que olhar a realidade e, neste sentido, parece-me que a tese de V. Ex^a não é, apenas, da bancada do Nordeste, pois pelo menos eu, que sou de São Paulo, estou de acôrdo com ela. A realidade exige uma revisão da matéria e com urgência, porque, como V. Ex^a já mencionou, isso está prejudicando inclusive São Paulo. Os problemas que São Paulo está tendo são desconhecidos, talvez, da opinião pública. Há inclusive, um desemprego em massa, reconhecido em documento oficial, como consequência da falta de mercado.

O SR. ARNON DE MELLO — A situação se agrava, ameaçadora.

O Sr. Franco Montoro — Além dessa consequência, segundo os dados, a mortalidade infantil em São Paulo, Capital, está aumentando. A causa científica, indicada pelo Secretário de Saúde, é a deficiência alimentar decorrente das dificuldades econômicas do chefe de família, ora sofrendo os resultados dessa situação injusta. Vê V. Ex^a que todo o Brasil tem, até do ponto de vista direto, imediato e econômico, um interêsse na reformulação que V. Ex^a defende.

OUVINDO TÉCNICOS

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Franco Montoro, antes de fazer o trabalho que apresentei à COCENE, acolhido, com muita honra para mim, pelo grande Senador Virgílio Távora, ouvi numerosos técnicos. Fui a Minas Gerais conversar com o Governador Rondon Pacheco. S. Ex^a me declarou que, ainda quando Chefe da Casa Civil do Marechal Costa e Silva, havia chamado para o fato a atenção do Sr. Presidente da República. Fui a São Paulo, e lá conversei com o Secretário da Fazenda do Estado, que por sinal, fôra um dos assessôres do Sr. Ministro da Fazenda. Conversei também com várias outras personalidades conhecedoras dos problemas nacionais. De um desses brasileiros, nosso antigo representante no Fundo Monetário Internacional, ouvi que, ao ser implantada a Reforma Tributária, com a criação do ICM, lhe disse o representante da Alema-

nha no mesmo Fundo Monetário Internacional, hoje Diretor do **Deutsch Bank**, o seguinte: “Vocês, brasileiros, são realmente corajosos, porque nós, da Alemanha, onde a economia é mais igual, antes de adotarmos o ICM, fizemos numerosas pesquisas e, assim mesmo, o adotamos unitário, e não estadual, como no Brasil.”

Sr. Presidente, era meu intento falar apenas dois minutos. Mas os eminentes colegas, nobres Senadores Saldanha Derzi, Franco Montoro, Ruy Santos e José Lindoso, que tanto me honraram com seus apartes, me fizeram permanecer mais tempo nesta tribuna. Vou terminar, reservando-me para voltar ao assunto em outra oportunidade.

NÓVO APARTE

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O Sr. José Lindoso — V. Ex^a me chamou à colação, e eu poderia invocar aqui o Mestre Machado de Assis: “A confusão é geral.” Não entendo porque o ICM é responsável pela mortalidade infantil em São Paulo, na versão do Senador Franco Montoro. Ao fazer as observações ao discurso de V. Ex^a assinalo que desejava fazê-lo sem nenhuma conotação emocional. Quando da Reforma Tributária não éramos representantes do povo no Congresso; aceitamo-la como estudioso na base da argumentação técnica, e no esquema do equilíbrio de receita das diversas entidades públicas surgiram os fundos de participação para os municípios e para os Estados. Na reformulação geral foram assinalados êsses aspectos técnicos. V. Ex^a lamenta que eu esteja dando contribuição ao debate, fazendo uma conotação de malícia, como se eu . . .

O SR. ARNON DE MELLO — Não tive nenhuma intenção de malícia, nobre Líder José Lindoso.

O Sr. José Lindoso — Quero dizer a V. Ex^a que o fato de se declarar estar eu contra o Amazonas, nesta Casa, não vai significar que o Professor Franco Montoro, eminente Senador da República, esteja contra São Paulo. O problema não pode ter sentido regionalista nem pode ser tratado emocionalmente. Bem o faz V. Ex^a quando procura abordá-lo despido dessa conotação, o que nem sempre consegue tôda vez que se liberta dos trabalhos de pesquisa, dos trabalhos escritos que apresenta ao Senado. Porque é com o ardor do debate que, por vêzes, somos surpreendidos por êsse tom emocional na discussão do assunto por parte do nobre Senador. Repito a V. Ex^a: entendo que a colocação do

problema tem sido feita, por vêzes, parcialmente. Quando reclamamos o valor da exportação e, ao mesmo tempo, a coibição da livre importação, estamos pagando um tributo, estamos tendo um ônus . . .

ÔNUS

O SR. ARNON DE MELLO — Que ônus podemos pagar, ilustre Senador, nós, Estados do Nordeste, se vivemos à custa do Governo Federal, sem recursos próprios para promover o nosso desenvolvimento?

O Sr. José Lindoso — Com a nossa pobreza e apesar dela, fomos tangidos para a realização épica do desenvolvimento do Brasil. Pois bem, para êsse desenvolvimento há projetos nacionais. Isso não significa que, ao fazer a observação e a colocação nas dimensões de projeto nacional de desenvolvimento, ao dar as explicações que entendo, conscientemente, estejam dentro da base da verdade, isso não significa que esteja adotando como plenamente válido sob o ângulo técnico a permanência do ICM como se apresenta até agora. Mas, nas suas conseqüências gerais, estamos pagando realmente um tributo à obra ciclópica que a nossa geração foi chamada a realizar — a do desenvolvimento. E foi exatamente contra o processo inflacionário galopante que se fez a Reforma Tributária. Não estamos vendo só o Nordeste ou só o Amazonas — e eu seria a última pessoa a estar contra o Nordeste ou contra a Amazônia, porque estou sempre a favor do Brasil, por formação como todos nós, e por destinação, por tudo quanto é mais vital na nossa destinação terrena. Então, quero repor o debate nos devidos têrmos: acho que o assunto deve ser estudado com todo o cuidado, tènicamente, mas não se deve, em absoluto, debitar ao ICM até a mortalidade infantil de São Paulo, não se lhe deve debitar tôdas as infelicidades que possam ocorrer no Amazonas, como a enchente, ou no Nordeste, como a sêca. Isto desfigura o problema, prejudica a possibilidade de estudá-lo dentro do prisma que V. Ex^a coloca com tanta veemência a ponto de considerar uma questão vital, e que eu admito pela sua sensibilidade cívica, que o seja; apenas precisamos inseri-la no interêsse do País.

RETIFICAÇÃO

O Sr. Franco Montoro — Peço um aparte, porque gostaria de fazer uma retificação. (**Assentimento do Orador**) Penso que não consegui fazer-me entender pelo nobre Senador José Lindoso — não sei se por truque de oratória de S. Ex^a ou se porque, sinceramente, S. Ex^a acredita naquilo que disse. Ninguém afirmou aqui que o ICM estava matando crianças em São Paulo!

Isso vai por conta da brilhante inteligência e do raciocínio dialético de S. Ex^a Quando se falava da situação magnífica de São Paulo, mencionei apenas, não quis deixar transitar em julgado essa situação porque hoje, em São Paulo, estão morrendo mais crianças do que morreram no Rio, no ano passado. Citei um dado oficial, um fato objetivo que aí está. E não poderia permitir que a referência a êsse dado objetivo, que deve merecer reflexão séria, se preste a uma interpretação verdadeiramente ginástica como foi feito.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Franco Montoro. Eu quase pedi um aparte a V. Ex^a e ao nobre Senador José Lindoso para poder continuar êste pronunciamento improvisado, apressado.

Por maior que seja o respeito, a admiração e o aprêço que tenha pelo eminente Senador José Lindoso, devo, com franqueza dizer que a tese defendida por S. Ex^a é sumamente estranha: nunca vi desenvolvimento nacional na base do empobrecimento de uma Região e enriquecimento galopante de outra. Houve distorção, ao impacto da realidade. . .

O Sr. José Lindoso — Defendo uma tese. . .

O SR. ARNON DE MELLO — . . . nas intenções dos autores da Reforma Tributária, nobre Senador.

O Sr. Franco Montoro — Vamos corrigir o êrro.

O SR. ARNON DE MELLO — Nem Machado de Assis, que V. Ex^a, com o seu bom-gôsto literário, citou, defenderia tese igual.

O Sr. José Lindoso — Acho que Machado de Assis está com a razão! A confusão é geral.

CONFUSÃO

O SR. ARNON DE MELLO — Não sei onde está a confusão nem quem a promove. Ninguém mais do que eu defende o desenvolvimento global, mas desenvolvimento global não quer dizer empobrecer cada vez mais a Região menos adiantada, no caso o Nordeste, e enriquecer cada vez mais a Região mais avançada, como é o Centro-Sul.

O Sr. José Lindoso — Mas, Sr. Senador, o nobre Senador Franco Montoro disse que São Paulo está na maior pobreza. Não entendo mais o apoio dêle à tese de V. Ex^a

O SR. ARNON DE MELLO — Agora percebo a confusão: V. Ex^a, do Amazonas, que podia estar apoiando a tese que defendendo, faz restrições a ela, e o Senador Franco Montoro, de São

Paulo, que podia estar combatendo-a, defende-a. O desenvolvimento que agiganta no presente o Estado de São Paulo, sem abrir-lhe perspectivas de futuro, não prejudica somente o Norte-Nordeste mas o resto do Brasil, também o Paraná, Minas Gerais. Não falo de oitiva, nobre Senador. Procurei estudar o assunto para cumprir a tarefa de que me incumbiu a COCENE.

O Sr. José Lindoso — V. Ex^a me perdoe. . .

TROCA DE NOMES

O SR. ARNON DE MELLO — Também não disse que V. Ex^a está falando de oitiva. Nobre Senador Franco Montoro, não vá pensar. . .

O Sr. José Lindoso — É uma honra excepcional V. Ex^a me confundir com o nobre Senador Franco Montoro. E simplesmente uma adição à confusão geral de argumentos, de teses que estamos apreciando neste Plenário. Jamais disse que V. Ex^a estaria falando de oitiva; V. Ex^a declarou simplesmente que falava de improviso.

O SR. ARNON DE MELLO — De improviso, sim, mas valendo-me de dados que anteriormente colhi.

O Sr. José Lindoso — V. Ex^a tem trazido à Casa estudos bem fundamentados. . .

O SR. ARNON DE MELLO — E igualmente o nobre Senador José Lindoso, a quem aproveito o ensejo para felicitar pelo seu recente discurso sobre municípios.

O Sr. José Lindoso — . . . altamente apoiados em estatísticas oficiais, e não estou, em absoluto, me contrapondo a teses, mas dimensionando o problema em termos de desenvolvimento, de projeto de desenvolvimento. . .

O SR. ARNON DE MELLO — Prefiria que V. Ex^a. . .

O Sr. José Lindoso — Permita-me concluir meu aparte. O Presidente da República disse que a economia vai bem, mas o povo vai mal. Todos o sabemos, todos o sentimos. Vimos de uma campanha eleitoral e sentimos, na verdade, o sofrimento do povo brasileiro, o pauperismo em tôdas as dimensões. É exatamente para nos libertarmos dêsse pauperismo que estamos pagando tributo a um processo de desenvolvimento na projeção dêsse que o Chefe do Govêrno está realizando. Discutimos, no Congresso, o Plano Nacional de Desenvolvimento, através dos investimentos prioritários que o Govêrno pretende fazer. Se tècnicamente é inconveniente, demonstremos sem emoção e sem

exasperação ao Governo essas inconveniências, no campo tributário convençamos o Presidente da República, porque Sua Excelência é sensível a isso; reformulemos, porquanto, acima de tudo, existe a preocupação de fazer o jôgo da verdade e construir uma grande Nação.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador José Lindoso, que fizemos nós, da ARENA, senão levar ao Governo o trabalho da COCENE, o relatório do Senador Virgílio Távora sôbre os problemas do Nordeste? Nobre Senador José Lindoso, aqui ninguém está combatendo S. Ex^a o Sr. Presidente da República, a quem rendo minhas maiores homenagens pelos inestimáveis serviços que está prestando ao Brasil nesta hora histórica. Devo declarar, entretanto, a V. Ex.^a, nobre Senador, com a minha consciência de homem público, parecer-me que tudo que se está realizando em favor do Nordeste não produzirá os efeitos desejados se não fôr modificado o regime de trocas e o regime do ICM, se não forem tomadas outras providências correlatas. O Governo Federal está cansado de mandar dinheiro para o Nordeste, dinheiro que ali chega num dia e volta no outro para São Paulo. Ainda ontem proferi discurso nesta Casa, relatando o que me parece conveniente ao Nordeste.

Sr. Presidente, desejo, ao terminar, pedir desculpas ao nobre Senador José Lindoso, que tanto admiro, por ter, num lapso inconcebível, trocado o nome de S. Ex^a, tão conhecida figura da vida pública brasileira, pelo do nobre Senador Franco Montoro.

O Sr. José Lindoso — Não há porque. É uma grande honra para mim ser confundido com o nobre Senador Franco Montoro.

O SR. ARNON DE MELLO — Não houve confusão, nobre Senador, porque V. Ex^a é inconfundível. Houve simples troca de palavras. Sr. Presidente, tenho um compromisso fora dêste Plenário, e já estou atrasado. Evidentemente, na pressa em que falo cometi êsse grave lapso, de que humildemente me penitencio, esperando que o eminente Senador José Lindoso, com a sua habitual generosidade, aceite as escusas de um neófito no imprevisto parlamentar. Conforta-me, entretanto, considerar que o lapso não é tão grave, porque, se a troca de nomes fere porventura a sensibilidade do ilustre Líder da ARENA, — já que lhe provocou tão pronta observação — a comparação não o diminui. O nobre Senador José Lindoso já o declarou: tanto quanto eu, tem S. Ex^a pelo eminente Senador Franco Montoro a maior admiração e o maior aprêço.

ESTADOS	MAIO/1970		MAIO/1971		MAIO/1969	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Amazonas	3.528.000	3.992.000	3.992.000	2.114.000	2.284.000	1.448.000
Goiás	18.997.000	8.314.000	14.628.000	7.748.000	11.221.000	7.110.000
Sergipe	2.296.000	1.004.000	2.044.000	1.083.000	1.826.000	1.158.000

ESTADOS	ABRIL/1971		ABRIL/1970		ABRIL/1969	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Acre	776.000	333.000	428.000	223.000	291.000	183.000
Alagoas	4.483.000	1.924.000	4.461.000	2.330.000	4.485.000	2.814.000
Bahia	29.078.000	12.480.000	22.692.000	11.856.000	21.100.000	13.237.000
Ceará	8.661.000	3.717.000	7.672.000	4.008.000	6.164.000	3.867.000
Distrito Federal (Exceto trigo) ...	3.754.000	1.612.000	1.241.000	648.000	1.627.000	1.021.000

Espírito Santo	9.016.000	3.869.000	5.545.000	2.897.000	5.529.000	3.469.000
Guanabara	132.935.000	57.053.000	100.311.000	52.409.000	92.481.000	58.018.000
Maranhão	4.269.000	1.832.000	2.854.000	1.491.000	2.999.000	1.881.000
Mato Grosso	11.532.000	4.949.000	6.756.000	3.530.000	5.212.000	3.270.000
Minas Gerais	87.307.000	37.471.000	62.614.000	32.714.00	53.533.000	33.584.000
Pará	4.969.000	2.133.000	4.204.000	2.196.000	3.631.000	2.278.000
Paraíba	4.442.000	1.906.000	4.200.000	2.195.000	4.102.000	2.573.000
Paraná	66.275.000	28.444.000	58.998.000	30.825.000	45.058.000	28.267.000
Pernambuco	15.097.000	6.470.000	18.254.000	9.537.000	18.862.000	11.833.000
Piauí	2.758.000	1.184.000	1.942.000	1.015.000	1.745.000	1.095.000
Rio G. do Norte . . .	2.751.000	13.653.000	2.205.000	1.152.000	2.443.000	1.553.000
Rio G. do Sul	95.614.000	41.036.000	63.188.000	33.014.000	54.803.000	34.381.000
Rio de Janeiro	47.334.000	20.315.000	38.992.000	20.372.000	30.654.000	19.231.000
Santa Catarina	25.428.000	10.913.000	22.310.000	11.476.000	17.102.000	10.905.000
São Paulo	524.401.000	225.065.000	425.410.000	222.262.000	345.386.000	216.679.000

NORTE-NORDESTE—CENTRO—NORTE-NORDESTE

Dados relativos às transferências, feitas através do Banco da Bahia — Estado por Estado — do Norte-Nordeste para São Paulo e de São Paulo para o Norte-Nordeste, na semana de 14 a 18 de junho de 1971.

Resumo da Agência do Banco da Bahia em São Paulo

ESTADOS	Recebido	Expedido
Bahia	3.136.688,73	847.772,05
Alagoas	296.725,42	33.262,97
Amazonas	46.212,61	2.178,24
Ceará	503.338,11	38.594,20
Maranhão	1.427.885,00	—
Pará	39.721,61	11.544,38
Paraíba	11.204,47	11.597,53
Pernambuco	2.373.035,59	782.260,40
Piauí	28.165,83	386,55
Rio Grande do Norte	155.388,57	724,18
Sergipe	221.792,06	35.150,25
Total Geral	<u>8.240.158,00</u>	<u>1.763.470,75</u>

**MODELO
ECONOMICO**

Senhor Presidente: (1)

Começo por confirmar V. Ex^a ao conceder-me a palavra. (2) Rogo aos meus eminentes pares que não me aparteiem a fim de que eu possa terminar este pronunciamento dentro do tempo regimental. Honra maior não há, para quem ocupa esta tribuna, especialmente para mim, do que receber apartes dos nobres colegas, que assim abrilhantam o que aqui se diz e engrandecem quem aqui fala. Mas o Regimento da Casa é sobremodo exigente em matéria de tempo, já estamos no fim da Sessão Legislativa de 1971, e eu não desejo se encerre ela sem resumir da tribuna o que nós, do Nordeste, apontamos como mais necessário ao bom sucesso da política de desenvolvimento da Região, tão firmemente empreendida e defendida pelo Sr. Presidente da República.

PARA CORRESPONDER A CONFIANÇA

Senhores Senadores:

No decorrer do ano que finda, tive ensejo de, por várias vezes, falar nesta Casa sôbre assuntos ligados ao Nordeste. Distinguido com a indicação da COCENE (3), organizada pela ARENA, para estudar a Legislação Tributária Federal no que diz respeito à Região, decidi ampliar meus estudos no sentido de fixar as causas mais remotas e os fatores de agravação do subdesenvolvimento nordestino. Recorri, então, às estatísticas e aos técnicos tanto quanto a homens públicos com experiência de administração e de govêrno, conhecimento dos problemas do País e vivência das realidades regionais e nacionais. Quis, assim, melhor corresponder à confiança do meu Partido, correspondendo ao mesmo tempo à confiança dos que me elegeram.

Grande é, Senhores Senadores — todos nós bem o sentimos —, a responsabilidade de quem se vê distinguido pelo mandato

(1) Discurso pronunciado na Sessão de 29 de novembro de 1971 do Senado Federal, em Brasília.

(2) O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Arnon de Mello. O orador, por intermédio da Mesa, solicita aos Srs. Senadores que não o aparteiem, em razão de temer que os apartes lhe tirem o tempo necessário ao desenvolvimento da tese que pretende expender.

(3) Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste.

popular. A simples vitória eleitoral, que o assegura, não nutre o homem público de inspiração e força suficientes para bem cumpri-lo ao longo dos anos. Ele há de estar permanentemente atento no captar os anseios do povo para de fato representá-lo e, em seu nome, como lhe compete, dar contribuição efetiva à solução dos problemas da comunidade, estudando-os, debatendo-os, esclarecendo-os, na busca incessante dos caminhos que levarão ao bem-estar coletivo.

FÉ E ESPERANÇA DO POVO

Não nos elege o povo, realmente, para sermos servidos mas para servir. O mandato de que nos unge é antes um **munus**, um dever imprescritível que nos cumpre desempenhar com profundo sentimento de missão, se quisermos ser dignos de viver. E desempenhá-lo eficientemente, como militante do bem comum, sempre sem temor da verdade.

“Eu nada sou mas a verdade é tudo” — dizia Lincoln. A verdade é positivamente compromisso de honra, sobretudo para quem detém a confiança pública. Deus nos livre de faltar a essa confiança. E tanto mais quanto não se desmerece impunemente a esperança e a fé do povo.

AUTENTICIDADE DO MANDATO

Não tem sido outro o procedimento do orador nem de quantos integram esta Casa, vitoriosos do recente pleito eleitoral, dos mais disputados dêste País, como dos anteriores.

A autenticidade dos nossos mandatos se afirma na pureza da fonte de onde proviemos. E a lisura das últimas eleições, tanto quanto a exatidão e justeza de seus resultados, foram testemunhadas e reconhecidas pelas duas correntes partidárias em luta — o MDB e a ARENA. Como todos bem sabemos, meses antes de sua realização, governistas e oposicionistas tiveram gratuitamente ao seu dispor, para propaganda por duas horas diariamente, tôdas as emissoras de televisão e de rádio do País. E através delas, pelas palavras de crítica dos emedebistas e pelas palavras de defesa dos arenistas, o povo foi esclarecido da verdade e votou com conhecimento de causa, em pleito livre e secreto.

Muitos de nós tivemos a confirmação dos nossos mandatos — uns vindos de postos eletivos diversos e outros reeleitos Senadores. Manda a justiça se ressalte a nossa fidelidade aos ideais que nos conduziram ao prélio das urnas, bem como à responsabilidade que nos pesa. Sômente o futuro dirá, realmente, do nosso trabalho em favor do Brasil e da solução dos problemas

nacionais neste difícil período da nossa vida política. Cada um de nós tem dado o melhor de si mesmo pela boa execução de suas tarefas. E cumpre acentuar que nunca, em nenhuma fase da História deste País, houve um Senado que superasse o atual em valores humanos e em serviços prestados à causa pública.

DUAS PREOCUPAÇÕES

Senhor Presidente:

Duas preocupações e dois objetivos me dominaram sempre ao ocupar a tribuna, por várias vezes, no decorrer deste ano. Ante o quadro de miséria da minha Região, que tanto sensibilizou o Sr. Presidente da República, procurei contribuir, dentro da limitada área de minhas atribuições, para acelerar o processo de desenvolvimento do Nordeste, lutando pela redução das disparidades existentes entre êle e o Centro-Sul, tanto como pela diminuição das diferenças entre os nossos Estados mais e menos pobres, pela atenuação das desigualdades de crescimento entre a zona rural da agropecuária e a zona urbana da indústria e dos serviços, e pela eliminação dos desequilíbrios dentro de cada setor econômico.

Incentivou-me um objetivo de âmbito nacional e de caráter eminentemente econômico, qual o desenvolvimento equitativo do Nordeste, a razoável distribuição de seus efeitos em termos espaciais e setoriais.

A preocupação de natureza econômica se completa na de natureza social, com o promover uma distribuição mais justa da renda e dos frutos do progresso econômico entre os habitantes dos Estados e das microregiões do Nordeste. O bem-estar do homem nordestino haverá de ser o nosso alvo primordial. Evidentemente, o desenvolvimento não se faz concentrado em poucas regiões e em benefício de poucos, mas expandido por todo o Território Nacional e por todos os brasileiros. E isto, aliás, é o que prega o Sr. Presidente da República em seus pronunciamentos e diretrizes, que vão cada dia se tornando mais realidade e quanto antes precisam se efetivar de todo. A economia e o povo hão de ir bem concomitantemente. Só assim construiremos não apenas o Brasil Grande mas também o Brasil Gente.

ICM E TROCAS

Senhores Senadores:

Depois de fixar os propósitos que me animam e conduzem na vida pública, volto a referir brevemente um tema que tratei

de modo exaustivo em outros pronunciamentos: o das desfavoráveis relações de intercâmbio do Nordeste, em cuja balança comercial há um importante saldo positivo com o estrangeiro e um não menos expressivo saldo negativo com o resto do Brasil.

O **superavit** com o estrangeiro decorre, como sabemos, da venda de nossos produtos aos preços do mercado internacional, enquanto o **deficit** com o resto do Brasil resulta da compra, que obrigatoriamente fazemos no mercado nacional, e a preços duas e meia e três vezes mais altos, de produtos protegidos da concorrência externa pela barreira aduaneira e encarecidos pela tributação interna.

Em outras palavras, ao invés de utilizar seu saldo positivo em dólares para adquirir no estrangeiro, a preços e condições mais favoráveis, os produtos essenciais ou necessários ao seu desenvolvimento, o Nordeste é forçado a empregar êsses recursos na compra, sobretudo no Centro-Sul, dos mesmos artigos, em geral de preços bem mais altos que os similares estrangeiros, e ainda onerados pelos tributos, principalmente o ICM, cujas receitas são retidas em sua quase totalidade nos Estados produtores.

A injustiça se torna mais clamorosa se considerarmos que, enquanto o Centro-Sul desenvolveu seu parque industrial com a importação de equipamentos estrangeiros, a preços do mercado mundial e ainda com câmbio favorecido, o Nordeste é compelido, para industrializar-se, a comprar equipamentos brasileiros por preços bastante mais elevados que os dos similares estrangeiros, ainda porque incluem os impostos e taxas internos, sobretudo o ICM. O processo de industrialização do Nordeste é positivamente dificultado pelo ICM, que, ao lado de outros fatores de empobrecimento regional, promove e estimula também a drenagem dos nossos minguados recursos para os Estados produtores do Centro-Sul.

DUAS SUGESTÕES

Senhor Presidente:

Duas sugestões me permito renovar aqui para impedir essa crescente drenagem de recursos. A primeira se refere à divisão ao meio do ICM entre o Estado produtor e o Estado consumidor, o que beneficiaria a ambos, tanto não vale a pena produzir sem ter a quem vender. Enfraquecido, o mercado interno não amplia, antes diminui, evidentemente, sua capacidade aquisitiva.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Eurico Rezende, sabe V. Exa. com que honra e alegria recebo sempre seus apertes. Mas V. Exa. não estava neste recinto quando o Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (**Petrônio Portella**) — O ilustre Senador Eurico Rezende não estava no recinto quando foi solicitado ao Plenário que não apartasse o orador, de vez que S. Exa. tem um discurso longo a proferir e temeroso está de não dispôr de tempo para ultimá-lo.

O Sr. **Eurico Rezende** — Eu capitulo diante da crueldade necessária, da advertência da Mesa.

O SR. ARNON DE MELLO — Não é advertência, é um pedido.

O Sr. **Eurico Rezende** — É crueldade necessária para que V. Exa. possa contemplar a Casa e a Nação com essa sua constância em focalizar temas realmente de grande repercussão. Eu me curvo a essa advertência.

SEGUNDA SUGESTÃO

O SR. ARNON DE MELLO — A segunda sugestão que me animo a fazer ao Govêrno da União, e que sem dúvida contribuiria para apressar o crescimento econômico do Nordeste, diz respeito à dispensa do ICM sôbre bens de capital considerados pela SUDENE essenciais ao desenvolvimento da Região.

Devo destacar que, com isso, não pleiteio para o Nordeste um sistema semelhante ao existente dentro dos limites da Zona Franca de Manaus, no Amazonas. A isenção dos tributos internos seria apenas para os bens de capital indispensáveis ao desenvolvimento da Região, e não, como ocorre naquela Zona Franca, para todos os produtos. inclusive os bens de consumo.

SUDENE

Senhores Senadores:

No desempenho da tarefa que me foi confiada, não me restringi ao estudo da política tributária caracterizada pelo ICM e pelo regime de trocas, mas procurei examinar, além de outros aspectos da problemática regional, o comportamento da SUDENE, do Banco do Nordeste do Brasil e do Instituto do Açúcar e do Alcool, bem como o funcionamento do mecanismo de incentivos fiscais do sistema do 34/18 e as perspectivas do Plano de Integração Nacional e do PROTERRA.

Ninguém desconhece os bons resultados da atuação da SUDENE na implantação de extensa e complexa infra-estrutura econômico-social no Nordeste, representada por 8.000 quilômetros de modernas rodovias pavimentadas e 25.000 quilômetros de estradas de terra batida; maior oferta de energia elétrica, que passou de 45 KW para 120 KW por habitante em 1970; melhores meios de telecomunicação, mais ampla rede de ensino e saúde, mais numerosas habitações.

O sentido construtivo que imprimo aos meus pronunciamentos não me permitiria, entretanto, deixar de analisar as deficiências do sistema, fundamentalmente geradas pela incapacidade dele em expandir, na escala e forma razoáveis, a produção e a produtividade dos setores agropecuário e industrial.

Na agropecuária, a ampliação da superfície cultivada e a incorporação de novas terras possibilitaram, é certo, o aumento da produção mas da produção antieconômica, sem objetivar nem alcançar a produtividade, e, portanto, com o sacrifício do proprietário e do trabalhador rural.

Não houve, em tais condições, modificação da extrema desigualdade na distribuição da renda, sempre com baixos níveis para a grande maioria da população, e esta permanecendo sem poder aquisitivo, incapaz de absorver o produto industrial da Região.

INCENTIVOS FISCAIS

A relação completa dos projetos aprovados e capacitados para obterem recursos dos incentivos fiscais, — tal como se apresentava a situação em agosto de 1971, conforme documento da SUDENE — demonstra, de maneira ofuscante, que o mecanismo do sistema do 34/18 não funcionou a contento e pouco contribuiu para a solução dos problemas de Setor, exatamente como destaquei em discurso aqui pronunciado em outubro último sobre o modelo econômico adotado no Nordeste.

Esta verificação que agora faço não quer dizer que defenda eu a extinção do sistema de incentivos ou o fim da SUDENE, tanto considero que é ao seu funcionamento deficiente que se devem debitar os maus sucessos, inexistentes, por conseguinte, se bem executada a legislação vigente.

Analisados os números constantes do mencionado documento da SUDENE, logo chegaremos aos motivos de tais insucessos. Os projetos agropecuários, por exemplo, receberam apenas . . . 24,17% dos recursos dos incentivos fiscais previstos, e 14,33% dos efetivamente liberados. Obteve, assim, a agropecuária menos

de 1/4 dos recursos do sistema do 34/18, embora a população rural corresponda a 58,2% da população total do Nordeste, ou seja, de acôrdo com o censo demográfico de 1970, 16.383.605 para 28.150.068 habitantes.

INTRA-REGIONAIS

Também a distribuição geográfica dos recursos do sistema do 34/18 tenderá a acentuar as desigualdades intra-regionais. Dos dez Estados integrantes do Polígono das Sêcas, Bahia, Pernambuco e Paraíba absorveram, no seu conjunto, cerca de 3/4 daqueles recursos, num total de Cr\$ 3.707.104.000,00 previstos e Cr\$ 1.327.296.000,00 liberados, assim distribuídos:

Bahia — Previsto: Cr\$ 1.162.305.000,00 (31,38% do total geral); liberado: Cr\$ 500.172.000,00 (38,14% do total geral).

Pernambuco — Previsto Cr\$ 774.328.000,00 (20,10% do total geral); liberado: Cr\$ 327.657.000,00 (24,69% do total geral).

Paraíba — Previsto: Cr\$ 440.392.000,00 (12,13% do total geral); liberado: Cr\$ 147.383.000,00 (11,11% do total geral).

Os três Estados absorveram, assim, em relação ao total dos recursos dos incentivos fiscais, 63,61% previstos e 73,94% liberados. A Bahia obteve a liberação de 43,55% dos recursos que lhe foram distribuídos pela SUDENE; Pernambuco 44,02% e Paraíba 32,80% .

SERGIPE, PIAUI E ALAGOAS

Enquanto isso, Sergipe, Piauí e Alagoas, Estados mais pobres e mais dependentes da agropecuária, receberam, do total geral, para seus projetos, 9,66% dos recursos previstos e 2,64% dos recursos liberados, com a seguinte distribuição:

Sergipe — Previsto: Cr\$ 27.292.000,00 (0,74% do total geral); liberado: Cr\$ 9.171.000,00 (0,69% do total geral).

Piauí — Previsto: Cr\$ 133.593.000,00 (3,61% do total geral); liberado: Cr\$ 9.640.000,00 (0,73% do total geral);

Alagoas — Previsto: Cr\$ 196.865.000,00 (5,31% do total geral); liberado: Cr\$ 16.254.000,00 (1,22% do total geral).

De acôrdo com tais dados oficiais, Sergipe conseguiu a liberação de 3,60% dos recursos obtidos; Piauí, 7,22% e Alagoas 8,26% .

DESIGUALDADE ENTRE SETORES

O setor agropecuário foi muito menos beneficiado que o industrial pelos incentivos fiscais do sistema do 34/18, pois, en-

quanto este absorveu 71% dos recursos previstos e 84,55% dos recursos liberados, aquele, como já referi, obteve apenas ... 24,17% dos previstos e 14,33% dos liberados.

Ainda mais: os benefícios recebidos pela agropecuária foram concentrados em alguns Estados mais favorecidos economicamente, e concedidos a grandes e médios proprietários, pois só eles dispõem de condições financeiras e técnicas a fim de elaborar os projetos e obter-lhes a aprovação para poderem captar os incentivos fiscais. Assim, os pequenos proprietários, que representam cerca de 92% do número total de proprietários rurais no Nordeste, permaneceram à margem do sistema.

Por outro lado, o modelo não gerou maior número de empregos rurais, tanto como não beneficiou — repita-se — nem o pequeno proprietário nem o trabalhador rural.

Em suma: além de não se ter promovido o desenvolvimento econômico do Nordeste em escala correspondente aos recursos ali investidos, não houve benefício social. Bem pelo contrário, o incentivo fiscal funcionou, na agropecuária, como um instrumento de concentração da renda rural em poucas áreas de alguns Estados menos pobres e nas mãos de poucos proprietários.

OS NÚMEROS

Os números dizem melhor da realidade, falam mais alto que as palavras. Se examinarmos, em termos estatísticos, como os recursos do 34/18 foram distribuídos **per capita**, verificaremos que à Bahia coube Cr\$ 155,00 por habitante, e a Sergipe somente em média Cr\$ 30,00. Isso quanto aos recursos previstos mas, no que se refere aos recursos liberados, a desíualdade é maior. A Bahia recebeu Cr\$ 67,00 por habitante e o Piauí Cr\$ 6,00.

Confrontando essa distribuição de recursos entre a população rural e a urbana, vemos que, em recursos previstos, a Paraíba teve em média, para a agropecuária, Cr\$ 119,00 por habitante, enquanto Sergipe apenas Cr\$ 7,00. Em recursos liberados, coube à Paraíba, por habitante ruralista, a soma de Cr\$ 36,00, e a Sergipe de Cr\$ 2,00.

No caso da população urbana, recebeu a Bahia, dos recursos previstos, Cr\$ 338,00 por cada habitante, e o Piauí Cr\$ 19,00, e, dos recursos liberados, a Bahia Cr\$ 153,00 e o Piauí Cr\$ 1,33.

A população das áreas de menor renda **per capita** foi, assim, menos beneficiada que a de renda mais elevada.

PROVIDÊNCIAS SALUTARES

Em face de semelhantes desigualdades, e com objetivo de suprir as falhas dos incentivos fiscais no setor agropecuário e em outros setores, o Governô atual adotou providências salutaras, como o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa Especial de Crédito Rural Orientado para o Norte-Nordeste e o Programa de Redistribuição e Estimulo à Agroindústria do Norte-Nordeste. Tais iniciativas, porém, como já referi desta tribuna, ainda não foram regulamentadas ou devidamente implementadas.

Assim, o proprietário rural nordestino não melhorou ainda de situação, que está agravada, aliás, por não se ter podido êle recuperar dos prejuízos da sêca. Em Alagoas, conforme declarei aqui na semana passada, a calamidade continua a flagelar a área sertaneja, que acabo de visitar. Os agricultores, sem produção, não têm recursos com que pagar os compromissos financeiros, e estão sendo pressionados pelos credores.

Mantendo íntegra a sua confiança na vontade e decisão do Sr. Presidente da República, aguardam êles, ansiosos, a execução das medidas já ordenadas por S. Exa. para minorar-lhes as dificuldades e alterar para melhor as condições de subdesenvolvimento econômico-social da Região.

SETOR INDUSTRIAL

No setor industrial, o sistema de incentivos fiscais determinou o aparecimento ou a modernização de emprêsas que utilizaram o fator "capital", naturalmente escasso no Nordeste, com maior amplitude do que o fator "trabalho", ali naturalmente abundante. Vale a pena citar de nôvo êstes números: entre 1960 e 1970, quando a população ativa do Nordeste era de cêrca de 8,4 milhões de pessoas, a industrialização proporcionou a criação de apenas 154.000 empregos diretos. E os empregos urbanos gerados em 1970 (até novembro), no total de 52.318, foram em menor número que em 1969, ou seja, 62.000, e êstes em menor número que em 1968, quando se criaram 66.000 empregos.

Tais cifras são tanto mais alarmantes quanto a população nordestina, recenseada, que, em 1º de setembro de 1960, era de 22.661.000 habitantes, e, em 1º de setembro de 1970, se elevava a 28.136.000, aumentou no decorrer dêsse tempo em 5.552.500 pessoas, isto é, 2,2%, e a população economicamente ativa, em 1969 de 7.105.000 de pessoas, elevou-se para 8.362.000 em 1970, ou seja, 1,6%.

Carecíamos, assim, de hem maior número de empregos, e, no entanto, a verdade é que, mesmo entre os empregos criados,

se incluem subempregos e empregos disfarçados. A êsse respeito, vale a pena lembrar, para demonstrar melhor ainda a gravidade da situação, que em 1959 havia, nas áreas urbanas nordestinas, 700.000 subempregados, e hoje êsse número atinge um milhão e meio; e, nas áreas rurais, onde existiam em 1959 um milhão e meio de desempregados, temos hoje três milhões.

O sistema não absorveu, portanto, na proporção necessária, a força-de-trabalho existente nas zonas urbanas e rurais. Parte importante dela, tirada a que se evadiu para o Centro-Sul, se não permanece em regime de desemprego ostensivo, vive em subemprego no setor de serviços, consumindo e não produzindo, "peso" e não "mola" no processo de crescimento econômico regional, o que entrava o desenvolvimento e perturba também a tranquilidade social.

As estatísticas de que me sirvo merecem fé: são do magnífico trabalho do Banco do Nordeste do Brasil "Perspectiva do Desenvolvimento do Nordeste até 1980".

SISTEMA INEFICIENTE

Tudo isso referi eu nos últimos meses, com mais pormenores e mais farto material estatístico, reveladores de que a indústria nordestina, apesar de densamente capitalizada e moderna, não é necessariamente eficiente, uma vez que, por um lado, não conta com um mercado interno que possibilite a produção na escala precisa, e, por outro lado, não aproveita os recursos naturais e humanos abundantes na Região e dentro daqueles setores, com vantagens absolutas ou relativas em relação ao resto do Brasil.

Demonstrei também que essa industrialização não contribuiu para reduzir as disparidades entre o Nordeste e o resto do Brasil, pois a participação dessa Região na renda gerada pelo setor industrial brasileiro, que era de 9,7% em 1947, tem premanecido desde 1961 em torno de 7,5%. E, como antes frisei, provocou o aparecimento de maiores discrepâncias intra-regionais, os recursos dos incentivos fiscais concentrando-se em algumas áreas litorâneas dos Estados menos pobres da Região, como a Bahia e Pernambuco.

Em resumo: o sistema do 34/18, quase exclusivamente aplicado na indústria, não valorizou o homem do Nordeste, que continuou marginalizado do processo de desenvolvimento; não promoveu a justa e adequada distribuição de renda, não determinou o aparecimento de um setor economicamente eficiente, não contribuiu para atenuar os desníveis entre essa Região e o resto do Brasil, e provocou o aparecimento de maiores disparidades entre

os Estados do Nordeste, pois os recursos foram preponderantemente concentrados nas regiões mais favorecidas dos Estados menos pobres.

Os dados que a respeito aqui cito, como acabo de dizer em relação aos de outros setores, não podem sofrer contestação, de vez que são do levantamento, feito pela SUDENE, dos projetos aprovados e capacitados para absorverem recursos dos incentivos fiscais.

PREVISÃO DE RECURSOS

A própria SUDENE nos informa que o funcionamento dos incentivos fiscais para a agropecuária e a indústria é bloqueado pelas dificuldades de captação de recursos do sistema do 34/18, que atrasam a execução dos projetos e encarecem seu custo. A SUDENE não faz evidentemente previsão dos recursos arrecadáveis para aprovar os projetos, e daí o número imenso dos aprovados sem quaisquer recursos liberados ou com recursos insuficientes. Para evitar tal desequilíbrio, bastaria que a SUDENE somente aprovasse projetos dentro da receita prevista dos recursos do 34/18.

Na reavaliação dos incentivos fiscais, a cada setor ou a cada região deveria caber o montante justo, de acordo com uma escala de prioridades que considerasse: a) a localização do investimento, com preferência para as regiões mais pobres e os setores menos favorecidos; b) o número de empregos gerados; c) a produtividade.

DIFICULDADES DE CAPTAÇÃO

As causas da dificuldade de captação de recursos são perfeitamente identificáveis através dos dados estatísticos. Segundo o documento já referido, elaborado pela SUDENE, o montante total de incentivos fiscais do 34/18 previsto para os projetos aprovados, inclusive os de pesca, turismo, energia elétrica e telecomunicações, era em 31 de agosto último de Cr\$ 3.704.104 milhões, mas apenas haviam sido liberados cerca de 35,83% deste total, ou seja, Cr\$ 1.327.296 milhões. E, pior ainda, o Balancete-Geral do Banco do Nordeste do Brasil mostra que, nessa data, estavam depositados nas suas contas, para efeito de aplicação em projetos baseados no sistema do 34/18, tão-somente Cr\$ 881 milhões. Havia, portanto, um **deficit** real, entre os recursos previstos e os recursos captados, da ordem de Cr\$ 1.495.808 milhões.

Com uma demanda de recursos bastante superior à oferta, é, por outro lado, inevitável o aparecimento de taxas de captação

irregulares e elevadíssimas, as quais variam conforme as maiores ou menores perspectivas de lucros seguros e rápidos, e chegam, em alguns casos, a 30%, quando o limite legal é de 5% .

COMPETIÇÃO

O **deficit** de Cr\$ 1.459.808 milhões, apurado em 31 de agosto passado, tenderá a ampliar-se consideravelmente, desde que mantidas as condições prevalecentes nos últimos doze meses.

Como todos sabemos, além da SUDENE, outros organismos de desenvolvimento regional e setorial — SUDAM, EMBRATUR, IBDF e SUDEPE — estão confrontados com semelhantes **deficits** entre os recursos arrecadados e os recursos previstos para aplicação nos seus projetos. Pode-se mesmo avaliar em Cr\$ 6 bilhões o **deficit** total do sistema de incentivos fiscais para o desenvolvimento setorial.

Diante de tão impressionante estado de coisas, que, repita-se, deverá se agravar bastante nos próximos meses se não forem tomadas providências adequadas, é natural que a SUDENE, a SUDAM, o IBDF, a EMBRATUR, a SUDEPE, os Governos estaduais e os próprios empresários disputem entre si os escassos recursos existentes. E o grande e único beneficiário dessa disputa é a pessoa jurídica que aplica recursos nesse mecanismo de incentivos fiscais regionais e setoriais, a qual se aproveita da situação competitiva para impor suas condições, inclusive as elevadas e crescentes taxas de captação.

AGROPECUÁRIA E INDÚSTRIA

Anote-se que o **deficit** entre os recursos liberados e os recursos previstos é maior na agropecuária do que na indústria. Alguns exemplos disso, retirados do já aludido documento da SUDENE, são estarrecedores: dos 15 projetos agropecuários do Piauí, 8 não conseguiram levantar sequer um centavo de incentivos fiscais. Um dêles, que o conseguiu — o da Companhia Brasileira de Carnes e Derivados, de Canto do Buriti — captou apenas Cr\$ 25.339,00 de um total previsto de Cr\$ 12.283.125,00; e outro — da Agropecuária do Piauí S/A. AGROPEC, de Teresina — captou Cr\$ 12.751,00 de um total previsto de Cr\$ 5.020.125,00.

A demora em captar parte ou a totalidade dos recursos previstos torna inviável a execução dos projetos, cujo custo, com a inflação e o aumento das taxas de captação, cada ano se eleva mais e, no fim, chega a cifras astronômicas.

Em tais condições, indispensável se faz uma urgente reavaliação do funcionamento do mecanismo de incentivos fiscais para o

desenvolvimento regional e setorial, no sentido de corrigir suas presentes deficiências. Só desta forma o mecanismo em aprêço, cujo funcionamento atual contribui para agravar as disparidades, poderá converter-se em um efetivo instrumento para atenuar os desequilíbrios inter e intra-regionais e setoriais.

DISTRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS

Ainda a propósito de incentivos e em face das dificuldades de captação deles para o Nordeste, estimaria repetir apreciação do economista Rômulo de Almeida, da qual se valeu o eminente Senador Virgílio Távora no seu notável Relatório à COCENE:

“O regime de incentivos fiscais foi avaliado por A. Hirschman e Rubens Costa. Cremos existir consenso entre os estudiosos de que o aludido regime constitui uma grande invenção brasileira. Do seu êxito fundamental não temos dúvida. A nossa dúvida é sobre o acerto da introdução de numerosos esquemas competindo com os recursos do esquema nordestino antes de consolidar o desenvolvimento de uma região com 30 milhões de habitantes e recursos capazes de responder ao esforço nacional de investimento.”

Senhores Senadores, não compreendo — e sinceramente o digo — porque distribuir os incentivos fiscais a tantos órgãos mais ou menos desligados dos interesses nordestinos, se bem sabemos quanto o Nordeste está pobre e, assim, tão carente de recursos. Viaja-se por lá e só se vêem obras do Governo Federal, porque os nossos Estados, especialmente com o atual regime tributário, nem dinheiro têm para pagar o funcionalismo, que vive geralmente em atraso.

CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO

Muito menos distingo, Senhores Senadores — sinceramente o digo — qual o critério adotado para a distribuição dos incentivos fiscais entre os mencionados organismos. E desde logo me permito acentuar: se o modelo da SUDENE é falho ou os seus dirigentes não o conduzem a contento, que se lhe mudem os modelos e os homens, em vez de decepá-la. Não se corta a mão de quem jogou uma pedra na janela e lhe quebrou o vidro, nem se destroi o automóvel que apresentou defeito e nos deixou na estrada. Há que tentar para tudo correção e conserto.

A SUDENE a cada ano se enfraquece mais, pois se reduz sua porcentagem de incentivos, que em 1968 era de 65% e hoje é de 47,3%, enquanto para o IBDF se elevou de 2% em 1968 a 18,7% em 1971; para a SUDEPE, no mesmo período, de 6% a

9,9%; para a EMBRATUR, de 4% em 1969 a 4,1% em 1971. Quanto à SUDAM, houve uma redução de apenas 2%: de 22% em 1968 passou a 20% em 1971.

POR QUÊ?

Por que, Senhores Senadores, essa distribuição assim? Que critério de interesse econômico e social foi seguido para atribuição de recursos em tais percentagens? Atendeu-se porventura o fator econômico, isto é, produção por capital investido no tempo? Cuidou-se do aspecto social, visando à renda social por emprêgo criado? Considerou-se o interesse político no plano da unidade nacional, da tranqüilidade interna, etc.? Aí ficam as perguntas que pedem resposta, e resposta positiva.

Cabe citar aqui, sôbre o assunto, expressões do Relatório da Comissão Parlamentar de Estudos do Nordeste:

“As deduções para aplicação no Nordeste, que eram de 65% do total dos incentivos em 1968, decresceram sucessivamente para 56% em 1969, 54% em 1970, até atingir 47% em 1971. Tomando por base o Estado de São Paulo, que representa 50% das deduções totais, essa percentagem reduzir-se-á, em 1971, a 40%! A queda observada na participação da SUDENE é das mais bruscas, pois em três anos foi reduzida em 30%. O reflorestamento, por seu turno, multiplicou de quase dez vezes a sua participação inicial e, de 1970 a 1971, de três vezes.”

PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS

Senhor Presidente:

Recapitulando quanto já disse desta tribuna em meus pronunciamentos sôbre o Nordeste, e depois de examinar novos números oficiais e verificar e analisar outros fatos que ali se desenrolam, posso sintetizar assim as providências que me parecem cabíveis para a solução dos problemas nordestinos:

1) implementar com maior urgência o PROTERRA, através de programas devidamente articulados para ampliar e melhorar a produção agropecuária, para aperfeiçoar a rede de comercialização, para ativar a agro-indústria e para incentivar a exportação.

2) proceder a uma reavaliação do funcionamento dos incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e setorial, introduzindo-se, em consequência, as necessárias correções a fim de que esse mecanismo guarde um equilíbrio entre a demanda e a

oferta, e êsses recursos sejam rigorosamente aplicados na redução das disparidades econômicas e sociais entre regiões e setores, e entre ricos e pobres.

Paralelamente, como ponderei em outras oportunidades, providências devem ser tomadas para simplificar e aperfeiçoar a administração de tais mecanismos de desenvolvimneto do Nordeste, hoje entregue a cêrca de 100 órgãos federais, que funcionam de modo precário e sem a indispensável articulação, com programas próprios e não raramente contraditórios. Sòmente dentro do Ministério do Interior existe, como sabemos, cêrca de uma dezena de órgãos atuando na Região.

VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO

Em março dêste ano, com o objetivo de fazer uma verificação mais ampla da marcha das medidas que determinou para atender aos flagelados da sêca, o Sr. Presidente da República enviou ao Nordeste tôda a sua Assessoria Especial, composta de bons brasileiros que no silêncio trabalham patriôticamente pelo Brasil servindo ao Govêrno de S. Ex^a Lá estiveram o Sr. Coronel Manso Neto, o Sr. Coronel Leo Etchegoyen, o Professor Roberto Médici e o Conselheiro Raul Fernando Leite Ribeiro. Embora rápida a viagem, encontraram-se os emissários do Presidente com os Diretores da SUDENE e do Banco do Nordeste e visitaram Currais Novos e Crateús, onde dez meses antes estivera em pessoa o Chefe da Nação. Excelentes foram os resultados da viagem não sòmente porque verificaram os emissários a boa execução das medidas tomadas em obediência às ordens do Sr. Presidente da República, mas ainda porque trouxeram a S. Ex^a o testemunho da gratidão do povo nordestino e, o que é também sumamente importante, o testemunho da esperança e da fé daquela boa gente sofredora antes mergulhada na desilusão e no desespero.

Permito-me, então, sugerir, ao fim da nossa Sessão legislativa dêste ano e às vésperas da execução do PROTERRA, que o Sr. Presidente da República envie de nôvo ao Nordeste seus assessôres especiais para que façam uma avaliação da ação dos diversos órgãos do Govêrno Federal na Região, na base dos pronunciamentos e das diretrizes de S. Ex^a, que, assim, melhor poderá tomar novas decisões correspondentes aos objetivos que todos colimamos.

RAZÕES E SUGESTÃO

Senhores Senadores:

Animo-me a fazer tôdas estas sugestões tendo bem vivas na memória as sábias palavras com que o Sr. Presidente da Repú-

blica, em momento histórico extremamente grave da vida nacional, tanta fé e confiança infundiu no povo brasileiro, apreensivo e traumatizado pelos acontecimentos de então. A 7 de outubro de 1969, depois de muito resistir a aceitar a Chefia da Nação que lhe foi imposta como “um dever a cumprir”, disse, entre outras coisas, o Sr. Presidente, ao microfone da rede brasileira de emissoras de rádio e televisão:

“Na marcha para o desenvolvimento, o povo não pode ser espectador. Tem de ser o protagonista principal. Daí, o apêlo que, nesta oportunidade, dirijo ao País: que todos os indivíduos, classes, organizações sociais e políticas e centros culturais, em todos os recantos do território nacional, formulem os seus programas e reivindicações para o momento presente. Asseguro que nenhuma sugestão deixará de ser devidamente apreciada.

Mobilizarei, para êsse estudo e análise, não só os órgãos de planejamento, mas, inclusive, as diversas instituições de pesquisas — civis e militares — a fim de realizar o levantamento global das sugestões e a adequada formulação da sua síntese.”

“O NORDESTE HAVERÁ DE MUDAR”

Senhor Presidente:

Creio exprimir um sentimento geral se disser que todos nós desta Casa estamos solidários com o Chefe da Nação no seu empenho de quebrar a barreira do atraso do Nordeste. Bem avaliamos, por outro lado, a responsabilidade que assumiu S. Ex^a perante o povo nordestino e o povo brasileiro e perante a própria História, ao aceitar, revoltado contra a miséria e o sofrimento em que encontrou o Nordeste, o desafio de combater e vencer o subdesenvolvimento regional. Declarou em Recife o Sr. Presidente da República, em julho do ano passado, depois de visitar as áreas mais atingidas pela sêca:

“Ao fim desta viagem de que retorno ainda mais determinado a cumprir minha missão, quero dizer ao povo do Nordeste que não lhe prometo nada, não prometo milagre, nem transmutação, nem dinheiro, nem favores, nem peço sacrifícios, nem votos, nem mobilizo a caridade. Só digo é que tudo isso tem de começar a mudar. Apelo à consciência nacional para que todos os brasileiros sintam que o Nordeste não é um problema distante, não pertence só ao nordestino, mas é um problema nacional, que toca à sensibilidade e ao brio de todos nós.

E hoje, nesta cidade do Recife, perante Governadores e Ministros, pensando no povo, particularmente no povo nordestino, quero dizer que não me sinto com poderes e dons para fazer milagres, mas tenho firmeza, confiança e decisão para proclamar à Nação inteira que, com a ajuda de todos os brasileiros e com a ajuda de Deus, o Nordeste afinal haverá de mudar.”

APOIO AO PRESIDENTE

Somos 66 Senadores, dos quais 30 representantes dos Estados integrantes do Polígono da Sêca. Mas há Senadores eleitos por outros Estados que são filhos do Nordeste, como o digno representante da Guanabara, Senador Nelson Carneiro, Líder do MDB, Partido de que é dirigente o eminente Senador Ruy Carneiro, da Paraíba, que aqui se tem afirmado sempre pela isenção patriótica em face dos atos governamentais de interêsse nacional. Estou certo de poder declarar, em nome dos nordestinos, como de todos os Senadores brasileiros, seja qual fôr o seu Estado e o seu Partido, que estamos ao lado do Sr. Presidente da República para ajudá-lo a fazer pelo Nordeste o que anunciou e o que o seu patriotismo lhe dita. Ninguém pode descobrir, em qualquer palavra aqui pronunciada por qualquer um de nós, nada que não signifique apoio a S. Ex^a no cumprimento de seus compromissos para com as populações nordestinas e para com o Brasil.

Alegra-me destacar mesmo o aparte com que me honrou, da última vez que ocupei esta tribuna, o eminente Senador Franco Montoro, de São Paulo, considerando que o desenvolvimento do seu grande Estado exige por igual o desenvolvimento do Nordeste e, se o ICM se revelou, na prática, desfavorável ao progresso da Região, que seja quanto antes reformulado.

MASSA E ELITE

Ao redigir no dia de ontem as notas dêste pronunciamento, tive ensejo de passar uma vista sôbre a História do Brasil, do Império e da República, e concluí que nunca, em nossa vida pública, Chefe de Govêrno algum contou com tanto apoio político e popular como o atual Presidente. A Constituição lhe confere a faculdade de exercer poderes excepcionais, mas o que realmente mais o fortalece é o apoio espontâneo da Nação. Creio mesmo — e já o disse certa vez — que temos em S. Ex^a o primeiro Presidente da República que dispõe, ao mesmo tempo, do apoio da massa e do apoio da elite.

Eis porque somos todos confiantes em que o problema do Nordeste será resolvido, como se impõe à consciência cívica do Chefe da Nação, vale dizer, como todos nós desejamos e como é do supremo interêsse do País.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARNON DE
MELLO EM SEU DISCURSO DE 29-11-1971
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS RECURSOS DO SISTEMA 34/18
(Previstos e Liberados)**

ANEXO Nº 1

Situação em 31-8-71

ESTADO	Em Cr\$ 1.000		Em % sobre o total geral		Relação entre as colunas 2 e 1 (5)
	Previsto	Liberado	Previsto	Liberado	
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Maranhão	231.789	62.886	6,26	4,74	27,13
Piauí	133.593	9.640	3,61	0,73	7,22
Ceará	252.273	103.052	6,81	7,77	40,85
Rio Grande do Norte	225.572	78.699	6,09	5,93	34,89
Paraíba	449.392	327.657	20,10	24,69	44,02
Pernambuco	744.328	147.383	12,13	11,11	32,80
Alagoas	196.665	16.254	5,31	1,22	8,26
Sergipe	27.292	9.171	0,74	0,69	33,60
Bahia	1.162.305	506.172	31,38	38,14	43,55
Minas Gerais	280.895	66.382	7,58	5,00	23,63
Total Geral	3.704.104	1.327.296	100,00	100,00	35,83

FONTE: "Projetos aprovados capacitados a absorver recursos derivados do sistema 34/18", da SUDENE.

**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS RECURSOS DO SISTEMA 34/18
(Previstos e Liberados para a Agropecuária)**

ANEXO Nº 2

Situação em 31-8-71

ESTADO	Em Cr\$ 1.000		Em % sobre o total geral		Relação entre as colunas 2 e 1 (5)
	Previsto	Liberado	Previsto	Liberado	
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Maranhão	172.997	26.649	19,33	14,03	15,40
Piauí	62.026	5.525	6,93	2,91	8,91
Ceará	77.146	12.316	8,62	6,48	15,96
Rio Grande do Norte	61.839	16.553	6,91	8,71	26,77
Paraíba	164.627	50.481	18,39	26,57	30,66
Pernambuco	109.922	17.192	12,28	9,04	15,64
Alagoas	13.371	3.229	1,49	1,70	24,15
Sergipe	3.272	863	0,37	0,45	26,37
Bahia	95.439	30.168	10,66	15,88	31,61
Minas Gerais	134.633	27.167	15,04	14,30	20,18
Total Geral	895.272	190.143	100,00	100,00	21,24

FONTE: "Projetos aprovados capacitados a absorver recursos derivados do sistema 34/18", da SUDENE.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS RECURSOS DO SISTEMA 34/18
(Previstos e Liberados para a Indústria)

ANEXO Nº 3

Situação em 31-8-71

ESTADO	Em Cr\$ 1.000		Em % sobre o total geral		Relação entre as colunas 2 e 1 (5)
	Previsto	Liberado	Previsto	Liberado	
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Maranhão	58.792	41.237	2,21	3,67	70,14
Piauí	9.643	714	0,36	0,06	7,40
Ceará	175.127	90.736	6,58	8,09	51,81
Rio Grande do Norte	145.682	57.596	5,81	5,13	39,53
Paraíba	268.801	92.769	10,14	8,27	34,38
Pernambuco	611.873	307.864	22,99	27,44	50,31
Alagoas	177.599	9.026	6,67	0,80	5,08
Sergipe	24.020	8.307	0,90	0,74	34,58
Bahia	1.045.886	474.821	39,30	42,32	45,40
Minas Gerais	142.791	39.215	5,37	3,49	27,46
Total Geral	2.661.214	1.122.285	100,00	100,00	42,17

FONTE: "Projetos aprovados capacitados a absorver recursos derivados do sistema 34/18", da SUDENE.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS RECURSOS DO SISTEMA 34/18
(Previstos e Liberados para a Pesca)

ANEXO Nº 4

Situação em 31-8-71

ESTADO	Em Cr\$ 1.000		Em % sobre o total geral		Relação entre as colunas (5)
	Previsto	Liberado	Previsto	Liberado	
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Maranhão	—	—	—	—	—
Piauí	—	—	—	—	—
Ceará	—	—	—	—	—
Rio Grande do Norte	14.700	2.626	43,49	84,79	17,86
Paraíba	—	—	—	—	—
Pernambuco	15.487	1.967	45,82	5,39	1,08
Alagoas	—	—	—	—	—
Sergipe	—	—	—	—	—
Bahia	3.611	304	10,68	9,82	8,42
Minas Gerais	—	—	—	—	—
Total Geral	33.798	3.097	100,00	100,00	9,16

FONTE: "Projetos aprovados capacitados a absorver recursos derivados do sistema 34/18", da SUDENE.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS RECURSOS DO SISTEMA 34/18

(Previstos e Liberados para o Turismo)

ANEXO Nº 5

Situação em 31-8-71

ESTADO	Em Cr\$ 1.000		Em % sôbre o Total Geral		Relação entre as colunas 2 e 1
	Previsto	Liberado	Previsto	Liberado	
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Maranhão	—	—	—	—	—
Piauí	—	—	—	—	—
Ceará	—	—	—	—	—
Rio Grande do Norte	3.350	1.924	8,59	36,75	57,44
Paraíba	10.500	—	26,92	—	—
Pernambuco	4.310	2.433	11,05	46,47	56,45
Alagoas	—	—	—	—	—
Sergipe	—	—	—	—	—
Bahia	17.369	878	44,54	16,77	5,05
Minas Gerais	3.470	—	8,90	—	—
Total Geral	38.999	5.235	100,00	100,00	13,42

FONTE: "Projetos aprovados capacitados a absorver recursos derivados do sistema 34/18", da SUDENE.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS RECURSOS DO SISTEMA 34/18

(Previstos e Liberados para Projetos de Infra-Estrutura Econômica)

ANEXO Nº 6

Situação em 31-8-71

ESTADO	Em Cr\$ 1.000		Em % sôbre o Total Geral		Relação entre as colunas 2 e 1
	Previsto	Liberado	Previsto	Liberado	
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Maranhão	—	—	—	—	—
Piauí (1) (2)	61.925	3.401	82,77	29,49	5,49
Ceará	—	—	—	—	—
Rio Grande do Norte	—	—	—	—	—
Paraíba (2)	4.464	4.133	5,97	35,83	92,58
Pernambuco (2)	2.730	—	3,65	—	—
Alagoas (2)	5.696	4.000	7,61	34,68	70,22
Sergipe	—	—	—	—	—
Bahia	—	—	—	—	—
Minas Gerais	—	—	—	—	—
Total Geral	74.815	11.534	100,00	100,00	15,42

FONTE: "Projetos aprovados capacitados a absorver recursos derivados do sistema 34/18", da SUDENE.

(1) Energia elétrica

(2) Telecomunicações

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS RECURSOS DO SISTEMA 34/18

(Previsto e Liberado)

ANEXO Nº 7

Situação em 31-8-71

ESTADO	Em Cr\$ 1.000		Em % sôbre o Total Geral		Relação entre as colunas 2 e 1 (5)
	Previsto	Liberado	Previsto	Liberado	
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Agropecuária	895.272	190.143	24,17	14,33	21,24
Indústria	2.661.214	1.122.285	71,84	84,55	42,17
Pesca	33.798	3.097	0,91	0,23	9,16
Turismo	38.999	5.235	1,05	0,39	13,42
Infra-Estrutura Econômica					
Energia Elétrica .	50.000	—	1,35	—	—
Telecomunicações .	24.815	11.534	0,67	0,87	46,48
TOTAL	74.815	11.534	2,02	0,87	15,42
TOTAL GERAL .	3.704.104	1.327.296	100,00	100,00	35,83

FONTE: "Projetos aprovados capacitados a absorver recursos derivados do sistema 34/18", da SUDENE

DISTRIBUIÇÃO PER CAPITA DE RECURSOS DO SISTEMA 34/18

ANEXO Nº 8

ESTADO	Recursos Totais		Recursos p/Agropecuária		Em Cr\$ Recursos p/Indústria	
	População Total		População Rural		População Urbana	
	Previsto	Liberado	Previsto	Liberado	Previsto	Liberado
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Maranhão	77,32	20,98	77,05	11,87	78,13	54,80
Piauí	79,47	5,73	54,28	4,83	16,92	1,33
Ceará	57,77	23,60	29,84	4,76	98,31	50,94
Rio Grande do Norte	145,33	50,70	75,96	20,33	197,38	78,04
Paraíba	188,45	61,81	119,15	36,54	269,01	92,50
Pernambuco ...	144,07	63,42	46,72	7,31	217,45	109,41
Alagoas	123,72	10,22	13,97	3,37	280,83	14,27
Sergipe	30,27	10,17	6,73	1,77	57,79	19,99
Bahia	154,79	67,41	21,60	6,83	338,43	153,65
Total Geral ..	131,58	47,15	54,64	11,61	226,17	95,38

FONTES: "Projetos aprovados capacitados a absorver recursos derivados do sistema 34/18", da SUDENE

"VIII Recenseamento Geral" (1970), do IBGE.

ANEXO Nº 9**RECURSOS DOS INCENTIVOS FISCAIS**

Ó R G Ã O S	1968	1969	1970	1971
SUDENE	65	56	54	47,3%
SUDAM	22	23	21	20,0%
SUDEPE	6	13	14	9,9%
EMBRATUR	5	4	4	4,1%
IBDF	2	4	7	18,7%

